

UFRRJ
INSTITUTO DE AGRONOMIA
PROGRAMA DE PÓS - GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO AGRÍCOLA

DISSERTAÇÃO

**A TRAJETÓRIA DOS ESTUDANTES DO CURSO DE LICENCIATURA
EM CIÊNCIAS AGRÍCOLAS DA UFRRJ NO PERÍODO DE 1997 A 2006**

ROSEMARY FROTA MORENZ

2014



**UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO
INSTITUTO DE AGRONOMIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO AGRÍCOLA**

**A TRAJETÓRIA DOS ESTUDANTES DO CURSO DE LICENCIATURA
EM CIÊNCIAS AGRÍCOLAS DA UFRRJ NO PERÍODO DE 1997 A 2006**

ROSEMARY FROTA MORENZ

Sob a Orientação da Professora
Dra. Nadia Maria Pereira de Souza

e Co-orientação da Professora
Dra. Lia Maria Teixeira de Oliveira

Dissertação submetida como requisito parcial para a obtenção do grau de **Mestre em Ciências**, no Programa de Pós-Graduação em Educação Agrícola, Área de Concentração em Educação Agrícola.

Seropédica, RJ
Julho de 2014

630.71098153

M843t

T

Morenz, Rosemary Frota, 1958-

A trajetória dos estudantes do curso de licenciatura em ciências agrícolas da UFRRJ no período de 1997 a 2006 / Rosemary Frota Morenz. - 2014.

90 f.: il.

Orientador: Nadia Maria Pereira de Souza.

Dissertação (mestrado) - Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Curso de Pós-Graduação em Educação Agrícola, 2014.

Bibliografia: f. 76-78.

1. Ensino agrícola - Rio de Janeiro (Estado) - Teses. 2. Estudantes de agricultura - Rio de Janeiro (Estado) - Teses. 3. Agricultura - Estudo e ensino (Superior) - Teses. 4. Evasão universitária - Rio de Janeiro (Estado) - Brasil - Teses. 5. Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro - Estudantes - Teses. I. Souza, Nadia Maria Pereira de, 1962- II. Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro. Curso de Pós-Graduação em Educação Agrícola. III. Título.

**UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO
INSTITUTO DE AGRONOMIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO AGRÍCOLA**

ROSEMARY FROTA MORENZ

Dissertação submetida como requisito parcial para a obtenção do grau de **Mestre em Ciências**, no Programa de Pós-Graduação em Educação Agrícola, Área de Concentração em Educação Agrícola.

DISSERTAÇÃO APROVADA EM 26/11/2014

Nádia Maria Pereira de Souza. Professora Doutora. UFRRJ.
(Orientador)

Ramofly Bicalho dos Santos. Professor Doutor. UFRRJ.

Tatiane da Costa Barbé. Professora Doutora. UFRRJ.

DEDICATÓRIA

À Professora Sandra Barros Sanchez.

Há pessoas que nunca morrem, estarão sempre presentes entre nós. Você é uma delas, pois conseguiu eternizar-se no coração de cada um que encontrou em sua trajetória de vida. Será sempre lembrada pelo seu sorriso de criança, meio tímido, mas sempre tão cheio de esperança; pela sua sabedoria e humildade, o que permitiu ajudar a todos à sua volta; pela sua força e coragem, que casou admiração e serviu de exemplo para muitos que, como eu, não se sentia capaz de, após tanto tempo, enfrentar novos desafios acadêmicos. Obrigada, minha professora e amiga, Sandra Barros Sanchez, por todo carinho, toda dedicação e por mostrar que é preciso ultrapassar barreiras e seguir em frente, ajudando outras pessoas a vencê-las. Dedico este trabalho a você, pois foi pelas suas mãos, que iniciei esta caminhada.

Obrigada.

AGRADECIMENTOS

A Deus, por me acompanhar durante toda a minha trajetória e me fazer ciente de que sou parte de algo bem maior.

Aos meus pais, por me terem trazido ao mundo e me terem ensinado a amar.

Ao meu irmão Mirton, pela sua energia, seu apoio e sua paciência, quanto às minhas dúvidas em relação aos gráficos e tabelas do trabalho.

Às minhas irmãs Elizabeth e Eliana, pela presença em todos os momentos complicados da minha vida.

Ao meu sobrinho Marcos e ao meu primo Bruno, por me orientarem sempre, com muito carinho e atenção, ajudando-me a interagir melhor com os mistérios da tecnologia.

À minha orientadora, Professora Nadia Maria, por me ter recebido de braços abertos, pelo incentivo nas horas complicadas -“vamos lá, tá ficando excelente”; pela parceria e pelos aprendizados, que vão muito além do conteúdo destas páginas.

À Professora Lia Teixeira, por toda a atenção e todo o carinho recebido durante a busca por dados, para a elaboração da pesquisa.

À Pró-reitora de graduação, Professora Ligia Machado, por possibilitar o acesso aos dados da Divisão de Registro Acadêmico (DRA) da UFRRJ.

Às Senhoras Anazir e Marlene e demais funcionários da (DRA), pelo carinho, parceria e toda a colaboração recebida na elaboração deste trabalho.

Ao Coordenador do Curso de Licenciatura em Ciências Agrícolas Prof. Joecildo Francisco Rocha, e à sua secretária, Cris Moffati, pela atenção e colaboração na efetivação da pesquisa.

RESUMO

MORENZ, Rosemary Frota. **A TRAJETÓRIA DOS ESTUDANTES DO CURSO DE LICENCIATURA EM CIÊNCIAS AGRÍCOLAS DA UFRRJ NO PERÍODO DE 1997 A 2006** (2014). 90p. Dissertação (Mestrado em Educação Agrícola). Instituto de Agronomia, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Seropédica, RJ. 2014.

A pesquisa teve como objetivo geral analisar a trajetória acadêmica dos estudantes do curso de Licenciatura em Ciências Agrícolas (LICA) da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ), no período de 1997 a 2006, assim como diagnosticar como se dá esse movimento rumo ao processo de integralização do curso de graduação. O estudo buscou caracterizar o perfil do referido estudante, com ênfase em alguns indicadores: sexo, região de origem, escola de origem e o curso de destino após a transferência. A escolha do curso de LICA para esta investigação deu-se principalmente por ser um dos primeiros cursos da UFRRJ com perfil integrador e por ser uma licenciatura na área de Ciências Agrárias, em consonância com as raízes históricas da UFRRJ. Destacou-se, ainda, para a escolha da problemática, o fato de o referido curso apresentar um alto índice de evasão, ligado principalmente ao processo de transferência interna. A metodologia utilizada para a realização deste trabalho foi baseada em: a) análise documental, referente à de documentos oficiais, tais como atas de reuniões do colegiado do curso de LICA, memorandos e ofícios da UFRRJ e, ainda, análise das propostas de mudanças acadêmicas no curso, de acordo com o MEC; b) consulta bibliográfica em artigos, periódicos, livros e trabalhos de pesquisa referente ao assunto; c) aplicação de entrevistas de caráter qualitativo a docentes do curso de LICA da UFRRJ e d) levantamento de dados quantitativos, feitos na base de registros acadêmicos da Divisão de Registros Acadêmicos (DRA), ligada à Pró-Reitoria de Graduação da Instituição. Através destes procedimentos, foi possível identificar a trajetória acadêmica do estudante na UFRRJ. Os resultados obtidos através da pesquisa demonstraram um intenso movimento dos estudantes de LICA, durante sua trajetória acadêmica dentro da Instituição. Foram também observados outros movimentos acadêmicos, como a volta do estudante de LICA, que obteve transferência interna para outro curso, ao seu curso de origem: seja utilizando o processo acadêmico de reingresso ou outro vestibular (à época), o que gerou uma inclusão de estudantes no referido curso. Esses movimentos pareceram ligados principalmente a aspectos sociais, econômicos, políticos e culturais, além de outros, que podem pertencer ao universo do estudante. Considerando esses aspectos e as questões levantadas por diversos autores, sobre o universo do estudante, realizou-se uma pesquisa qualitativa, com o objetivo de obter uma visão de professores egressos do curso de LICA, valorizando as experiências vividas por esses profissionais na área de atuação. Há uma caracterização do movimento acadêmico dos estudantes de LICA, dentro da instituição que ajudam a desmistificar a afirmação de que, o curso de LICA é um curso trampolim, usado pelos estudantes apenas para ingressar na Universidade. A pesquisa veio também a contribuir, para uma avaliação da mobilidade acadêmica na UFRRJ e suas variáveis, no sentido de apontar para a necessidade de orientação vocacional desses graduandos, de forma que possam se sentir mais seguros em relação às suas escolhas profissionais, evitando assim um tempo maior de permanência na instituição e buscando atender aos reais interesses dos educandos.

Palavras-chave: evasão, processo, trajetória.

ABSTRACT

MORENZ, Rosemary Frota. **The academic trajectory of the students from the Licenciatura em Ciências Agrícolas course in the period from 1997 to 2006.** 2014. 90p. Dissertation (Masters in Agricultural Education). Instituto de Agronomia, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Seropédica, RJ. 2014.

The research had as a general objective analyzing the trajectory of the students from the Licenciatura em Ciências Agrícolas (LICA) course from Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ), in the 1997 to 2006 period, as well as diagnosing how this trajectory is led towards the integration to the graduation course. The study aimed to characterize the profile of the referred student, with an emphasis in some indicators: sex, place of origin, school of origin, destination course after the transfer and others. The LICA course was chosen for this investigation mainly due to it being one of the first courses available in UFRRJ; other than its integrating profile, for being a graduation in the Agrarian Sciences area, consonant to the UFRRJ's historical roots. The high rate of dropout closely linked to the internal transfer process stood out for the choice of the troublesomeness. The methodology used into the making of this project was based in: a) documental analysis, referring to official documents, such as: the LICA collegiate reunion records, memos and offices from UFRRJ and moreover, an analysis of the change proposals for the course according to MEC; b) bibliographic consult to articles, books, journals and research projects about the subject; c) interviews of qualitative character with professors from the LICA course from UFRRJ and d) auditing of quantitative data, done in the academics registry basis of the Divisão de Registros Acadêmicos (DRA) connected to the Pró-Reitoria de Graduação of the institution. Through these procedures it was possible to identify the academic trajectory of the student in UFRRJ. The results obtained through the research show an intense flow from the LICA students, during their academic trajectory inside of the Institution. Other academic flows were observed, such as the return of the student who obtained a transfer from the LICA course to another courses at UFRRJ and the return of the aforementioned students to their origin course, LICA, be it utilizing themselves of the re-entrance process or another admittance test (at that time), which generate a inclusion of students into the cited course. These choices seemed to be adjoined mainly to social, economic, political and cultural aspects, besides others which may be part of the student's universe. Parallel to the questions raised by multiple authors, a qualitative research was conducted, with the objective of obtaining a point of view from egressed teachers from the LICA course, valuing the lived experiences of these professionals in their working area. The resulting outcome gathered through the research characterized the academic flow from the LICA students, and demystified the statement that the LICA course is a trampoline course, used by students only to enroll in the University. The research also came to contribute to an evaluation of the academic mobility in UFRRJ and its variables. It also brought light upon the worry about the necessity of vocational orientation for these undergraduate students, in a way in which they can feel more secure towards their professional choices, evading then a longer permanence time in the Institution and going after meeting the real needs of the students.

Keyword: Dropout, Process, Trajectory

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	1
2. REVISÃO DE LITERATURA.....	8
2.1. Origem e Desenvolvimento da Profissão de Licenciado em Educação Agrícola no Brasil.....	8
2.2. A Ressignificação do Ensino Agrícola da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica e sua importância nas propostas de formação do Curso de Licenciatura em Ciências Agrícolas	15
2.3. Cursos de Licenciatura em Ciências Agrárias/Agrícolas oferecidos no Brasil por Região	23
2.4. O Curso de Licenciatura em Ciências Agrícolas (LICA) na UFRRJ	24
2.5. Alguns aspectos que podem influenciar a trajetória acadêmica do estudante de LICA	33
2.6. Processos e Trajetórias acadêmicas	40
3. PERCURSO METODOLÓGICO UTILIZADO NA CONSTRUÇÃO DA PESQUISA	43
4. RESULTADOS E DISCUSSÃO.....	52
4.1. Análise do Curso de LICA na Rural: histórico e transformações.....	52
4.2. A percepção dos egressos do Curso de LICA sobre a trajetória acadêmica dos estudantes na Instituição e os processos de evasão e inclusão no curso.....	65
5. CONCLUSÕES E CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	72
6. REFERÊNCIAS	76
7. ANEXOS	79

1. INTRODUÇÃO

Este trabalho vem com a proposta de estudar o movimento realizado pelos estudantes do curso de Licenciatura em Ciências Agrícolas (LICA) da UFRRJ, no período de 1997 a 2006, tempo de permanência do estudante na Instituição e no qual, busca-se entender os fatores que possam influenciar os processos de mudanças ao longo de sua trajetória acadêmica. Através do trabalho, pretende-se apresentar alguns dados relevantes, sobre os estudantes de LICA, que ao longo de sua trajetória no curso, solicitaram e obtiveram transferência interna para outro curso, avaliando se houve êxito por parte dos estudantes no seu curso de destino, assim como, apresenta dados referentes a estudantes de outros cursos que ingressaram no curso de LICA.

Desta forma, tenta estabelecer uma linha de possíveis questionamentos sobre os movimentos de busca dos estudantes, que podem causar uma evasão ou uma inclusão no curso de LICA.

A palavra trajetória, segundo O Novo Dicionário da Língua Portuguesa é a Linha descrita ou percorrida por um corpo em movimento. Pode se pensar, neste trabalho, que ela está ligada à busca do indivíduo por uma realização profissional, levando-o à conquista de um espaço dentro da sociedade, como ser atuante.

A trajetória do estudante está vinculada ao estudo de processos acadêmicos¹ que permeiam esses movimentos, principalmente no que se refere aos processos de transferência interna, que deve ser considerado como um fator relevante, que leva à evasão de curso. A transferência interna faz parte de uma estatística que, ligada a outros processos acadêmicos, tem como consequência a evasão, problema que preocupa boa parte dos gestores e professores dos cursos oferecidos nas Instituições de Ensino Superior (IES), pois esse fenômeno (evasão) pode alterar, significativamente, o número de estudantes que integralizam o curso em que se matriculam.

A evasão é preocupante, razão de vários questionamentos e estudos acadêmicos. Paralelamente à evasão de curso, vem à trajetória do estudante, o que representa um fator importante no estudo da sua vida acadêmica, já que esse processo pode mostrar uma inquietação em direção à realização profissional. Estudos mostram que vários fatores

¹ Ao longo do trabalho, o termo trajetória será utilizado para definir o movimento do estudante dentro da instituição, pois está ligado aos processos acadêmicos que permitem ao estudante migrar de um curso para outro na UFRRJ, por processo seletivo público, de acordo com o calendário e edital aprovados pelo Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão (CEPE), sempre que houver vagas ociosas em cursos de graduação e for aprovado pelas instâncias competentes da universidade.

aparecem ligados ao movimento acadêmico dentro do curso; dentre eles pode-se destacar: a trajetória educacional do estudante, desde o ensino fundamental até o ensino médio, o que pode ocasionar insegurança em relação aos fatores que integram o ensino superior, pois os conteúdos da educação básica, que são pré-requisitos para a continuidade da formação, muitas vezes, não oferecem embasamento necessário, em relação ao conteúdo das disciplinas oferecidas no curso superior, para que o estudante sinta segurança dentro de um novo processo acadêmico, no caso, a Universidade. Outro aspecto importante está ligado à carência de um processo de orientação profissional, que pode ser de grande importância na hora de o estudante optar pelo curso superior.

Fatores externos também podem influenciar nessa trajetória, pois valores sociais, econômicos, políticos e culturais são expressivos dentro das perspectivas profissionais do estudante. Outros fatores também aparecem ligados a esta questão, tais como: as políticas educacionais e as oportunidades do mundo do trabalho, cujo setor produtivo primário da economia, nas últimas décadas está mais ampliado.

Embora sejam muitos os fatores que podem interferir na vida acadêmica do estudante, o trabalho vai-se limitar a apresentar dados que sejam úteis no sentido de auxiliar a Instituição a pensar seus processos acadêmicos, destinados a atender as perspectivas dos estudantes, que, a partir do momento em que ingressam na Instituição, começam a interagir com um novo universo.

A ideia do trabalho surge através de pesquisas realizadas junto à Pró-Reitoria de Ensino de Graduação (PROGRAD) da UFRRJ, onde eu trabalhei de 1997 a 2009. Nessa instância acadêmica, alguns trabalhos tinham como objetivo determinar os índices de evasão e de integralização dos cursos, e, através dos resultados desse levantamento, foram observados alguns itens que chamaram atenção, principalmente os que apontavam para a evasão nos cursos de Licenciatura. Nesse mesmo período, fui convidada pela pró-reitora de Ensino de Graduação a participar da Comissão Permanente de Vestibular (CPV), onde pude observar alguns aspectos ligados ao comportamento do estudante, antes de ingressar na Universidade.

O trabalho desenvolvido junto à CPV permitiu-me, além de um conhecimento mais amplo sobre o processo de seleção, uma maior interação com os candidatos, no que se refere a esclarecimento de dúvidas sobre a Instituição e sobre os cursos oferecidos. Dentro desse processo que envolve a busca por informações ligadas à inscrição para o vestibular, nota-se a insegurança por parte dos candidatos, pois boa parte deles focava sua preocupação na relação

candidato/vaga, buscavam cursos menos procurados e já demonstravam a intenção de, após ingressarem na instituição, solicitarem uma transferência de curso.

Observou-se, por parte do candidato, a expectativa na mudança de curso, através do processo de transferência interna; no entanto, pareceu não haver clareza em sua decisão, o que pode ser apontado como uma indefinição no que se refere à sua realização profissional. Tal mudança não é garantida, pois as vagas referentes ao processo de transferência interna, oferecido pela instituição, são encaminhadas através da coordenação do curso, que avalia a possibilidade de oferta mediante a disponibilidade de vagas. As vagas são oferecidas por meio de um edital e ficam sujeitas a um processo de seleção.

Vale mencionar que, a partir de 2009 a UFRRJ não utiliza mais o processo seletivo que era realizado através do Exame de vestibular, pois a instituição aderiu ao SISU – (Sistema de Seleção Unificada), que utiliza a nota do Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM). Embora tenha ocorrido a mudança no processo seletivo, o movimento acadêmico do estudante, referente à sua trajetória na instituição, continua acontecendo. Segundo Pinto (2011), em pesquisa realizada no período de 2007 a 2011, ingressaram na LICA 257 estudantes, sendo que 199 evadiram do curso. Deste total, 108 estudantes optaram pelo processo de transferência interna ou reopção de curso.

Esses dados demonstram uma trajetória acadêmica dinâmica por parte dos estudantes de LICA, sendo uma das razões pela qual se justifica a relevância científica, social e acadêmica deste estudo, no sentido de contribuir com a temática, uma vez que discute aspectos inerentes às linhas de pesquisa que merecem ser aprofundadas na área de educação e gestão do ensino agrícola.

O processo de transferência interna dá ao estudante uma nova oportunidade de integralização de curso e de formação profissional; no entanto, surge uma questão: os estudantes que obtiveram transferência de curso conseguiram integralizar o curso para qual foram transferidos? Quanto tempo o estudante permanece no curso (LICA), antes de evadir? Os estudantes que integralizaram o curso de LICA possuíam sua matrícula original nesse curso? Qual o perfil do estudante de LICA que obteve evasão, quanto ao sexo, região de origem e instituição onde cursou seu ensino médio?

Esses questionamentos são interessantes, para acompanhar o movimento do estudante dentro do curso e, ao mesmo tempo, podem estar ligados a algumas mudanças do curso dentro do sistema educacional, podendo trazer fatos novos e estimular novas diretrizes acadêmicas referentes ao curso de LICA na UFRRJ.

A escolha pela UFRRJ veio pela sua história, pois, conhecida como Universidade Rural do Brasil, era considerada por alguns como uma instituição de referência nacional no ensino agrícola, tendo como objetivo principal, no ato de sua criação, formar profissionais ligados ao setor agropecuário, para atuarem em um país considerado, na época, o celeiro do mundo. Seus cursos abrigavam, em sua maioria, estudantes com perfil voltado para a área agrícola, muitos oriundos de escolas agrotécnicas e filhos de fazendeiros.

Acompanhando esse cenário, veio a escolha do curso de LICA para esta pesquisa. O curso foi criado em 1960, e surgiu com o comprometimento de ajudar o desenvolvimento do setor agrícola no País, em um momento de transformações políticas e sociais que exerceram influência no sistema educacional à época. Provocando reflexos na trajetória histórica do Curso de Ciências Agrárias na UFRRJ, que, conseqüentemente, influenciaram na criação do curso de LICA.

A relevância deste estudo se materializa na trajetória do estudante e sua busca, a partir do curso de LICA, caracterizando o perfil profissional do curso e mudanças ocorridas a partir do ensino de ciências agrárias no País.

O período determinado para a pesquisa, de 1997 a 2006, foi pensado envolvendo dois aspectos: o primeiro está ligado ao tempo máximo permitido para que o estudante de LICA integralize o curso, que é de 16 períodos, somam-se a esse tempo mais 4 períodos a que o estudante tem direito, caso necessite trancar sua matrícula; juntando esses fatores, perfaz-se um total de 20 períodos ou 10 anos. O segundo está ligado a mudanças no sistema de ensino que ocorreram em 1997, onde houve várias modificações através da legislação educacional, influenciando as instituições de ensino superior e os cursos por elas oferecidos.

Todos os processos vivenciados pela Instituição é fruto de mudanças ocorridas ao longo da história, pois o caminho percorrido desde a sua fundação resultou em aumento significativo em relação ao número de cursos de graduação oferecidos, e, conseqüentemente, ao número de estudantes. Com o aumento no oferecimento de vagas em relação a outros cursos e uma nova estrutura dentro do processo educacional, o curso de LICA continua lutando para manter sua importância dentro da Instituição, pois observa-se que, ao longo desses 50 anos, o campo de atuação destinado a esses profissionais vem sofrendo modificações e gerando outras demandas que surgiram através de inovações tecnológicas e programas voltados para preservação ambiental.

Outro aspecto de destaque é a inserção desta temática nas linhas de pesquisa do Programa de Pós-Graduação em Educação Agrícola – (PPGEA), uma vez que o programa

estuda as políticas de formação de professores, principalmente nas Ciências Agrárias, em especial na educação profissional e tecnológica, pois junto à consciência da importância de se obter informações que possam ajudar a repensar o processo ligado ao ensino, fortalece a necessidade de um trabalho que, nesta pesquisa, está direcionado ao curso de LICA.

Acrescenta-se que todas essas questões colocadas transformam o curso em objeto de estudo bem interessante, pois estavam passando por transformações significativas, devido à expansão e revitalização do ensino técnico agrícola e da profissionalização do magistério, em todos os níveis e ramos do ensino, pois possui um currículo extenso, com disciplinas técnicas e disciplinas voltadas para uma proposta de formação de conhecimentos pedagógicos. Essas transformações fazem parte de uma história da universidade, bem como as dos Colégios Agrícolas e das Escolas-Fazenda, considerando as raízes agrárias do País.

Para entender os processos de mudanças que ocorreram no curso de LICA, fez-se uma síntese da história do ensino agrícola no País, descrevendo os primeiros movimentos ligados à área agrícola e seus objetivos, quanto às necessidades da época e, ao mesmo tempo, traçou-se um histórico da criação da UFRRJ e as transformações por que passou, desde sua criação como Universidade Rural do Brasil (URB).

Relatou-se o desenvolvimento dos cursos da área agrícola e sua consolidação, voltada para atender a uma demanda de crescimento do País, onde se abordam fatores ligados a políticas governamentais que impulsionaram as transformações ocorridas no ensino agrário.

Tendo em vista os principais acontecimentos no curso de LICA, buscou-se respeitar a ordem cronológica dos fatos; porém, em determinados momentos da pesquisa, foi necessário correlacionar diferentes períodos históricos, de modo a facilitar a compreensão das mudanças que ocorreram a partir de leis implementadas no sistema educacional. Tais legislações visavam a atender aos interesses educacionais do Estado, o que afetou de forma direta, a demanda por profissionais na área de LICA, provocando questionamentos e mudanças na estrutura do curso.

Apresentou-se uma relação dos Cursos de Licenciatura em Ciências Agrícolas em todo o País, destacando, por região, as que mais oferecem o curso. O propósito deste segundo capítulo foi apresentar a junção do curso de LICA, constituída das áreas técnicas, referenciadas pelo setor agrícola, e a área pedagógica, relacionada à licenciatura, o que propiciou a realização de convênios junto a instituições ligadas aos setores educacionais e agrários.

A seguir, foram expostas informações sobre a criação do Curso de LICA na UFRRJ, incluindo o histórico sobre os cursos que antecederam a sua criação, assim como fatores políticos e sociais que possibilitaram mudanças no cenário educacional do curso, no sentido de divulgá-lo e valorizá-lo junto ao mundo do trabalho.

Buscou-se descrever a natureza do curso, por meio da apresentação de informações sobre sua estrutura pedagógica, no que se refere ao Colegiado de Curso e ao Núcleo Docente Estruturante, além da descrição sobre seu currículo, carga horária e áreas de concentração, bem como a descrição do perfil do profissional e a demanda da sociedade quanto aos egressos do curso. Após a descrição da estrutura acadêmica referente ao curso de LICA, a pesquisa apresenta aspectos sociais, políticos, econômicos e culturais implicados na trajetória do estudante ao longo de sua formação acadêmica.

É um tema bem amplo, pois os fatores que envolvem o indivíduo e suas perspectivas podem ser influenciados por idade, valores sociais, buscas pessoais, fatores familiares e outros. Procura-se destacar alguns itens considerados importantes dentro dessa linha, pois existe a possibilidade de que haja uma ligação entre a busca do estudante dentro da instituição e os diversos fatores que o cercam na sociedade. Essa busca, traduzida por movimentos acadêmicos, é viabilizada através de processos institucionais, como a transferência interna e o reingresso.

Assim, a pesquisa buscou fazer uma descrição sobre a importância de cada fase e a contribuição de cada uma na construção do texto, levando em consideração que foram utilizadas, para a efetivação do trabalho, a pesquisa documental, pesquisa bibliográfica, pesquisa qualitativa e pesquisa quantitativa. Todas as etapas tiveram um movimento próprio e, através de cada uma, além do enriquecimento do trabalho, houve um enriquecimento profissional.

As experiências foram muito significativas, fornecendo conteúdos para a construção do trabalho, que descreve a importância da coleta de dados, referentes à visão de profissionais licenciados em Ciências Agrícolas, sobre vários aspectos que envolvem o curso de LICA. Essa coleta de dados trouxe questões pertinentes ao objetivo do trabalho, levantadas durante o processo qualitativo, realizado através de entrevistas semiestruturadas, com o objetivo de dar maior flexibilidade às perguntas e deixar o entrevistado mais à vontade para responder a elas. Alguns comentários, considerados como pontos interessantes para reflexão, foram colocados em destaque.

Os temas apresentados no trabalho e os resultados das questões propostas pela pesquisa ampliaram a discussão sobre a busca profissional do estudante e suas expectativas em relação à instituição e ao curso escolhido. Durante o percurso da pesquisa, na coleta de dados junto ao setor de Registro Acadêmico da UFRRJ, surgiram aspectos relevantes sobre a trajetória do estudante. Esses dados demonstraram que a mobilidade acadêmica não está ligada apenas à evasão, mas, ainda, a um retorno do estudante evadido ao seu curso de origem. Desta forma, a pesquisa apresentou a trajetória do estudante de LICA, considerando o movimento de saída do estudante matriculado no curso, o movimento de retorno desse estudante após sua saída e o movimento de estudantes de outros cursos, que entraram na LICA. Além desses aspectos, foi possível verificar o aproveitamento do estudante transferido, no sentido de integralização ou evasão da instituição.

Espera-se que os dados fornecidos por esse trabalho possam contribuir, de forma significativa, para uma reflexão voltada para o significado da trajetória do estudante de LICA, descrita no trabalho, pois o fator identidade profissional possivelmente está ligado ao processo educacional, que tem como um de seus objetivos ajudar na formação e na realização de um ser social capaz de provocar mudanças na sociedade em que está inserido.

2. REVISÃO DE LITERATURA

2.1. Origem e Desenvolvimento da Profissão de Licenciado em Educação Agrícola no Brasil.

Para entendermos melhor a história do curso de LICA, é fundamental conhecer a história das Ciências Agrárias no Brasil, pois a criação dos primeiros cursos voltados para a área agrária mostra sua influência na construção de modelos socioeconômicos e culturais que deram origem aos cursos de Licenciatura voltados para a área agrícola no País.

No Brasil, a primeira notícia de um esforço governamental em direção à profissionalização data de 1809, quando, um decreto do príncipe regente, futuro D. João VI, criou o colégio das fábricas, o que ocorreu logo após a suspensão da proibição de funcionamento de indústrias manufatureiras em terras brasileiras. ALBUQUERQUE, *apud* Oliveira, 1998, p.11).

Há registros que vinculam a criação dos cursos de Ciências Agrárias ao Jardim Botânico do Rio de Janeiro, onde, em 1861, seu contrato de cessão estava ligado ao Imperial Instituto Fluminense de Agricultura (IIFA), órgão do governo que deveria fundar um estabelecimento rural e criar uma escola prática de agricultura. Criou-se, então, a Fazenda Normal, cujos objetivos eram desenvolver pesquisas experimentais agronômicas e instalar o asilo agrícola para instrução primária e ensino do trabalho de campo aos órfãos da Santa Casa de Misericórdia do Rio de Janeiro (www.jbrj.gov.br/jardim/história).

Na literatura e nos textos legais, consta que o marco inicial do ensino agrícola brasileiro está na criação do primeiro curso de agricultura, na Bahia, determinado pela Carta Régia de 25 de junho de 1812. Em 1918, através do Decreto nº 12.893, o Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio implementou efetivamente um estabelecimento que visava a um ensino profissional, bem precário – os Patronatos Agrícolas. Esses patronatos funcionavam desde 1910 sem que houvesse uma lei normatizada que justificasse suas finalidades assistencialistas e educacionais. Esses estabelecimentos foram destinados a oferecer um ensino profissional e gratuito a menores desvalidos, na faixa etária de 10 a 16 anos. Preferencialmente, estiveram voltados para o atendimento aos filhos das “classes desfavorecidas economicamente”, que recebiam aulas de “instrução primária e cívica e mais algumas noções práticas de agricultura, zootecnia e veterinária”(ALBUQUERQUE,*apud* Oliveira, 1998, p.11).

Observa-se que, com a criação dos patronatos, não houve uma preocupação com a qualificação da mão de obra; o ensino era ministrado mais com o objetivo de oferecer uma

ocupação àqueles que nada possuíam, de forma que pudessem atender a uma demanda de serviços ligados à área Rural, mas não necessariamente na área de produção técnica.

Concomitantemente aos Patronatos Agrícolas, mas destituídos do caráter assistencialista, foram criados os Aprendizados Agrícolas. Os Aprendizados Agrícolas, como ficaram conhecidos, foram implementados gradativamente, em todo território nacional, a partir de 1910. Os primeiros Aprendizados Agrícolas foram criados em São Paulo, o de São Simão, pelo Decreto nº 8.358. Ao longo de trinta anos, foram instituídos inúmeros estabelecimentos, sendo que o último foi criado em 1943, o de São Vicente, Mato Grosso, em meio a algumas mudanças, em virtude da Lei Orgânica de Ensino Secundário (OLIVEIRA, 1998, p.11-12).

A finalidade e as diretrizes dos Aprendizados Agrícolas foram designadas na primeira regulamentação do ensino agrônômico aprovado pelo Decreto nº 8.519, de 20/10/1910.

Segundo versa a documentação pesquisada, era competência dos Aprendizados Agrícolas a formação de trabalhadores rurais aptos aos diversos serviços agropecuários. Mas, no entanto, esses estabelecimentos possuíam uma grade curricular que ia além de um ensino prático, havendo uma preocupação com as noções teóricas, principalmente assentadas nas ciências fundamentais da agricultura e também da história natural (OLIVEIRA, 1998, p.12).

Nota-se que o ensino agrícola da época, apesar de possuir um caráter pragmático, para atender à demanda na área agrária, já sentia a necessidade de um embasamento teórico em relação às suas disciplinas práticas.

Oliveira (1998) comenta que o Decreto nº 23.979/34 foi editado para reorganizar os regulamentos dos Aprendizados Agrícolas e sua jurisdição. Esse Decreto estabelecia que “Os Aprendizados Agrícolas terão caráter regional, devendo em seus programas atender de preferência às culturas e aos ramos da indústria rural mais vulgarizada nas regiões em que estiverem instaladas(...). O ensino será teórico e prático, alicerçando-se nos mais modernos processos da agricultura racional(...). Os Aprendizados Agrícolas deverão ser mantidos em fazendas-modelo orientadas pelos modernos métodos culturais (OLIVEIRA, 1998, p.13).

No entanto, somente com a Lei Orgânica do Ensino Agrícola – Decreto – Lei nº 9.613, de 20 de agosto de 1946 – é que ocorreu, de fato, a institucionalização do Ensino Técnico Agrícola, compreendendo uma lei única e sistematizada para todo o território nacional.

Entende-se que, a partir do Decreto nº 23.979/34, houve uma preocupação em estabelecer programas voltados para o ensino agrícola, que atendam às necessidades regionais, respeitando sua cultura e sua produção rural. No entanto, em 1946, esse modelo dá

lugar à sistematização do Ensino Técnico Agrícola em todo o território nacional, descaracterizando o modelo anterior.

Os estabelecimentos de ensino foram classificados em: Escolas de Iniciação Agrícola – que ministravam as 1ª e 2ª séries do 1º ciclo, concedendo aos concludentes o certificado de Operário Agrícola, Escolas Agrícolas que ministravam as quatro séries do 1º ciclo, certificando os concludentes com o título de Mestre Agrícola, e Escolas Agrotécnicas, designadas às quatro séries do 1º ciclo e às três séries do 2º ciclo, atribuindo aos concludentes o título de Técnico em Agricultura, Horticultura, Zootecnia, Práticas Veterinárias, Indústrias Agrícolas, Laticínios e Mecânica Agrícola (OLIVEIRA, 1998, p.14-15).

Observa-se que, com a promulgação da Lei Orgânica do Ensino Agrícola, houve uma valorização do profissional ligado a essa área e uma crescente demanda pelo mercado de trabalho, na busca de profissionais com qualificação técnica, que, com suas habilidades, pudessem desenvolver atividades nas áreas de extensão rural, prestação de serviços, e atender nas escolas agrícolas em expansão, pois, devido ao crescimento da produção no setor primário e sua diversificação, fazia-se necessário um número cada vez maior de profissionais.

Desta forma, o aumento na necessidade de profissionais, para atender a uma nova demanda voltada para setores ligados à área agrária, mostrou-se cada vez mais exigente, criando fatores e objetivos que se transformaram em alavanca para a expansão dos Colégios Agrícolas, tendo como seu núcleo o Ministério da Agricultura que, na época, abrigava os serviços de assistência aos produtores, de informação rural e oferecimento de cursos avulsos, profissionalizantes e técnicos.

Todo esse movimento voltado para a qualificação de profissionais, principalmente ligados à educação, fez com que esta vivenciasse dois momentos significativos anteriores à criação da Universidade Rural do Brasil (URB), a Universidade do Brasil e a Universidade Rural.

Segundo o Ministro da Educação Gustavo Capanema, a lei nº452, de 1937, que instituiu a Universidade do Brasil (UB), o fez com base em dois princípios: o primeiro, de ter “a função de fixar o padrão de ensino superior em todo o País; o segundo (...), é ser a UB uma instituição de significação nacional, e não local” (Fávero, 2000, p.54). Isso a colocava como um padrão de excelência a ser seguido. Não era de se estranhar, portanto, que a UR, formada pelas Escolas Nacionais – Agricultura e Veterinária –que eram desde 1934, padrão nacional para os currículos da área agrônômica, reivindicasse, também, o acréscimo da expressão “do Brasil” ao seu título. A Universidade Rural, assim como a Universidade do Brasil,

considerava-se uma instituição de significação nacional na sua área. O que agravava o diferencial, guardadas as devidas proporções, era a forma preconceituosa pela qual era visto o ensino agrônômico no Brasil, associada à discriminação histórica do trabalho manual, considerado menos nobre, na comparação com o trabalho intelectual, este sim, muito mais valorizado pela sociedade brasileira. (OTRANTO, 2009, p.88).

Percebe-se que no período, entre 1930 e 1940, apesar de haver um grande estímulo e valorização da produção intelectual, começa a haver uma preocupação com uma educação voltada para a qualificação profissional, no sentido de atender a uma possível demanda de produção.

Segundo Anísio Teixeira, vale considerar que o período entre 1950 e 1960 foi marcado pelo nacional desenvolvimentismo num processo de tentativa de transformação acelerada das relações econômicas e sociais, numa perspectiva de dimensionar o progresso representado pela evolução urbana brasileira, em contraste com o propalado imobilismo do universo rural. (GOUVÊA, 2009a). Desta forma, estaríamos vivendo em um período agudo de desenvolvimento do País, em que o governo vê consideravelmente ampliadas suas responsabilidades, no sentido de retificar, suprir e harmonizar esse crescimento; por isso, de certo modo, espontâneo, desproporcionado, senão desordenado (FGV/CPDOC, 1945, citado *in* OTRANTO, 2012, p. 39-40).

Em meados de 1958, até a criação da LDB nº 4024, de 1961, observou-se uma movimentação por parte de diretores e reitores das Escolas Superiores, no sentido de dar mais atenção ao Ensino Agrícola Superior, com o objetivo de atender a uma demanda crescente no setor agrícola do País.

Nesse período relatado, as modalidades de ensino industrial e ensino agrícola eram regulados por “lei especial” e estiveram sempre sob a jurisdição do Ministério da Agricultura, sendo administrado por Departamentos, Superintendências e Diretoria. Há a transferência do Ensino Agrícola para o Ministério da Educação e Cultura, que, efetivamente, só ocorre em 1967, face à extinção da Superintendência do Ensino Agrícola e Veterinário (SEAV) (OLIVEIRA, 1998, p. 18).

Provavelmente, essa mudança, quando o ensino agrícola troca de jurisdição, tenha sido fruto de debates ideológicos e questionamentos sobre o ensino e o papel da escola dentro do sistema educacional brasileiro, provocados pela institucionalização da LDB, de 1961.

Com o advento da Lei nº 4024, de 1961, Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, o ensino passou a ser estruturado em três graus: Primário, Médio e Superior. O

Ensino Médio foi dividido em dois ciclos: o ginásial, com a duração de quatro anos, e o ciclo colegial, com três anos. O ciclo colegial compreendia o ensino secundário (propedêutico) e o ensino técnico nos ramos industrial, agrícola, comercial e de formação de professores primários (Normal).

No ensino técnico-agrícola, as antigas Escolas de Iniciação Agrícola e Escolas Agrícolas (Lei Orgânica) foram designadas Ginásios, certificando os concludentes com o título de Mestre Agrícola. As Escolas Agrotécnicas passaram a se designar Colégios Agrícolas, conferindo aos concludentes o título de Técnico em Agricultura. (OLIVEIRA, 1998, p. 18).

Essa transformação gera um debate entre os defensores da escola pública, laica e gratuita e os defensores da iniciativa privada ligada aos empresários do ensino. Como produto desse debate, surgiram propostas ligadas à equivalência do ensino médio e técnico e à formação de seus professores. Quanto à formação, o artigo 59 da Lei 4024/1961 previa que “a formação de professores, para o ensino médio, seria realizada nas Faculdades de Filosofia, Ciência e Letras, e a de professores das disciplinas específicas do ensino médio técnico, em cursos especiais de Educação Técnica”.

Para atender à demanda de professores nos Colégios Agrícolas, os artigos 117 e 118 da Lei nº4024/6 permitiam que técnicos agrícolas, veterinários e engenheiros agrônomos lecionassem nesses colégios, desde que responsáveis por disciplinas profissionalizantes de sua formação. Todo esse processo ligado ao desenvolvimento vem acompanhado da proposta de direcionar o ensino, para atender a um novo e moderno universo de produção, com necessidade de mão de obra qualificada e com conhecimentos compatíveis as suas novas exigências industriais, agrícolas e sociais.

Sendo assim, a educação tecnológica, voltada para atender ao processo de expansão econômica do País, que solicitava cada vez mais mão de obra especializada, provocou uma melhor definição do magistério técnico, fator que levou a educação profissional a ter sua importância reconhecida, dentro do processo de industrialização, permitindo que os Colégios Técnicos assumissem a responsabilidade, cada vez maior, na qualificação de mão de obra.

Já, as Escolas de Formação Técnica tinham como objetivo formar professores para atender ao ensino técnico, sendo sua formação baseada nos moldes da profissionalização do técnico de nível médio e na complementação pedagógica de bacharéis e técnicos graduados nas áreas afins, das disciplinas que lecionariam nos colégios. Desta forma, foi estabelecido um currículo mínimo, voltado para as disciplinas pedagógicas; no entanto, as disciplinas de

caráter técnico foram selecionadas com base na profissionalização do técnico ligado à área agrícola, não havendo, portanto, uma integração entre o pedagógico e o específico. Esse movimento possibilitou uma demanda maior de profissionais da educação, principalmente os da área técnica, e, para atender a tal demanda, a LDB indica cursos especiais de Educação Técnica, com ênfase na complementação pedagógica. No entanto, a Universidade Rural do Brasil (URB) surpreende e cria o Curso Superior de Educação Técnica.

Observa-se, nesse processo, que a educação, ligada ao desenvolvimento, começa a assumir uma ideologia desenvolvimentista que coloca a escola como uma capacitadora e qualificadora de instrumentos responsáveis e necessários, para o crescimento econômico da nação.

Segundo Oliveira (1998), relativamente ao ensino superior agrícola, CAPDEVILLE (1991) afirma quanto à expansão, que “havia inversão de recursos, nesse ramo de ensino, por entidades estrangeiras, como a Fundação Ford e Rockefeller, a USAID e a FAO. Estas, ao mesmo tempo em que contribuía financeiramente para equipar instituições e treinar pessoal docente, difundiam a Teoria do Capital Humano, porque era nela que pautavam e justificavam suas ações. Para essas agências, urgia treinar todos os recursos humanos possíveis” (*Ibidem*, p. 102; OLIVEIRA, 1998, p.30).

Aprovada em 1963 e tendo sua primeira turma em 1964, a Escola de Educação Técnica possuía um currículo organizado pelo regime seriado e semestral, oferecendo disciplinas básicas e profissionalizantes.

Em relação às disciplinas consideradas básicas e ligadas à área pedagógica, são oferecidas as seguintes disciplinas: Psicologia, Biologia Educacional, Sociologia Educacional, Economia de Ensino, Introdução à Filosofia da Educação, Administração Escolar, Cultura Brasileira e Técnica de Comunicação e Recursos Audiovisuais. (OLIVEIRA, 1998).

Segundo o Regimento da Escola de Educação Técnica, deveria haver, pelo menos, uma reunião anual, onde os gestores da Escola deveriam estudar e avaliar o currículo e sua adequação aos interesses da Ciência e da Economia do País, em pleno processo de desenvolvimento das estruturas de produção do setor primário.

Quanto à parte pedagógica e das Ciências humanas, o Regimento apresentava 10 disciplinas, voltadas para fundamentos teóricos da educação, da psicologia genética e comportamental (desenvolvimento e aprendizagem) e da didática geral e aplicada. Também teoricamente, essa parte era densa e tratava das disciplinas teóricas psicobiopedagógicas. Muita ênfase nas teorias da psicologia de Piaget, Roger e Skinner.

A parte pedagógica era sobrecarregada dos aspectos instrucionais e comportamentais da didática e os recursos audiovisuais voltavam-se mais para a instrumentalização e confecção de material didático. A prática de ensino era realizada no Colégio Técnico Ildefonso Simões Lopes, através da elaboração de planos de ensino, orientados pela professora da disciplina e dos professores do Colégio Técnico, sendo oferecida sob forma de estágio supervisionado, conforme previa o Parecer do CFE nº 292/62, destinado à institucionalização das disciplinas pedagógicas dos cursos de formação de professores do ensino médio. (Oliveira, p. 37).

Desta forma, parece que a formação de professores, para o Ensino Técnico Agrícola tinha como objetivo promover a educação na área rural, cuja finalidade principal estava ligada ao desenvolvimento econômico do setor agropecuário.

O ensino voltado para o setor agrícola, segundo o professor Karlheinz Rudolph Mathias, diretor da Escola de Educação Técnica, de setembro de 1964 a junho de 1966 (Oliveira, 1998, p. 38), foi alvo de intensas discussões nas reuniões da congregação, ligadas à Escola de Educação Técnica, no sentido de aperfeiçoar as cadeiras e disciplinas, para atender a uma política educacional articulada entre o Ministério da Agricultura e o Ministério da Educação, priorizando o ensino agrícola de nível médio técnico e superior.

A ideia da Escola de Educação Técnica era formar um professor que formasse um técnico agrícola comum ao perfil de agente de produção. Um técnico agrícola que pudesse desempenhar, com certa liderança, sua função ocupacional de agente de produção, de disseminador das técnicas agrícolas necessárias para incrementar o modo de produção. (Oliveira, p. 38).

No entanto, através de consulta realizada para a pesquisa junto a documentos internos da URB, entre os anos de 1964 a 1969, dos 60 profissionais graduados no Curso de Educação Técnica, nenhum foi para o Colégio Agrícola da Universidade Rural, o que prejudicava o funcionamento dos cursos.

Esse cenário passa a mudar a partir de 1968, com a Reforma Universitária, promovendo mudanças na denominação e no processo formativo da Educação Técnica.

Criada a partir de duas Escolas tradicionais de Agronomia e Veterinária, a URB, além de criar a Escola de Educação Técnica, ainda oferecia os cursos de Educação Familiar e Engenharia Florestal. Esclarecemos que a URB teve seu Estatuto aprovado pelo Decreto nº 1984 do Conselho Federal de Educação, e foi assinado pelos Ministros da Agricultura e da Educação, em 1963, tendo sido extinto em 1969, logo após a Reforma Universitária de 1968, quando os cursos de professores passam a estruturar-se pelas licenciaturas.

O Estatuto ainda previa que, o Colégio Técnico Ildefonso Simões Lopes era o campo de aplicação da Escola de Educação Técnica, podendo os estudantes e professores dessa Escola Superior colaborar com os estudantes e professores do Colégio Técnico, tanto no ensino quanto nas atividades técnicas.

2.2. A Ressignificação do Ensino Agrícola da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica e sua importância nas propostas de formação do Curso de Licenciatura em Ciências Agrícolas

A importância dada à educação agrícola, no início de sua trajetória, estava diretamente ligada a grupos hegemônicos, mas sempre houve uma discussão para que atendesse também à produção dos pequenos agricultores. As mudanças dentro do sistema educacional, causadas por fatores político, são efetivadas com o objetivo de atender a uma demanda profissional voltada para grandes empresas; no entanto, vários fatores ligados a medidas sócio ambientais vêm contribuindo, no sentido de ampliar o leque em relação às disciplinas do curso, para atender aos pequenos agricultores.

A forma como essas mudanças acontecem pode influenciar de forma significativa as perspectivas do estudante em relação ao curso, pois a sociedade é capitalista; o que obriga o estudante, a manter seu foco profissional voltado para o crescimento econômico, que é alimentado por grandes empresas. Desta forma, fazem-se necessários um acompanhamento e uma ponte entre conscientização, ensino e qualificação, para atender a uma sociedade cada vez mais diversificada e competitiva. O pensar progresso, como crescimento econômico, tem deixado a desejar na qualidade do ensino, pois, na busca por um *status* social, o estudante, muitas vezes, perde-se no seu pensar profissional.

Vale lembrar que, desde então, o processo educacional vem promovendo mudanças no sistema de ensino ligado ao setor agrícola, criando Instituições como: Escolas Agrotécnicas e Colégios Agrícolas e, para atender a essas instituições, várias medidas foram tomadas, de forma a especializar e direcionar o ensino.

As leis que acompanham esse processo, seja nas escolas agrotécnicas, sejam nos colégios agrícolas, são extremamente importantes, quando analisamos a educação de um ponto de vista pedagógico, pois algumas medidas vieram para facilitar a inserção de pessoas ligadas à área agrícola aos cursos superiores.

A Lei do Boi, com o nº 5.465, de 3 de julho de 1968, fixava em seu artigo 1º, que os estabelecimentos de ensino médio agrícola e as escolas superiores de agricultura e veterinária mantidos pela União reservariam preferencialmente, cada ano, para matrícula na primeira série, 50% de suas vagas a candidatos agricultores ou filhos desses, proprietários ou não de terras, que residissem com suas famílias na zona rural. E, mais, nos estabelecimentos de ensino médio mantidos pela União, 30% das vagas restantes seriam reservadas, preferencialmente, para os agricultores ou filhos desses, proprietários ou não de terras, que residissem em cidades ou vilas que não possuíam estabelecimentos de ensino médio. Para sua aplicação, bastaria ao candidato apresentar um certificado fornecido pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), atestando que residia em área rural. A Lei do Boi vigorou durante 17 anos e só foi revogada em 1985.

No mesmo ano de 1968, através da Lei 5.540/68, que tratava da reforma universitária, regulamentou-se a Licenciatura como curso obrigatório para a docência, causando, dessa forma, uma carência ainda maior desse profissional. No sentido de amenizar essa carência, foi editado o Parecer nº 74/1970 do CFE, visando à formação de professores para as áreas de Artes Industriais, Técnicas Comerciais, Técnicas Agrícolas e Educação para o Lar.

Longe de atender às demandas existentes, logo após surge a Lei 5692/1971, que reformou o ensino primário e secundário, estabelecendo compulsoriamente a profissionalização como finalidade única para o ensino do 2º grau. Em decorrência dessa Lei, a “educação profissional” deixou de estar limitada a estabelecimentos especializados e, ao mesmo tempo, lançou um desafio para os cursos de Licenciatura: formar um número infinito de professores, para atuarem numa infinidade de disciplinas, organizadas em atendimento às habilitações profissionais prescritas pelo Parecer 45/72.

Oliveira (1998), ao analisar os estudos de Demerval Saviani, comentou que a Lei 5.692/71 resguardava o caráter político e ideológico, tinha tudo para promover a valorização da Licenciatura como modelo de formação profissional. Entretanto, esse caráter político-ideológico mostrou muito intensamente a dinâmica contraditória do discurso e da prática política.

De acordo com essa linha de pensamento, cria-se, através da Portaria Ministerial nº432/71, os Esquemas I e II, que estabeleciam normas relativas aos cursos superiores de formação de professores de disciplinas especializadas no ensino de 2º grau.

Segundo o artigo 1º dessa Portaria: o currículo dos cursos de grau superior para a formação de professores de disciplinas especializadas do ensino médio, relativas às atividades econômicas primárias, secundárias e terciárias, dividir-se-á em dois esquemas:

a) Esquema I, para os portadores de diplomas de grau superior relacionados à habilitação pretendida, sujeitos à complementação pedagógica, com a duração de 600 (seiscentas) horas; b) Esquema II, para portadores de diploma técnico de nível médio, nas referidas áreas, com duração de 1080 (mil e oitenta) horas, 1.280 (mil duzentas e oitenta) ou 1480 (mil quatrocentos e oitenta) horas. No Esquema II, além das disciplinas constantes no Esquema I, havia disciplinas do conteúdo correlativas à área de habilitação.

Segundo Cunha (1998), com a implantação da Lei 5.692/71, as escolas técnicas viram-se procuradas por levas de estudantes que pouco ou nenhum interesse tinham por seus cursos profissionais. Paradoxalmente, a profissionalização compulsória do ensino do 2º grau trouxe como efeito o reforço da função propedêutica das escolas técnicas, que se transformaram numa alternativa de ensino público para estudantes que apenas pretendiam preparar-se para o vestibular. Onze anos depois, através da Lei 7.044/1982, foi retirada a obrigatoriedade da habilitação profissional no ensino de 2º grau. Em decorrência, a “educação profissional” voltou a ficar restrita aos estabelecimentos especializados (CAMPELLO, p. 5-6).

A Lei nº 9.394/1996, Lei de Diretrizes e Bases (LDB), através dos artigos 36 e 39, configura a identidade do ensino médio como uma etapa de consolidação da educação básica e dispõe que “a educação profissional (...) conduz ao permanente desenvolvimento de aptidões para a vida produtiva”. Pela primeira vez, consta em uma lei geral da educação brasileira um capítulo específico sobre “educação profissional”. Em 17 de abril de 1997, o governo federal baixou o Decreto nº 2.208, regulamentando os dispositivos da LDB referentes à “educação profissional”, definindo seus objetivos e níveis, além de estabelecer orientações para a formulação dos currículos dos cursos técnicos. O decreto especifica três níveis de “educação profissional”: o básico, o técnico e o tecnológico. A reforma dos anos 90 proíbe o desenvolvimento do ensino técnico integrado ao ensino médio e define a “educação profissional” como necessariamente paralela e complementar à educação básica (CAMPELLO, 2009, p. 6).

O debate em torno das concepções que estavam presentes nas discussões que antecederam a Lei nº 9.394/1996, no final dos anos 1980, é retomado nesse início do século XXI de maneira a contemplar uma proposta de articulação entre ciência, cultura e trabalho, como elementos norteadores de uma nova política educacional. A expansão e democratização

da “educação profissional” no Brasil assume grande relevância nesse contexto, em razão das expectativas de elaboração de uma nova política pública para o setor, no âmbito de um projeto nacional de desenvolvimento (CAMPELLO, 2009, p. 7).

Vale ressaltar que, de agosto de 1996 a dezembro de 1999, formou-se um grupo de professores da Rede Federal de Ensino Profissionalizante, nomeado pela Secretaria de Educação Média e Tecnológica (SEMETEC) para: a) elaborar a reformulação dos cursos de agropecuária; b) elaborar a proposta curricular para agricultura, pecuária e agroindústria; c) dar assistência técnico-pedagógica às escolas Agrotécnicas Federais, na implantação da nova proposta de reformulação curricular. Ao grupo cabia, também, analisar as sugestões de mudança curricular advindas de escolas federais do País.

A situação de estagnação curricular pode ser exemplificada pelo currículo do curso “Técnico em Agropecuária”: em quase duas décadas não houve modificação; e pode-se afirmar que, o currículo de 1978 – quando foram introduzidas as disciplinas Irrigação e Drenagem, Desenho e Topografia – não foi alterado até 1997, ano em que teve início a reforma do ensino técnico. Só a partir de 1995, com os encontros da SEMETEC, os profissionais que atuam nos currículos da área profissionalizante puderam contribuir significativamente para reconstruí-los. Em 1996, deu-se continuidade ao estudo e à reconstrução dos currículos, postos em prática no ano seguinte (SOUZA, 2005, p.38).

Nesse contexto, a LDB representa um fator estratégico de competitividade e desenvolvimento humano, para atender às transformações de caráter cultural, político e socioeconômico, que chegam com o fenômeno da globalização e deixa bem clara essa movimentação em todo o seu texto.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação foi, dentre outras, regulamentada pelo Decreto nº 2.208, de 17 de abril de 1997, considerado pelos críticos como rígido e cerceador da autonomia delegada já expressa em lei. Em seu texto, o Decreto Federal nº 2.208 regulamentou o artigo 36 e os artigos 39 a 42 da LDB 9394/96(SOUSA, 2005, p.29,30).

Artigos 36, 39 e 42, referentes à LDB 9394/96.

Art.36- A preparação geral para o trabalho e, facultativamente, a habilitação profissional poderão ser desenvolvidas nos próprios estabelecimentos de ensino médio ou em cooperação com instituições especializadas em educação profissional.

Art.39- A educação profissional e tecnológica, no cumprimento dos objetivos da educação nacional, integra-se aos diferentes níveis e modalidades de educação e às dimensões do trabalho, da ciência e da tecnologia.

Art.42- As instituições de educação profissional e tecnológica, além de seus recursos regulares, oferecerão cursos especiais abertos à comunidade, condicionada a matrícula à capacidade de aproveitamento, e não necessariamente ao nível de escolaridade.

As Diretrizes Curriculares Nacionais, de 1996, definidas pelo Conselho Nacional de Educação, não perderam sua validade e eficácia, continuando em plena vigência após a edição do Decreto nº 5.154/2004. No entanto, houve alteração referente às Diretrizes Curriculares Nacionais, fixando orientações complementares a orientações básicas do revogado Decreto 2.208/1997 e do Decreto nº 5.154/2004.

Vale ressaltar alguns pontos importantes, que apontam para divergências entre os dois decretos regulamentadores, ocasionando mudanças na perspectiva profissional dos Licenciados em Ciências Agrícolas. São eles:

- Decreto 2.208/1997 - Organizava a Educação Profissional em três níveis: Básico, Técnico e Tecnológico. No artigo 5º, definia que a Educação Profissional de nível técnico teria organização curricular própria e independente do Ensino Médio, podendo ser oferecida de forma concomitante ou sequencial.
- Decreto 5.154/04 -No seu Artigo 4º, define que “a Educação Profissional Técnica de nível médio (...) será desenvolvida de forma articulada com o Ensino Médio”, e que esta articulação “dar-se-á de forma integrada, concomitante e subsequente ao Ensino Médio”. “Será desenvolvida por meio de cursos e programas de formação inicial e continuada de trabalhadores; Educação Profissional Técnica de nível médio e Educação Profissional Tecnológica, de graduação e de pós-graduação”.

Observa-se que o Decreto Lei 2.208/1997 vem desenvolver o ensino técnico articulado ao ensino médio; onde evidenciam, de forma exemplar, as principais características da reforma da “educação profissional” dos anos 1990, no Brasil: o retorno formal ao dualismo escolar, na medida em que se aparta, a “educação profissional” da educação regular; na concepção de educação que embasa essa reforma – a ruptura entre pensar e o agir e o aligeiramento da educação profissional; a subsunção da escola à cultura do mercado na formação do cidadão produtivo (Frigotto & Ciavatta, 2006).

Essa concepção de educação se insere no contexto de hegemonia das políticas neoliberais e se afina à redução do papel do Estado. Retoma-se com essa reforma uma visão

dualista do sistema educacional, destinando-se explicitamente a “educação profissional” ao atendimento de uma determinada classe social (CAMPELLO, 2009, p. 6).

O Decreto nº 5.154, de julho de 2004, revogou o Decreto nº 2.208/1997 e restituiu a possibilidade de articulação plena do ensino médio com a “educação profissional”, mediante a oferta de ensino técnico integrado ao ensino médio. Manteve, entretanto, as alternativas anteriores que haviam sido fortalecidas e ampliadas com o Decreto nº 2.208/97 e expressavam a histórica dualidade estrutural da educação brasileira (CAMPELLO, 2009p. 7).

Dentro desse contexto, as mudanças que ocorreram nos Cursos Técnicos em Agropecuária também provocaram um repensar do Curso de Licenciatura em Ciências Agrícolas da UFRRJ, pois criado para suprir a demanda de profissionais na área agrária, objetiva uma qualificação profissional que possa atender a uma diversidade de situações e que se transforma em fator relevante, diante da competitividade criada a partir de novas tecnologias implementadas por diversos setores da área agrícola. Esse repensar tem como meta não perder o foco, na construção de pontes, entre comunidades ligadas ao setor agrário e a Universidade.

O Ministério da Educação, através da Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica/Diretoria de Formulação de Políticas de Educação Profissional e Tecnológica, promoveu ações, através de Seminários Regionais e Seminário Nacional, que se caracterizaram pela participação dinâmica de todos os atores envolvidos no ensino agrícola, na busca de estratégias e diretrizes, sempre que possível, no sentido da (Re)significação do Ensino Agrícola na Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica (MEC, SETEC, (RE) significação do Ensino Agrícola da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica, 2009, p. 6).

As discussões evidenciaram que as transformações ocorridas em todas as áreas das atividades humanas na sociedade, através de novas formas de pensar, agir e produzir, impõe a necessidade de ser repensada e reestruturada essa modalidade de Educação Profissional e Tecnológica (EPT) (MEC, SETEC, (re)significação do Ensino Agrícola da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica.2009, p.6).

Vale citar algumas questões que fizeram parte das deliberações, ligadas ao documento final, referentes à (re)significação do Ensino Agrícola da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica, que considero relevantes, no que se refere às perspectivas relacionadas ao curso de LICA.

Nesse contexto de ressignificação da educação agrícola, vale ressaltar alguns aspectos que constam no documento final elaborado pelo MEC e SETEC em 2009 e que podem provocar discussões referentes ao perfil do profissional do curso de LICA da UFRRJ, dentre eles: encontrar formas que priorizem a seleção de estudantes filhos de agricultores familiares ou ligados à produção ou aos problemas agrícolas e consultar o MEC sobre a questão legal dessa priorização; estabelecer cotas para os povos do campo; possibilitar editais específicos para atender a demandas de comunidades isoladas ou em áreas de difícil acesso, para oferecimento de cursos regulares nos locais de origem dos interessados; atuar junto às entidades e organizações, para que a agricultura familiar seja mais bem contemplada como política de estado; definir linhas de pesquisa voltadas para o conhecimento local das comunidades; desenvolver o ensino de qualidade com compromissos profissionais dos docentes, repensando continuamente as práticas pedagógicas nas quais se inclui um aumento proporcional das atividades práticas dentro da carga horária das disciplinas; incentivar a capacitação e qualificação do docente; reestruturar o sistema escola-fazenda, com objetivo de transformar os setores de produção em unidades de experimentação participativa e regulamentar as práticas agropecuárias didáticas a serem realizadas pelos estudantes, com atenção especial ao Menor Aprendiz, diferenciando-as das atividades de manutenção dos setores da escola.

Percebe-se que há uma preocupação com a adequação do ensino voltado para uma nova realidade social e para novas necessidades desse grupo, em relação ao seu desempenho profissional direcionado para o setor de produção agrícola.

Vale destacar, nesse contexto, algumas instituições importantes dentro do processo de valorização do profissional de LICA, como a Coordenação Nacional de Ensino Agrícola (COAGRI), que, criada em 1973, e com assistência financeira da Federação, tinha como objetivo a coordenação da educação agrícola em nível de 2º grau, visando ao aperfeiçoamento do ensino agrícola e ao desenvolvimento das comunidades rurais. Em 1987, de posse de recursos financeiros originados de acordos internacionais celebrados com o Banco Mundial, a COAGRI implanta o sistema escola-fazenda.

Como observamos, através das mudanças no rumo da educação, principalmente no que se refere ao ensino técnico, há um direcionamento para a profissionalização, no sentido de atender ao mercado de trabalho, sem a preocupação da discussão quanto à qualidade do ensino técnico no Brasil, deixando de lado o caráter educativo global da escola, que deve oferecer uma educação que possibilite o desenvolvimento de conhecimentos e habilidades,

para acompanhar os processos produtivos e, paralelamente, uma formação voltada para despertar o senso crítico, com o objetivo de permitir uma análise do processo social e existencial, capacitando o indivíduo para intervenções sobre sua realidade e, conseqüentemente, a sociedade onde está inserido.

A formação de um homem capaz de agir e pensar de forma autônoma requer currículos estruturados sob a ótica da indissociabilidade entre a teoria e prática, e um ensino que privilegie a integração dos conhecimentos, numa perspectiva interdisciplinar, contrariamente às propostas fragmentárias que se encontram em curso. No entanto, a escola, hoje, em qualquer nível, tem deixado de cumprir o seu verdadeiro papel social, e, cada vez mais, abre espaços para a chamada “cultura” da mídia, esta sim responsável pela “formação” da maioria dos indivíduos que se conformam ao modelo vigente hegemonicamente, determinado pelas regras do jogo mercadológico. Parece o Show de Trumann, saído da idealização cinematográfica para o cotidiano dos nossos dias. (SOARES, A.M.D; p. 16-17).

A colocação referente à educação voltada para a cultura da mídia parece alertar-nos para um modismo ligado à educação, que pode causar insegurança do estudante na busca do seu ideal como profissional. Há uma busca frenética por *status*, o que pode prejudicar determinadas profissões, como a licenciatura, e estimular o estudante a buscar outros ideais em relação à sua profissão.

No entanto, observa-se que a licenciatura associada à técnica, características do curso de LICA, possui um ideal interativo, onde o ensinar caminha junto com o aprender e, apesar das transformações sociais ao longo de sua história, o propósito se mantém.

Houve um longo caminhar de aprendizados e de amadurecimento em relação à terra e a tudo o que advém dela, inclusive de sua importância, para aqueles que, antes cercados pelos muros de uma grande cidade, jamais tinham parado para pensar de onde vem seu alimento. Desta forma, observa-se uma valorização da terra e daquele que nela produz.

Hoje podemos encontrar o seguinte texto:

A Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura (FAO) elegeu 2014 como Ano Internacional da Agricultura Familiar. Sua finalidade é contribuir para reposicionar esse modelo de produto no centro das políticas públicas agrícolas, ambientais e sociais das agendas nacionais. Também propõe-se a identificar lacunas e oportunidades para “promover uma mudança mais equitativa e equilibrada”. No dia 16 de outubro é comemorado o dia mundial da alimentação, promovido pela mesma entidade, com o tema “Alimentar o mundo, cuidar do planeta”. Essas duas datas comemorativas são oportunas para colocar em pauta a

relação intrínseca entre o modo de produção agrícola e a Segurança da Soberania Alimentar. (www.brasilecola.com).

2.3. Cursos de Licenciatura em Ciências Agrárias/Agrícolas oferecidos no Brasil por Região

No Brasil existem dezoitos (18) cursos nessa modalidade, distribuídos regionalmente da seguinte forma:

A Região Sul oferece apenas um (1) curso (Licenciatura em Ciências Agrícolas) que é oferecido pela Universidade Comunitária Regional de Chapecó – UNOCHAPECÓ, iniciado em 1998, que apresenta uma carga horária de 2820 horas-aula e, de acordo com dados do MEC, o curso está em processo de extinção (OLIVEIRA & FRANÇA, 2010, p. 14).

A Região Sudeste oferece dois (2) cursos, o da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro – UFRRJ e o da Universidade de São Paulo – USP. O oferecido pela UFRRJ foi iniciado em 1963 e reconhecido em 1977, possuindo uma carga horária de 3390 horas-aula; já o oferecido pela USP foi iniciado em 1996, possuindo uma carga horária de 4.380 horas-aula.

A região geográfica que apresenta o maior número de cursos de licenciatura em Ciências Agrárias é a região Norte. De acordo com os dados do MEC, existem nove (9) cursos, correspondendo a 50% da distribuição geográfica regional. Desse total, sete (7) cursos são oferecidos pela Universidade Federal do Amazonas – UFAM, nos campi do Coari, Maués, Manacapuru, Lábrea, Manicorí (este em processo de extinção), e dois (2) cursos na unidade de Benjamin Constant (sendo um com nomenclatura de Licenciatura em Ciências Agrárias e do Meio Ambiente); e apenas dois (2) são oferecidos pela Universidade Federal do Pará – UFPA, nos campi de Altamira e de Marabá. Na UFAM, os cursos oferecidos nos campi de Coari, Maués, Manacapuru, Lábrea são do tipo ensino a distância (OLIVEIRA e FRANÇA, 2010, p.15).

A Região Nordeste oferece seis (6) cursos, distribuídos pelos Estados do Maranhão, Paraíba e Pernambuco. No Maranhão, o curso é oferecido pela Universidade Federal do Maranhão – UFMA e pelo Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Maranhão – IFMA. Na UFMA, o curso foi iniciado em 2009, ainda não constando na página do MEC dados referentes ao seu reconhecimento. No IFMA, o curso possui reconhecimento desde 2008 (OLIVEIRA & FRANÇA, 2010, p.15).

Na Paraíba, o curso é oferecido pela Universidade Federal da Paraíba – UFPB, no campus de João Pessoa e no campus de Bananeiras, e pela Universidade Estadual da Paraíba – UEPB, na Cidade de Catole da Rocha.

Em Pernambuco, o curso é oferecido pela Universidade Federal Rural de Pernambuco – UFRPE, sob a designação de Licenciatura em Ciências Agrícolas (LA). Essa modalidade de licenciatura foi oferecida no período de 1972 a 1983; tendo sido reconhecido em 1976, sofreu mudanças através da Resolução do CFE nº3/77, que estruturou o curso, passando a ser reconhecido em 1982 como Licenciatura Plena, com a denominação de “Curso de Graduação de Professores da Parte de Formação Especial do Currículo do Ensino de 2º Grau”.

De acordo com a Portaria Ministerial 396/77 e a Resolução nº7/82 do então CFE, que tornou opcional a formação de professores para o Ensino Profissionalizante pela via da Licenciatura Plena, o Conselho de Ensino Pesquisa e Extensão da UFPE regulamentou, em sua Resolução 117/83, o ingresso de diplomados e estudantes dos cursos da área das ciências agrárias (Agronomia, Veterinária, Zootecnia, Engenharia de Pesca e Engenharia Florestal) no Curso de Licenciatura em Ciências Agrícolas. Essa modalidade de curso vem sendo oferecida desde 1984 e, até o segundo semestre de 2002 formou 435 licenciados (OLIVEIRA & FRANÇA, 2010, p.16).

2.4. O Curso de Licenciatura em Ciências Agrícolas (LICA) na UFRRJ

A Escola de Educação Técnica foi a matriz original do curso de LICA e teve suas bases estruturadas a partir dos interesses políticos e acadêmicos da Escola Nacional de Agronomia, criada para ser o modelo de ensino superior agrícola do país, tendo como finalidade preparar professores para ministrar disciplinas profissionalizantes do ensino médio agrícola, atender ao desenvolvimento tecnológico da agricultura e da pecuária, promover a formação de outros profissionais (técnico agrícola) que atuassem na melhoria das condições do meio rural.

A Escola Nacional de Agronomia teve origem a partir da LDB 4024, de 1961 com o objetivo de formar professores para o ensino técnico agrícola, para atuarem nas Escolas de Formação Técnica. Logo após, em 1963, a UFRRJ enquanto Universidade do Brasil deu início ao processo de ensino agrícola, através de um curso pleno e regular de Educação Técnica, que foi extinto no ano de 1968. Sua extinção esteve associada às reformas educacionais de 1968 e 1971, quando os cursos de formação de professores passaram a estruturar-se pelas Licenciaturas. Em 1970, foi criado o curso de Licenciatura em Ciências Agrícolas e, mais tarde, em 1977, o curso é reconhecido através do Parecer nº549 MEC/CFE.

Interessante lembrar que a maior parte de toda essa estruturação se deu através do Projeto de Crescimento Econômico, implantado pela liderança de golpe militar de 1964, onde no período de 1967 a 1973, houve um grande crescimento no setor ligado à agricultura brasileira (OLIVEIRA, 1998, p.27).

O Curso de LICA é legitimado a partir da necessidade de professores para atender à demanda que surge com a ampliação do número de cursos técnicos na área agrícola, criados com o objetivo de capacitar indivíduos para desempenharem atividades junto à área agrária e estimular a produção agrícola no País.

Ao longo dos anos de 1970, o curso de LICA manteve-se estruturado curricularmente igual às demais Licenciaturas que passaram a ser oferecidas pela Rural. Ficou reconhecido nacionalmente, por ser um curso regular, onde os egressos se firmavam no principal mercado – as Escolas Agrotécnicas – por terem uma formação pedagógica e específica bastante densa no nível teórico e prático, que satisfazia plenamente aos objetivos do ensino técnico agrícola.

O desempenho desses profissionais licenciados na área agrícola deu-se através das Escolas Agrotécnicas Federais e dos Colégios Agrícolas que, de acordo com documentos do MEC-COAGRI, adotavam o modelo pedagógico da Escola-Fazenda, que promovia uma interação entre os profissionais e estudantes com o meio, desenvolvendo um aprendizado focado em atividades, onde a relação teoria-prática se fazia necessária. O processo de ensino desenvolvido pelo sistema escola-fazenda visava a conciliar educação, trabalho e produção, respeitando todo o processo ligado à cultura regional e utilizando tecnologias locais e de baixo custo.

A partir da década de 1980, houve um fator importante, ligado ao convênio estabelecido entre o MEC e a Coordenadoria Nacional de Ensino Agropecuário (COAGRI), que possibilitou à UFRRJ desenvolver um programa para a aplicação do vestibular nas Escolas Agrotécnicas Federais, através de uma parceria entre professores da UFRRJ e as Agrotécnicas.

O programa foi de fundamental importância, não só na divulgação e valorização do curso, mas também na oportunidade dada aos estudantes de regiões distantes de participarem do processo de seleção oferecido pela UFRRJ; no entanto, foi extinto em 2007, sendo o último vestibular realizado em 2009; a partir desse ano, a UFRRJ adere ao Exame Nacional de Ensino Médio (ENEM).

Desde seu reconhecimento, o curso de LICA encontra-se vinculado ao Instituto de Educação, sendo o seu currículo ligado à área de conhecimentos pedagógicos daquela unidade acadêmica, e as áreas técnicas de formação profissional, das Ciências Agrárias.

Em relação à sua estrutura, o curso de LICA da UFRRJ oferece 70 (setenta) vagas anuais, sendo 35 delas para o primeiro semestre e 35 para o segundo semestre.

Sua duração tem como tempo mínimo de integralização 8 períodos (4 anos) e no máximo 16 períodos (8 anos).

Houve algumas modificações curriculares nesse período, principalmente no que se refere às áreas de concentração, criadas a partir de 2003, que altera o número de créditos do curso e sua carga horária.

O trabalho não tem o propósito de discutir as mudanças curriculares, no entanto apresenta algumas mudanças no que se refere a créditos e carga horária, comparando um currículo anterior a 2003 e outros referentes às áreas de concentração criadas nesse período.

Currículo de LICA anterior à criação das áreas de concentração:

Numero de créditos obrigatórios: 185.

Número de créditos optativos: 23.

Currículo de LICA após a criação das áreas de concentração:

- Área de concentração em Agricultura:

Número de créditos obrigatórios: 177

Número de créditos optativos: 17

-Área de concentração em Agroengenharia:

Número de créditos obrigatórios: 197

Número de créditos optativos: 17

- Área de concentração em Zootecnia:

Número de créditos obrigatórios: 180

Número de créditos optativos: 17

Observa-se que há uma diferença, principalmente em relação ao número de créditos obrigatórios, isso ocorre devido às mudanças curriculares efetivadas, para atender ao novo programa do curso. Não há nenhuma pesquisa em relação ao impacto dessas mudanças na escolha do estudante, pois o regime de matrícula obedece ao sistema de crédito por semestre e, sendo o período de funcionamento integral, pode dificultar um levantamento nesse sentido.

Princípios Norteadores para a Formação Profissional de LICA.

- Um profissional que tenha identidade com a docência no ensino agropecuário e na agroecologia.
- Conduzir o processo educativo com saberes interativos que constroem conhecimentos nas relações e processos socioculturais, de trabalhos, políticos, econômicos, institucionais e ambientais.
- Considerar a natureza através da produção historicamente construída e sua articulação ético-política.
- Sólida formação teórica articulando-se com a prática, para interações de novos conhecimentos.
- Compromisso social e ético com aqueles que se dedicam ao trabalho pedagógico direta e indiretamente.
- Incorporação da pesquisa, garantindo a indissociabilidade entre o ensino, pesquisa e extensão, com permanente integração entre a teoria e prática.
- Formação na conduta crítica e cidadã.
- Compromisso com o exercício educacional nos princípios norteadores do desenvolvimento sustentável e na intervenção dos agrossistemas com sistemas sociais determinados.

Perfil do Licenciado em Ciências Agrícolas.

Os profissionais da área de LICA estarão aptos a atuar em: Institutos Federais, Escolas Técnicas vinculadas às universidades, Escolas Agrícolas de Ensino Fundamental, Escolas não profissionalizantes que ofereçam disciplinas de formação especial na área agrícola, Secretarias de Agricultura, Planejamento, Meio Ambiente e Assuntos Fundiários, Fazendas, Instituições de Pesquisa, Instituições de Ensino Superior, Instituições de Extensão Rural e, mais recentemente, o Centro Federal de Educação Tecnológica (CEFET).

Profissional de formação política/crítica da realidade contextual, construtiva do saber e da ética, capaz de contribuir para a transformação social pautada nos princípios de uma educação inclusiva, com condições de desenvolver teorias e metodologias no campo da docência nas Ciências Agrárias, integrado no campo de pesquisa, na produção agropecuária e no meio profissional comprometido com o desenvolvimento sustentável social, econômico e cultural da sociedade (www.ufrj.br).

Demanda Social dos Profissionais de LICA

- Escolas Agrotécnicas de Ensino Profissional; Colégios Técnicos, Rede Federal de Educação Técnica e Tecnológica.

- Escolas de Ensino Fundamental e Escolas-Família Agrícolas;

- Escolas não profissionalizantes que ofereçam disciplinas de formação na área agrícola;

- Secretarias da Agricultura, Planejamento, Meio Ambiente, Assuntos Fundiários,

INCRA, EMATER.

- Instituições ligadas à Extensão Rural;

- Instituições de Pesquisa;

- Instituições de Ensino Superior;

- Projetos e Programas de desenvolvimento agrícola sustentável, junto a ONG e outras instituições congêneres;

-Fazendas e Propriedades Rurais.

As ações afirmativas implementadas pela UFRRJ

Em consonância com a Lei 12.711, de 29 de agosto de 2012, a UFRRJ reserva no mínimo 50% (cinquenta por cento) das vagas para ingresso, por curso e turno, para candidatos que tenham cursado integralmente o ensino médio em escolas públicas, inclusive cursos de educação profissional técnica, observadas as seguintes condições:

- No mínimo 50% das vagas são reservadas aos estudantes com renda familiar bruta igual ou inferior a 1,5 salário mínimo *per capita*, e no mínimo 51,8% das vagas são reservadas para autodeclarados pretos, pardos e indígenas, conforme o último Censo Demográfico divulgado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) para o Estado do Rio de Janeiro.

Sistema de Avaliação do Processo Ensino e Aprendizagem

O rendimento escolar em cada Disciplina será expresso por notas de 0 (zero) a 10 (dez), computadas até a primeira casa decimal.

No caso das Atividades Acadêmicas, o rendimento escolar será expresso através das letras “S” e “N” para situações “satisfatórias” e “insatisfatórias”, respectivamente. As formas e datas das verificações de aprendizagem (provas escritas ou orais, trabalhos práticos ou teóricos, projetos, seminários ou outros) serão estabelecidas pelo professor responsável pela

disciplina, sob a supervisão da Chefia de Departamento, devendo ser divulgadas aos estudantes no início do período letivo.

Há obrigatoriedade de, no mínimo, duas avaliações de rendimento nas disciplinas.

São condições de aprovação a obtenção de nota final igual ou superior a 5 (cinco), e a frequência mínima de setenta e cinco por cento no ensino presencial.

O coeficiente de rendimento (CR) será a média ponderada das notas obtidas nas disciplinas cursadas no período letivo, tendo o número de créditos da disciplina como peso de ponderação. O mesmo será expresso com duas casas decimais (PPC, LICA–UFRRJ).

Sistema de avaliação do Curso

A UFRRJ possui uma Comissão Própria de Avaliação – CPA. A composição da CPA obedece às orientações e aos princípios do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES), instituído pela Lei nº 10.861, de 14 de abril de 2004.

É constituída, nos termos desta Lei, no órgão responsável pela condução dos processos de avaliação interna da UFRRJ, assim como pela sistematização e prestação das informações solicitadas pelo INEP para fins de avaliação institucional. A CPA atua de forma autônoma em relação aos conselhos e todos os demais Órgãos Colegiados da UFRRJ e conduz a avaliação institucional de forma a abranger, no mínimo, as dimensões exigidas pela lei.

Atribuições profissionais do Licenciado em Ciências Agrícolas

As atribuições do profissional de LICA estão ligadas ao Planejamento na educação institucional, com metas claras do propósito do seu perfil; ao planejamento das atividades de ensino e avaliação; atua também no desenvolvimento de métodos e técnicas de ensino compatíveis com diversas realidades onde esteja inserido; integrar-se aos projetos institucionais de desenvolvimento educacional; elaboração e execução de planos, programas e projetos educacionais com perspectiva transformadora; elaboração e execução de ações nas áreas de produção agropecuária baseadas na sua formação técnica atualizada e contextualizada.

O Profissional de LICA participa, ainda, do planejamento, execução e implantação de tecnologias ecologicamente seguras, economicamente viáveis e socialmente integradas no contexto local; no planejamento e avaliação de projetos agropecuários; no beneficiamento de produtos agropecuários, no entorno da agricultura familiar; no assessoramento aos organismos de extensão, às associações, às cooperativas agropecuárias, aos sindicatos e ONG; na

produção de conhecimentos científicos através do espírito investigativo, da curiosidade e da observação sistemática da realidade, nas diversas pós-graduações, tanto no campo teórico, quanto no campo das ciências humanas e da educação (www.ufrjr.br).

Todas essas atribuições estão ligadas a um profissional que tem como objetivo atender a uma demanda representativa, pois o Brasil ainda é um país que se destaca pela sua produção agrícola. Desde sua criação, o curso de LICA vem buscando, através de mudanças curriculares, dar condições aos seus estudantes de enfrentar novos desafios, no que se refere a atender ao novo mercado de trabalho, mantendo seu espírito crítico e sua consciência como ser social.

Estrutura do Curso de LICA

O Curso de Graduação em Ciências Agrícolas possui dois organismos de fundamental importância dentro do sistema acadêmico: O Colegiado de Curso e o Núcleo Docente Estruturante. O Colegiado de Curso possui caráter deliberativo, para integração acadêmica e planejamento de ensino, que atua junto ao Núcleo Docente Estruturante (NDE), que é um órgão consultivo responsável pela concepção do Projeto Pedagógico do curso de LICA e tem por finalidade o desenvolvimento, a atualização e a revitalização do mesmo.

O Colegiado de Curso é composto por: 1 Presidente, 1 Vice-presidente, 1 Representante Técnico Administrativo, 9 Institutos, 24 Departamentos e 5 Representantes do Diretório Acadêmico da UFRRJ. Os Institutos que fazem parte do Colegiado de Curso são: Instituto de Agronomia, Instituto de Biologia, Instituto de Ciências Exatas, Instituto de Ciências Humanas e Sociais; Instituto de Educação Instituto de Floresta, Instituto de Tecnologia, Instituto de Veterinária e o Instituto de Zootecnia. A relação dos departamentos e representantes das áreas no colegiado encontra-seno anexo1.

Compete ao Colegiado de Curso: deliberar sobre as atividades do curso, de acordo com as normas estabelecidas pelo CEPE, CEPEA e Pró-Reitorias Acadêmicas; fazer coordenação e supervisão didático-pedagógica do curso, com vistas ao seu constante aprimoramento e atualização; promover a avaliação do curso, em articulação com os objetivos e critérios institucionais; desenvolver ações integradoras entre os departamentos responsáveis por disciplinas do curso, de forma a garantir os princípios e finalidade da Universidade; elaborar e aprovar o Projeto Pedagógico do Curso (PPC); propor aos departamentos a criação de novas disciplinas, a reestruturação de programas de disciplinas do curso e criar atividades acadêmicas em consonância com o PPC; planejar anualmente a programação do curso;

aprovar bancas de defesa de monografias, dissertações e teses, quando couber; organizar a escolha do Coordenador e do Vice-coordenador, de acordo com a legislação vigente nesse Regimento; elaborar, para encaminhamento ao CONSUNI, proposta quanto ao CEPEA do qual a Coordenação do Curso pretende participar; designar grupos de trabalho para atividades específicas no âmbito do Curso. Os colegiados de cursos estabelecem calendário de reuniões ordinárias e podem ter reuniões extraordinárias, por convocação de seu presidente ou por decisão de dois terços de seus membros.

O Núcleo Docente Estruturante (NDE) é composto por 1 (um) Presidente e 19 (dezenove) Professores ligados a 13 Departamentos da UFRRJ. Os Departamentos que fazem parte do NDE são: Departamento de Fitotecnia, Departamento de Solos, Departamento de Biologia Animal, Departamento de Ciências Ambientais, Departamento de Ciências Fisiológicas, Departamento de Botânica, Departamento de Psicologia, Departamento de Microbiologia e Imunologia Veterinária, Departamento de teoria e Planejamento de Ensino, Departamento de Tecnologia de Alimentos, Departamento de Produção Animal, Departamento de Física, Departamento de arquitetura e Urbanismo. A relação dos docentes que fazem parte do NDE de 2014 encontra-se no anexo 2.

Atribuições do NDE: desenvolver, avaliar e atuar junto à Coordenação do Curso na implementação e acompanhamento do Projeto Pedagógico do Curso, definindo sua concepção e fundamentos; estabelecer o Perfil Profissional do egresso do Curso; atualizar o Projeto Pedagógico do Curso; conduzir os trabalhos de reestruturação curricular, para aprovação no Colegiado de Curso, sempre que necessário; supervisionar as formas de avaliação e acompanhamento do curso definidas pelo Colegiado; verificar os Planos de Ensino dos componentes Curriculares; promover a integração horizontal e vertical do curso, respeitando os eixos estabelecidos pelo Projeto Político Pedagógico do Curso; indicar formas de incentivo ao desenvolvimento de linhas de Pesquisa e Extensão, oriundas de necessidades da graduação, de exigências do mercado de trabalho e afinadas com as políticas públicas relativas à área de conhecimento do Curso; exercer demais atribuições que lhes são explícitas conferidas pelo Regimento Geral da Universidade, bem como legislação e regulamentos a que se subordine.

Sendo um órgão de caráter consultivo, todas as recomendações emitidas pelo NDE deverão ser apreciadas pelo Colegiado do Curso de Licenciatura em Ciências Agrícolas, que, em caso de aprovação, deverá emitir resolução correspondente. Caso contrário, a matéria deverá ser reencaminhada ao NDE juntamente com o parecer escrito para que a mesma seja reavaliada.

Esses órgãos fazem parte de um processo que possui como objetivo um acompanhamento do curso, feito por gestores e docentes ligados à área. Há todo um empenho constante em estudar e avaliar comportamento dos estudantes, seu perfil, currículo e mercado de trabalho, itens que sempre foram relevantes desde a criação do curso, pois, como vimos anteriormente, sua base foi montada sobre cursos técnicos.

Considerando os modelos de escolas que foram importantes na criação do Curso de Licenciatura em Ciências Agrícolas e as reformas de ensino efetuadas pelas LDB nº 5540/68 e a LDB nº 5692/71 não se preocuparam em promover uma base de conhecimento de forma organizada, será possível constatar que esse modelo educacional promovia conhecimentos fragmentados e dicotomizados, para atender a uma demanda gerada por projetos educacionais voltados para a qualificação profissional.

Em 1988, houve uma reformulação curricular, para atender às mudanças implementadas pelos Cursos de Agronomia, Zootecnia, Veterinária e Engenharia Florestal. Essa última alteração processada na grade curricular foram adaptações curriculares visando a normalizar situações da administração acadêmica (carga horária, vagas por curso/disciplina...) e uniformizar as disciplinas específicas comuns aos cursos de Ciências Agrárias (o curso de LICA, no CEPE, é considerado da área de Ciências Agrárias) que, desde o final dos anos 70, vinham sendo repensados nos Conselhos Regionais, na ABEAS e nos Congressos científicos e de classe (OLIVEIRA, 1998, p.143-144).

Nos dados em ata referente à reunião de Colegiado de Curso de LICA realizada em 27/01/88 constam: comentários sobre a proposta de um fluxograma emergencial com propostas de alterações no currículo, como transformação de disciplinas optativas em obrigatórias e inclusão de disciplinas ligadas à matemática, e em ata referente à Reunião de Colegiado do Curso de LICA realizada em 03/02/1988 constam: mudanças na grade curricular do curso de LICA, tendo em vista as reformulações do currículo das Ciências Agrárias.

O curso tem duração de 4 anos ou 8 semestres como prazo mínimo, e de 8 anos ou 16 semestres como prazo máximo, mantendo os 196 créditos totais, sendo 179 obrigatórios e 17 optativos. Segundo informações obtidas, através de documentos junto a coordenação do curso de LICA, tais mudanças possuem caráter emergencial, pois Fitotecnia, Engenharia, Entomologia, Fitopatologia, Humanas e Sociais deverão ser modificadas em um estudo detalhado, conforme avançarmos no estudo do currículo, avaliando o objetivo do curso, chegando a linhas curriculares e ao perfil profissional, através de consulta aos professores,

egressos, estudantes do curso e mercado de trabalho (Atas de Reuniões de Colegiado de Curso de 1988).

Percebe-se a preocupação dos integrantes do Colegiado do Curso de LICA, já em 1988, em buscar, através de pesquisas, parâmetros que pudessem auxiliar em propostas para modificações curriculares no sentido de atender aos anseios do estudante dentro do ponto de vista acadêmico e profissional.

A Comissão de Reformulação Curricular, instalada em 1986, por decisão do Colegiado do Curso da LICA, através do seu relatório final, em 1989, apontou as principais deficiências do curso, principalmente o descompasso entre as disciplinas básicas e as profissionais, o excessivo tecnicismo impregnado na prática pedagógica, o direcionamento quase exclusivo ao perfil ocupacional das Escolas Agrotécnicas (principal mercado de trabalho dos egressos do curso), o distanciamento teoria-prática, entre outras, o que promovia uma grande insatisfação entre os discentes do curso (SOARES, 2003, p.2).

As mudanças que ocorreram nos Cursos Técnicos em Agropecuária descritas no capítulo anterior desta pesquisa também provocaram um repensar do Curso de Licenciatura em Ciências Agrícolas da UFRRJ, criado para atender a essa demanda. A preocupação em atender à demanda dos cursos técnicos passa também por um olhar mais atento, que busca atender a uma demanda ainda mais distante, nas áreas rurais, onde há necessidade de informação e, ao mesmo tempo, uma dificuldade na construção de uma ponte que ligue as comunidades às Universidades.

2.5. Alguns aspectos que podem influenciar a trajetória acadêmica do estudante de LICA

O jovem chega cada vez mais cedo na Universidade, e suas buscas se mesclam entre buscas profissionais e individuais, com descobertas e vaidades pessoais, tudo isso com forte influência do meio, cada vez mais padronizado e condicionado a uma mídia informatizada que dita as regras sociais.

Segundo texto da Revista Brasileira de Filosofia & Vida, Bourdieu afirma que *a posição social, o capital cultural, o ethos* da família e dos parentes são aspectos influenciadores da continuidade dos estudos dos estudantes. Mas ainda existem outras variantes, tais como “[...] resultados escolares anteriores, de práticas e de conhecimentos

culturais (em matéria de teatro, música, jazz ou cinema), ou, ainda, de facilidade linguística [...]”.

Apesar de Bourdieu destacar a importância da origem familiar do estudante em seu desempenho acadêmico, percebe-se que esse fato está longe de significar uma regra, pois as instituições de Ensino Superior apresentam um número crescente de estudantes oriundos de classes populares matriculados em seus cursos, através das cotas, das bolsas acadêmicas e outras políticas de inclusão social de estudantes menos favorecidos.

Além disso, o conjunto de características do passado escolar – o ramo do curso secundário e o tipo de estabelecimento, as características demográficas do grupo familiar (quantidade de membros da composição familiar) – corrobora um “cálculo muito preciso das esperanças de vida escolar” dos estudantes, pois sabe-se que quanto menor for a aquisição de capital cultural, social e econômico da família, menor será o tempo de prolongamento dos estudos, sendo marcado, desse modo, por um processo de rupturas e descontinuidades na vida estudantil.

Consciente das variáveis que cercam o universo do estudante, onde está inserida a diversidade de padrões sociais e culturais, é relevante, para a instituição responsável pela formação de profissionais, desenvolver mecanismos de interação com o universo do estudante, para, dessa forma, atuar na formação profissional e também na formação do indivíduo como ser social e agente transformador dentro da sociedade onde está inserido. Paralelamente a esse processo de formação profissional, percebeu-se, por parte do estudante, um interesse maior pela diversidade de profissões, que fez com que ele buscasse mais informações sobre os cursos oferecidos nas Instituições e suas perspectivas profissionais, pois, cada vez mais, encontra-se ancorado a fatores e valores ligados à demanda social e também à busca por *status* através do mundo de trabalho.

Para uma boa parte da sociedade, o *status* diante do fator social adquiriu uma importância maior em relação à qualidade naquilo que se faz, e, desta forma, está incluso o comportamento em direção aos objetivos, que passa a ter uma conotação voltada para as buscas coletivas, onde a massa dita o melhor caminho para o sucesso individual e, conseqüentemente, para o reconhecimento social.

Acompanhando esse processo da busca de uma profissão como conquista de *status*, existe o perfil do profissional, que pode significar, para o estudante, um lugar de destaque junto ao grupo social, interferindo em sua opção de curso.

Os dados fornecidos pelo governo federal indicam que, ao mesmo tempo em que existe a necessidade de formar/certificar um enorme número de professores e, um crescimento na demanda, para abrir novos cursos de licenciatura, há uma baixa ocupação de vagas nos cursos já existentes e um número relativamente baixo de graduandos em relação ao número de vagas oferecidas (Rev. Br.Est.Pedagógicos, 2011, p. 44).

A dificuldade dos estudantes manterem seu sustento durante a graduação, a baixa expectativa de renda em relação à futura profissão e o declínio do *status* social da docência fizeram com que os cursos de licenciatura, tanto em instituições públicas como privadas, convivessem com altíssimas taxas de evasão e, por via de consequência, permanecessem em constantes crises (Rev. Br.Est. Pedagógicos, 2011, p. 44).

Percebe-se que as questões acima possuem suas raízes ligadas a dois aspectos: o econômico e o social. O econômico pode estar ligado à baixa remuneração que é obtida pelos professores em relação ao seu trabalho; desta forma, pode causar a desvalorização profissional e, conseqüentemente, a busca do estudante por um curso que lhe proporcione uma profissão mais rentável. No que diz respeito ao aspecto social, ele pode estar ligado ao aspecto econômico, que irá proporcionar condições de acesso a bens materiais, tão necessários para a conquista de *status* dentro da sociedade.

Observa-se essa realidade nas instituições de ensino, pois há uma resistência em ser professor, o que, provavelmente, colabore com os movimentos efetuados pelos estudantes, dentro da sua trajetória acadêmica.

As preocupações com a escolha profissional e a satisfação de carreira ultrapassam a barreira da adolescência e configuram questões importantes para o indivíduo em diferentes pontos do desenvolvimento. O trabalho de pesquisa de BARDAGI investiga o desenvolvimento de carreira no período da graduação. No primeiro estudo, entrevistas (...) apontaram (...) uma fragilidade da escolha inicial, pouca atividade exploratória e expectativas irrealistas sobre a carreira, mostrando ser a evasão uma decisão impulsiva, decorrente de insatisfação de longo prazo e sem relação com novas escolhas de carreira.

O segundo estudo investigou características vocacionais de (...) universitários regularmente matriculados nas diferentes áreas de formação, detectando a importância de aspectos, como a participação em atividades acadêmicas, a exploração de carreira, o desempenho acadêmico, as percepções sobre o mercado de trabalho e a percepção de estressores para os níveis de comprometimento com a carreira, a satisfação de vida e a probabilidade de evasão. Ambos os estudos apontaram o papel fundamental do professor

universitário para a decisão da carreira do estudante e a demanda por intervenções de orientação de carreira na graduação. Estes resultados confirmam a heterogeneidade da experiência universitária e salientam que estratégias favorecedoras do comportamento exploratório e atividades que permitam reflexão sobre a relação desempenho-mercado-profissão contribuiriam para a satisfação acadêmica e de vida. Ainda, estratégias de apoio ao universitário devem considerar dificuldades percebidas e características vocacionais segundo a área e o período do curso (BARDAGI).

Há uma visão clara em relação ao indivíduo e sua busca em direção ao futuro através do seu trabalho. O que chama a atenção é a falta de relação entre a escolha da profissão e a satisfação profissional, pois essa falta de comprometimento pode gerar uma busca constante e complexa, já que envolve vários fatores sócio-econômicos e culturais.

Esse questionamento não é novo; em pesquisa realizada junto às atas das reuniões de Colegiados do curso de LICA, sempre houve uma preocupação constante com os estudantes quanto à adequação do curso ao mercado de trabalho, criando-se, através da reunião de 09/1986, uma Comissão instituída pelo Colegiado do Curso de LICA, para análise e reformulação curricular.

A participação dos estudantes nessas reuniões vem demonstrar uma preocupação em atender não só às necessidades do mercado de trabalho, como também com o perfil deste estudante e sua relação com a sociedade. Todos esses fatores sempre foram relevantes para o curso, ressaltando a figura do educador, preocupado com a relação do homem com sua profissão e sua satisfação pessoal, razão que faz despontar, em reunião de Colegiado do Curso em 04/1996, a proposta de um Programa de Professores e Orientadores do Curso de LICA, voltado para a orientação inicial básica para todos os calouros, orientação para o desempenho profissional por professores e orientação de estudantes e monitores, juntamente com os professores.

Rodrigues, Barbosa e Blois (2006) realizaram um estudo de levantamento a respeito das variáveis apontadas nos estudos como relacionadas ao rendimento acadêmico, e verificou-se que as características pessoais, familiares e escolares tiveram um maior destaque como foco dessas investigações. Admite-se que variáveis como gênero, idade, atividade laboral, bem como as origens familiares possam influenciar, mas em menor valor, o rendimento acadêmico. Entretanto, o nível de qualidade da escolarização que antecede ao Ensino Superior parece determinar o êxito e o fracasso na maior parte dos estudos encontrados (SILVA, VENDRAMINI, LOPES, 2010, p.187).

Também Carvalho (2000) destaca que, tradicionalmente, tem-se atribuído a responsabilidade à família, pelo sucesso e fracasso escolar dos estudantes. Desta forma, entende-se que o sucesso escolar tem dependido, em grande parte, do apoio direto e sistemático da família que investe nos filhos, compensando tanto dificuldades individuais quanto deficiências escolares. Essa autora, porém, ressalta que, para isso acontecer, é necessário que a família seja dotada de recursos econômicos e culturais, dentre os quais se destacam o tempo livre para a dedicação aos filhos e o nível de escolarização desses pais.

Entretanto, por ser considerada como natural essa expressão de dever dos pais, o apoio da família ao sucesso escolar ainda permanece mais implícito do que explícito na pesquisa e política educacional, bem como na prática escolar. Igualmente implícitas permanecem as relações de classe e, sobretudo, de gênero, que compõem os modelos de família, que assim conduzem ao sucesso ou ao fracasso escolar, e que os estudantes carregam ao longo do seu percurso acadêmico e profissional (SILVA, VENDRAMINI, LOPES, 2010, p.187).

Nota-se que o jovem, ao ingressar em uma Instituição de Ensino Superior, é suscetível às influências do meio; o fato de estar vivenciando uma nova fase acadêmica traz um universo maior, com mais opções, novas expectativas, além de estar inserido em um grupo de pessoas diferentes, ecléticas e com uma diversidade cultural.

Observa-se que hoje, através da tecnologia, o jovem tem acesso a um universo cada vez maior de informações, que se faz, cada vez mais presente em seu cotidiano, tornando-se objeto de consulta em vários aspectos, ditando moda e regras, assim colocando-se como um instrumento de formação do indivíduo; no entanto, vivenciar experiências, dividir espaços e compartilhar ideias é muito importante e necessário, principalmente para aqueles que buscam não só conhecimento, mas amadurecimento pessoal e profissional.

No entanto, muitas opções e muitas experiências em um universo a ser explorado pode influenciar a vida do estudante, no que se refere à área acadêmica, pois, nessa fase, é fundamental a orientação no sentido de guiá-lo ao encontro da área de seu interesse.

Não se dúvida de que a propaganda é a alma do negócio, mas a educação não deve ser olhada como um produto a ser comercializado, e sim como um processo a ser trabalhado de forma constante, pois educar não se resume em transmitir conhecimentos, mas inclui o ato de ajudar o jovem a se descobrir como indivíduo e como profissional.

O aspecto profissional que está ligado ao fator econômico, tende a influenciar de uma forma mais objetiva a escolha do curso, seja por um ensino médio deficiente ou por necessitar de uma profissão que lhe proporcione um retorno econômico mais rápido, e,

consequentemente, um *status* social. O fator econômico é um dos fatores determinante na disputa por cursos mais competitivos, sendo minoria os candidatos de nível socioeconômico baixo que consegue passar no vestibular, com notas que permitam frequentar os cursos mais disputados e que, normalmente, exigem tempo integral na instituição. Estes fatores podem interferir na escolha do curso, pois vários jovens oriundos de famílias pobres necessitam trabalhar, e a instituição, embora seja pública, exige um gasto por parte do estudante, para que se possa manter no campus.

As estruturas acadêmicas, como o regime de créditos e a organização curricular, também exercem grande influência no sistema acadêmico, pois o primeiro quebra a unidade do saber, além de prejudicar a criação de vínculos afetivos entre estudantes do mesmo período e o segundo, constitui-se um fator de desintegração, pois permite que o estudante tenha contato com a realidade do curso, geralmente a partir do período referente à metade do curso, ocasionando uma desmotivação por parte do estudante, que sente dificuldade em relacionar o conteúdo aprendido com sua aplicabilidade dentro da carreira escolhida, ocorrendo, desta maneira, uma desarticulação entre teoria e prática, no processo ensino aprendizagem, pois esse, cada vez mais, necessita de conexão e fazer parte de um processo mais atualizado que esteja em movimento.

O movimento do estudante dentro do processo educacional está cada vez mais ligado à informação, que, cada vez mais, encontra-se inserido nesse novo universo, explosivo em signos de toda ordem, que o educando atual-protótipo de uma geração eminentemente audiovisual é transformado em consumidor de conhecimento, imerso num espaço social em perene transmutação e “transcodificação”.

O educando é transformado em consumidor, não pelo fato de o ensino ser pago pelo cidadão, mas porque a informação está disponível em abundância na sociedade, apta a ser consumida. A escola, antes entendida como meio de comunicação, perde sua principal função- a transmissão de informação- quando deixa de ser o único meio de acesso à cultura e ao saber acumulado; para sobreviver, necessita assumir outra, mais voltada para entender o processo pelo qual os jovens passam e ter como orientá-los.

Dessa forma, o ensino permitirá ao estudante adquirir, além dos conhecimentos específicos que escolheu dominar, habilidade de resolução de problemas, destreza na localização de dados e autonomia e síntese crítica e qualidades cada vez mais indispensáveis no perfil profissional contemporâneo.

Há consciência de que o mercado de trabalho, cada vez mais competitivo, exige, por parte da Instituição, um posicionamento mais dinâmico, em relação ao conteúdo a ser ministrado, para que esse possa capacitar o estudante a enfrentar melhor seus desafios profissionais. Isso exige que o processo acadêmico passe por constantes atualizações, não só de sua grade curricular, mas também do programa analítico, referente a cada disciplina.

A atualização do processo acadêmico passa pela inclusão do jovem e de sua vivência no ambiente acadêmico, que pode sofrer influência dos colegas de turma, companheiros de alojamento, conhecimento de outros cursos, professores e outros fatores presentes na vida acadêmica do campus.

Efetivamente, a constituição psíquica do ser humano está estreitamente interligada à construção das significações do contexto sociocultural, seja pelo feito das ações aparentemente isoladas da pessoa sobre o contexto social, seja pelo impacto do complexo cultural sobre o ser humano.

Todos esses fatores representam um universo no qual o estudante habita, e seu comportamento vai depender de sua interação com o meio.

A fragilidade do nosso ensino médio faz com que, grande parte dos estudantes que pleiteiam um espaço dentro da universidade, experimente uma insegurança em relação à escolha do curso, no que diz respeito à sua capacidade de conseguir uma vaga no curso a que almeja, caso esse seja muito concorrido. Desta forma, alguns estudantes preferem fazer prova para um curso menos concorrido, na expectativa de, caso sejam aprovados, mais tarde tentar um processo de transferência para o curso almejado, usando o curso inicial como trampolim.

Vale lembrar que a pesquisa está centrada no período em que o processo seletivo para o ingresso na Instituição era o vestibular, onde o estudante tinha que escolher, no ato da inscrição, dois cursos de sua preferência que se caracterizavam como primeira e segunda opção.

Dentro desse período e desse processo, é importante considerar o panorama geral da evasão do curso, para, posteriormente, destacar dados referentes à transferência interna do curso de LICA para outro curso, que permite ao estudante migrar do seu curso de origem para outro. O processo é regulamentado por um edital, com requisitos necessários para que o estudante participe.

A transferência interna consiste na aceitação de um para outro curso, por processo seletivo público, de acordo com edital aprovado pelo Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão (CEPE), sempre que se registrarem vagas ociosas no curso.

2.6. Processos e Trajetórias acadêmicas

A educação é um processo dinâmico, e as instituições de ensino devem estar sempre em movimento contínuo para acompanhar o processo educacional, pois ele ocorre de várias formas e em todos os lugares. Cabe à instituição encontrar as condições necessárias para que o estudante tenha acesso a conhecimentos que sejam úteis em sua trajetória de vida.

As mudanças são necessárias, mas para que elas possam ser efetivadas de uma forma positiva, é necessária uma observação constante e, a partir dessa, um diagnóstico. Torna-se importante uma avaliação das necessidades sociais, econômicas e principalmente individuais de cada estudante, pois ele é peça-chave para toda a engrenagem no processo educacional e seus objetivos.

Uma análise do comportamento do educando em relação às suas buscas individuais e dos seus movimentos acadêmicos, dentro da sua Instituição de ensino, será de grande ajuda em futuras mudanças, que devem contribuir para sua realização futura, bem como o desempenho no curso e o tempo de permanência na Instituição.

Os processos ligados à mobilidade acadêmica podem estar direcionados a uma evasão da Instituição ou a uma evasão do curso, mas também podem permitir a inclusão de estudantes na instituição ou em um curso. O número de matrículas na educação superior brasileira cresceu e, segundo o censo da educação superior, houve um aumento considerável nos cursos presenciais de Licenciatura. No entanto, não basta permitir e democratizar o acesso, é preciso garantir a permanência com qualidade e meios para a conclusão da formação.

Em 2000, o censo registrou 836,1 mil matrículas e, em 2003, esse número alcançou 1,1 milhão. O pico do crescimento aconteceu em 2005, com 1,2 milhão de ingressos na modalidade. Nos anos seguintes, o censo mostra um decréscimo lento, mostrando o ano de 2010 com 928,7 mil ingressos nas licenciaturas em todo o País.

No caso do curso de Licenciatura em Ciências Agrícolas oferecido pela UFRRJ, alguns processos que ocasionam a evasão do estudante, da Instituição, estão relacionados aos artigos 118, 119 e 120, referentes ao documento intitulado Estatuto e Regimento Geral da UFRRJ, de 1975, onde estão colocados da seguinte forma: Art. 118- A critério do Decano de Graduação, o estudante que, por motivo justo, devidamente comprovado, tiver que interromper seus estudos do ciclo profissional, poderá requerer o trancamento de sua matrícula por prazo de até dois anos. Parágrafo Único: findo esse prazo, a renovação de

matrícula não será concedida. Art. 119- Terá sua matrícula recusada ou cancelada na Universidade, conforme o caso, o estudante que:

- a) haja sido excluído desta ou de outra Instituição de Ensino, por motivos disciplinares;
- b) tenha antecedentes criminais ou infamantes, ou outros que, a critério do órgão competente, impeçam a sua integração no meio comunitário estudantil;
- c) seja portador de doença mental ou contagiosa, ou de defeitos físicos que lhe impossibilitem exercer atividades universitárias, a juízo médico;
- d) tenha abandonado o curso;
- e) tenha obtido o índice de aproveitamento inferior a um inteiro, em dois períodos letivos seguidos;
- f) tiver sido reprovado três vezes em uma mesma disciplina;
- g) tiver comportamento considerado atentatório aos princípios da moralidade;

Art. 120- Não será concedida matrícula em disciplinas do curso de graduação, para a qual ficar evidenciada, em qualquer época, a impossibilidade de vir a atender ao prazo referido no Art. 83 e seu parágrafo único.

Art. 83- Todos os cursos de graduação da UFRRJ terão a duração de acordo com as cargas horárias estabelecidas pelo Conselho Federal de Educação.

Parágrafo único – Os cursos criados na forma do art.18 da Lei 5540/68 terão a duração estabelecida pelo Conselho de Ensino Pesquisa e Extensão.

Outros processos possibilitam a trajetória acadêmica, como o que acontece através da transferência interna de curso, caracterizada pela migração do estudante de um curso para outro curso da mesma Instituição; nesse caso, há apenas a evasão de curso.

Podemos ainda citar outros processos que, ao contrário de promover a evasão, seja do curso ou da Instituição, podem promover a inclusão. É o caso do Reingresso e da transferência externa. No caso do Reingresso, o estudante pode se matricular em outro curso, após haver integralizado um curso superior; já a transferência externa possibilita ao estudante transferir-se de uma Instituição para outra, sendo para o mesmo curso.

Todos os processos de transferência e reingresso dependem de edital, que deve ser elaborado e verificado pela Pró-Reitoria de Ensino de Graduação. Modelo do edital no anexo 3.

Verificar se a Instituição, através dos processos de mobilidade acadêmica, está colaborando para a formação do estudante constitui-se um instrumento de grande importância, pois a trajetória do estudante, marcada por uma mudança acadêmica, normalmente aumenta o

tempo de permanência do estudante na Instituição e, conseqüentemente, o gasto do Estado em relação à formação deste.

O movimento acadêmico, que é efetuado pela permeabilidade dos processos que permitem mudanças, na trajetória do estudante, traz aspectos interessantes e provoca vários questionamentos; no entanto, fica difícil analisar as dimensões desse fenômeno, nesta pesquisa; portanto, decidimos delimitar a pesquisa no que se refere à análise do processo de transferência interna e a trajetória do estudante de LICA neste movimento institucional.

3. PERCURSO METODOLÓGICO UTILIZADO NA CONSTRUÇÃO DA PESQUISA

A metodologia foi construída com a preocupação de não perder o foco nos objetivos, obedecendo a uma ordem lógica, para que a dinâmica da pesquisa pudesse caminhar de acordo com as questões ligadas ao tema pesquisado.

Para atender à proposta desta pesquisa, foi necessária a utilização das seguintes metodologias: pesquisa documental, pesquisa bibliográfica, pesquisa quantitativa e pesquisa qualitativa.

A característica da pesquisa documental é que a fonte da coleta de dados está restrita a documentos, escritos ou não, constituindo o que se denomina de fontes primárias. Estas podem ser feitas no momento em que o fato ocorreu ou depois (LAKATOS, 2010, p. 157).

Segundo LAKATOS, as fontes de documentos estão ligadas a: arquivos públicos, arquivos particulares e fontes estatísticas. Para a realização desta pesquisa, foram utilizados como fonte arquivos públicos ligados a documentos oficiais, tais como: ordens régias, leis, ofícios, relatórios, correspondências, anuários, atas, debates, documentos, projetos de lei, impressos, relatórios, etc (LAKATOS, 2010, p. 159). Dentro dessa caracterização, os documentos mais consultados para efetivação da pesquisa foram atas, ofícios e relatórios, ligados a reuniões do colegiado de curso, no período de 1997 a 2006.

A pesquisa bibliográfica, (...) abrange toda bibliografia já tornada pública em relação ao tema de estudo, desde publicações avulsas, boletins, jornais, revistas, livros, pesquisas, monografias, teses, material cartográfico, etc., até meios de comunicação oral: rádio, gravações em fita magnética e audiovisuais: filmes e televisão. Sua finalidade é colocar o pesquisador em contato direto com tudo o que foi escrito, dito ou filmado sobre determinado assunto, inclusive conferências seguidas de debates que tenham sido transcritos por alguma forma, quer publicadas, quer gravadas (LAKATOS, 2010, p. 166).

A pesquisa quantitativa está relacionada a tudo o que pode ser mensurado em números, classificado e analisado. Para muitos autores, a pesquisa quantitativa não deve ser oposta à pesquisa qualitativa, mas ambas devem sinergicamente convergir na complementaridade mútua, sem confinar os processos e questões metodológicas a limites que contribuam os métodos quantitativos exclusivamente ao positivismo, ou os métodos qualitativos, ao pensamento interpretativo, ou seja, a fenomenologia, a dialética e a hermenêutica (MARTINELLI, 1994, p.34).

Para a efetivação da pesquisa qualitativa, pensou-se em adotar uma metodologia através da qual fosse possível considerar aspectos acadêmicos e institucionais ligados ao perfil do estudante. Desta forma, optou-se pela entrevista.

A entrevista é um encontro entre duas pessoas, a fim de que uma delas obtenha informações a respeito de um determinado assunto, mediante uma conversação de natureza profissional. É um procedimento utilizado na investigação social, para a coleta de dados ou para ajudar no diagnóstico ou no tratamento de um problema social. A entrevista tem como objetivo principal a obtenção de informações do entrevistado sobre determinado assunto ou problema (LAKATOS, 2010, p. 178 e 179).

A importância de reunir essas metodologias está pautada no enriquecimento do trabalho através de dados coletados e da visão de profissionais em relação às informações coletadas e a dados quantificados.

Os objetivos e as metodologias utilizadas estão assim relacionados:

- Objetivo 1- Analisar historicamente o curso de LICA da UFRRJ, a partir de referenciais teóricos, legais e institucionais; para atingir este objetivo, os procedimentos adotados foram:

Inicialmente, a busca por informações sobre a origem do curso foi feita através de consulta ao sistema acadêmico da UFRRJ, informatizado, onde foi possível encontrar publicações que permitiram a reconstituição histórica do curso, através de consultas de resultados de pesquisas realizadas pelas professoras da UFRRJ, IE, DTPE: Lia Maria Teixeira e Célia Regina Otranto, que possuem publicações voltadas para o histórico dos cursos da universidade: a primeira, com um trabalho sobre o curso de LICA, e a segunda, que apresenta o histórico da Instituição, onde aborda aspectos políticos e sociais, que abrangem o processo da criação dos cursos da UFRRJ, incluindo o curso de LICA.

A consulta a esses trabalhos acadêmicos contribuiu, de forma significativa, para o embasamento teórico da pesquisa, principalmente no que se refere à construção do curso de LICA. Houve seleção de outros textos direcionados à criação do curso, que também contribuíram de forma interessante, sem esquecer a participação de alguns docentes, egressos do curso de LICA da UFRRJ que, através da entrevista, proporcionaram uma maior aproximação da realidade acadêmica, principalmente no que se refere a fatores de importância dentro da trajetória do estudante na Universidade. O segundo passo foi realizar um levantamento bibliográfico direcionado à parte legislativa, que diz respeito aos processos de

Leis de Diretrizes e Bases da Educação, no período de 1997 a 2006. A leitura foi realizada dando destaque para os itens referentes ao ensino superior, sem perder o foco nos itens que influenciaram o curso de LICA, principalmente no que se refere aos processos de mudanças e adaptações, para atender aos cursos técnicos e seu processo de expansão ante os projetos de governo. Dando continuidade, foram realizadas pesquisas bibliográficas em livros ligados à legislação do ensino, periódicos, trabalhos de dissertações e teses que abordavam o assunto. Boa parte da consulta foi realizada na biblioteca do PPGEA, onde estão disponibilizados vários trabalhos.

- Objetivo 2- Caracterizar o Curso de Licenciatura em Ciências Agrícolas (LICA) na UFRRJ e destacar possíveis transformações ocorridas, ligadas à sua estrutura, que possam ter influenciado a trajetória acadêmica dos estudantes do curso, no período de 1997 a 2006. O primeiro procedimento de pesquisa adotado, para alcançar esse objetivo, foi a pesquisa bibliográfica.

Através dos primeiros levantamentos, percebeu-se que a trajetória do curso de LICA foi vinculada à criação do Aprendizado Agrícola, pelo Decreto-lei 5.408, de 1943, que determinou sua implantação junto à Escola Nacional de Agronomia, hoje UFRRJ. Após sua criação, o curso sofreu várias modificações, em virtude de fatores sociais, econômicos e interesses políticos. Por esta razão, houve a necessidade de buscar conhecimentos através de documentos referentes à política educacional e todo um processo, desde a criação do curso, passando por modificações, direcionado à parte legislativa, ligada à Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – número 9394/1996, no período de 1997 a 2006. Leitura do material em destaque, para os itens referentes ao Curso de LICA.

Após pesquisa bibliográfica, utilizada no sentido de coletar dados sobre a criação do curso, foi realizada consulta a documentos oficiais, o que permitiu embasamento, referente às transformações ocorridas, a partir de sua criação. Essa nova etapa, junto a documentos oficiais, exigia uma pesquisa junto ao arquivo da Coordenação do Curso e às atas de reuniões do Colegiado de Curso. Para conseguir acesso às atas, houve um contato prévio com a Coordenação do Curso de LICA, que se colocou à disposição, dando toda a colaboração necessária à pesquisa, indicando a secretaria para auxiliar na busca e separação do material a ser consultado. Com o auxílio da secretaria da coordenação, foram analisadas as pastas com o material referente a atas, que foi separado e, posteriormente, consultado, através de visitas feitas à sala da Coordenação de LICA. No decorrer da consulta às atas, foram selecionados

alguns itens, que demonstraram, por parte do colegiado do curso, uma preocupação com o índice de evasão do curso, com o perfil do estudante do curso e com a relação do curso e o mundo do trabalho.

Verificaram-se questões referentes à trajetória dos estudantes no curso: vagas oferecidas em editais, discussões sobre aproveitamento de estudo e outros aspectos congêneres.

- Objetivo 3- Caracterizar o perfil dos estudantes de LICA que solicitaram transferência para outro curso, no período de 1997 a 2006 quanto a: sexo, sua procedência por Estado e região do País, curso, para o qual obteve transferência e o seu grau de aproveitamento, no curso de destino, levando em consideração a escola onde realizou seu ensino médio, Escola Agrotécnica e/ou outras. A partir das informações coletadas, pretendeu-se traçar uma linha que permitia direcionar a trajetória do estudante de LICA na UFRRJ, verificando se houve integralização ou evasão do curso para o qual foi transferido. Os procedimentos de pesquisa adotados foram:

a) Quantificação de dados: para dar início à pesquisa referente à quantificação de dados, foi necessário estabelecer contato com a Pró-Reitoria de Graduação da UFRRJ, no sentido de verificar a possibilidade de acesso aos seus dados cadastrais, referentes aos estudantes da UFRRJ. Houve previamente um contato com a secretaria da Pró-Reitoria, quando foi possível agendar uma reunião com a Pró-Reitora de Ensino de Graduação, momento em que apresentei meu pré-projeto, defendendo sua importância no diagnóstico da trajetória do estudante, para futuros trabalhos dentro de Instituição pertinentes ao processo acadêmico. A Pró-Reitora de Graduação mostrou-se interessada na pesquisa e colocou-se à disposição para colaborar no que fosse necessário na efetivação da pesquisa. Antes de dar início ao trabalho de pesquisa, questionei junto à Pró-Reitoria de Graduação sobre possíveis levantamentos já existentes, mas não havia conhecimento de nenhum outro trabalho nesse sentido; desta forma, houve a percepção de que seria necessário entrar no sistema e verificar os dados, ano a ano, estudante por estudante, na construção de seu perfil e sua trajetória.

Para a efetivação desse levantamento, foi fundamental o acesso ao sistema acadêmico, localizado na Divisão de Registros Acadêmicos (DRA), que é parte da Pró-Reitoria de Ensino de Graduação e funciona como o coração da Instituição, pois é onde estão cadastrados todos os estudantes que efetuaram sua matrícula na UFRRJ. Para ter acesso a esse sistema, foi necessária uma senha, o que demandou um tempo de espera, levando uns 6 meses desde o

início da solicitação até sua liberação. De posse da senha, que me possibilitou acesso ao sistema acadêmico, apresentei-me à diretora da Divisão de Registros Acadêmicos(DRA), por quem fui recebida, e onde me foi disponibilizada uma mesa com um computador para o acesso ao sistema, assim como um funcionário para auxiliar-me na utilização do sistema. Após verificar como o sistema funcionava, optei por utilizar tabelas no modelo Excel, por este facilitar a inserção de dados e a análise dos mesmos.

A parte referente à coleta de dados foi realizada no período de março a maio de 2014, na DRA, localizada na sala 96 do Pavilhão Central da UFRRJ.

Na elaboração da tabela, com o objetivo de coletar dados referentes ao perfil dos discentes que solicitaram transferência no período de 1997 a 2006, foram inseridos os seguintes itens: nome do estudante, sexo, nº de matrícula, instituição onde cursou ensino médio, data da solicitação da transferência, nº do processo referente à solicitação de transferência, curso para o qual se transferiu e ano de conclusão ou evasão.

O item referente à procedência do estudante, em relação ao ensino médio, se era oriundo de Escola Agrotécnica ou outras escolas, teve como objetivo definir o perfil do estudante e levantar as experiências e conhecimentos prévios na área agrária. O nº do processo foi colocado na planilha, com o objetivo de localizar o processo do estudante, junto ao protocolo da UFRRJ, caso houvesse dúvida.

b) Análise dos dados: os dados cadastrados referentes aos estudantes de LICA que obtiveram transferência de curso, no período de 1997 a 2006, foram analisados em relação aos seguintes indicadores: perfil, sexo, região de origem, curso de destino, aproveitamento acadêmico (evasão/integralização) e tempo de permanência. Os procedimentos adotados foram:

-Verificar a data da matrícula do estudante no curso, através do seu número de matrícula e compará-la com a data em que o estudante obteve a sua transferência interna. Essa comparação possibilitou traçar o tempo médio de permanência do estudante no curso de LICA, antes de obter a transferência de curso. Através da definição do tempo médio, foi possível observar as disciplinas pertencentes ao período cursado pelo estudante, identificando se esse teve acesso às disciplinas consideradas específicas do curso.

Paralelamente ao levantamento dos estudantes de LICA que obtiveram transferência, foi possível, através do acesso ao sistema acadêmico, obter dados referentes aos estudantes de LICA que integralizaram seu curso no período de 1997 a 2006, o que permitiu a elaboração de uma segunda tabela. Na elaboração da segunda tabela, com objetivo de coletar dados dos

discentes de LICA que integralizaram o curso, constam os seguintes itens: nome do estudante, sexo, nº de matrícula, instituição onde cursou o ensino médio e período em que integralizou o curso.

A avaliação e a comparação de dados referentes às tabelas 1 e 2 permitiu identificar que alguns estudantes de LICA, após integralizarem os cursos para os quais haviam sido transferidos, solicitaram reintegração para o curso de origem, onde obtiveram uma segunda graduação. Outra observação está ligada ao número de estudantes que solicitaram transferência interna de outros cursos para LICA, graduando-se em LICA; outros ainda solicitam transferência de outra Instituição (transferência externa), para LICA. Esse tipo de mobilidade, seja por reingresso ou transferência, causou-me surpresa, pois, a princípio, eu só havia pensado na trajetória do estudante de LICA, referente à transferência interna do curso, que estaria ligado à evasão e seu resultado; no entanto, acontece outro movimento, o da inclusão. Seria bem interessante um trabalho sobre o perfil desses estudantes que entram no curso de LICA, através de processos acadêmicos como transferência e reingresso, pois não há tempo hábil, para incluí-los nesta pesquisa. Há outra observação que deve ser mencionada: estudantes transferidos do curso de LICA para outro curso, impossibilitados de voltarem para o curso, através de uma nova transferência, costumam fazer outro vestibular e ingressar no curso de onde saíram.

Objetivo 4- Descrever possíveis fatores que possam influenciar a trajetória acadêmica do estudante de LICA.

Observa-se, independentemente de qualquer embasamento teórico, que o jovem é, cada vez mais, influenciado por um universo de informações mais amplo e que podem direcionar suas buscas individuais e sociais. Nessa etapa, o foco principal está voltado para trabalhos direcionados ao comportamento estudantil, como periódicos, trabalhos de pesquisa e livros referentes aos temas, como: busca por uma satisfação profissional, por *status* social e por melhores condições econômicas, além de outros, pois o tema é complexo, por envolver vários fatores sociais, econômicos e culturais ligados ao estudante e ao universo que o cerca.

Tendo consciência da complexidade dos fatores que podem influenciar a trajetória acadêmica do estudante, busquei consultar textos e arquivos diversos que abordassem o processo educacional, mas, que, ao mesmo tempo, colocasse questões sociais, econômicas e culturais.

A partir de algumas leituras, estabeleci uma linha de pensamento entre a parte relacionada ao universo do estudante, seus valores e suas buscas, sem esquecer todo o histórico do curso e os fatores ligados às perspectivas profissionais do Licenciado em Ciências Agrícolas.

Objetivo 5- Para avaliar as mudanças curriculares no curso de LICA da UFRRJ e os impactos pedagógicos desse processo, optou-se pela realização de entrevistas, com a participação de profissionais egressos do Curso de LICA. Os procedimentos de pesquisa adotados foram os seguintes. Através da pesquisa a documentos oficiais referentes ao Curso de LICA, observou-se que várias mudanças ocorreram ao longo do tempo, desde sua criação. Mudanças na estrutura do curso, em seu currículo, e a inclusão de modalidades que passam a fazer parte do currículo, em 2003, além de vários itens, colocados em atas de reuniões, sobre o perfil do profissional e suas perspectivas profissionais. Pesquisar cada uma das alterações e as discussões que deram origem a essas alterações pareceu um trabalho complexo, pois tal pesquisa demanda um tempo maior do que ficou designado para a efetivação deste trabalho. No entanto, ao pensar em uma forma para conseguir um parecer sobre os processos de mudanças internas no curso, pareceu-me lógico adotar a entrevista, já que há, na instituição, egressos do curso de LICA, que hoje trabalham na área.

A entrevista é um encontro entre duas pessoas, a fim de que uma delas obtenha informações a respeito de determinado assunto, mediante uma conversação de natureza profissional.

Alguns autores consideram a entrevista como o instrumento por excelência da investigação social. Quando realizado por um investigador experiente, “é muitas vezes superior a outros sistemas de obtenção de dados”, afirma Best (1972, p. 120).

A modalidade de entrevista escolhida foi a entrevista semi estruturada, pois pareceu a mais adequada para atender ao objetivo do trabalho; nessa modalidade, há um roteiro de tópicos relativos às questões abordadas na pesquisa, dando ao entrevistador liberdade para fazer as perguntas que considerar relevantes, como: sondar razões e motivos, dar esclarecimentos, não obedecendo a rigor, a uma estrutura formal. Para isso, são necessárias habilidade e perspicácia por parte do entrevistador.

Algumas vantagens desse método: dá maior flexibilidade, podendo o entrevistador repetir ou esclarecer perguntas, formular de maneira diferente; especificar algum significado, como garantia de estar sendo compreendido. Dá oportunidade para obtenção de dados que não

se encontram em fontes documentais e que sejam relevantes e significativos (MARCONI & LAKATOS, 2010, p.178-180).

As perguntas não seguiram um padrão, foram efetuadas de acordo com a realidade do entrevistado, dentro do contexto da pesquisa.

A elaboração de um roteiro para atender ao objetivo da entrevista foi direcionada no sentido de abordar os seguintes temas: evasão do curso por transferência, perfil do estudante de LICA, áreas de concentração em Agricultura, Zootecnia e Agroengenharia, incluídas no currículo de LICA a partir de 2003, retorno de estudantes que sofreram transferência de curso e mudanças curriculares.

- A escolha dos profissionais para participarem da entrevista foi realizada de acordo com seu grau de interação e conhecimento do assunto, o que leva à escolha de dois profissionais licenciados em LICA, todos ex-estudantes do referido curso da UFRRJ, que, em 2013, atuaram como docentes no curso. A justificativa para esta escolha deveu-se pela vivência dos mesmos como estudantes no próprio curso, e, atualmente, na sua experiência como professores da LICA na UFRRJ. No sentido de obter outro olhar, decidiu-se por entrevistar mais um profissional, ex-estudante de escola agrotécnica, licenciado em LICA na UFRRJ, que desenvolveu vários trabalhos, como professor de escola agrícola, e, hoje trabalha na EMBRAPA, como analista de sistema.

Os contatos com os docentes a serem entrevistados foram estabelecidos com o auxílio da secretariada Coordenação do Curso de LICA, através da qual obtive os e-mails e os telefones para contatos com os profissionais; o objetivo do contato foi de esclarecer a razão e a importância da entrevista para a pesquisa, assim como verificar a possibilidade e a disponibilidade de os profissionais selecionados participarem da entrevista, verificando a hora e local mais adequados para sua realização.

Após o contato ser estabelecido e o propósito da entrevista ter sido esclarecido, a cada um dos docentes, todos se mostraram interessados na pesquisa e prontos a colaborar; sendo assim, foi logo marcada a hora e o lugar.

O contato com o profissional de LICA que hoje desenvolve trabalhos na EMBRAPA foi realizado através de contato telefônico, onde foi explicitado o objetivo da entrevista e sua importância para a pesquisa. O profissional elogiou o trabalho e se mostrou feliz em participar, o que facilitou determinar, nesse primeiro contato, hora e lugar para a realização da entrevista.

No ato da entrevista, buscou-se uma abordagem bem informal, pois o fato de pertencerem à comunidade facilitou todo o processo. As entrevistas foram realizadas de forma individual e em dias e locais diferentes, mas notou-se a forma interessada com que cada um participou. O contato com o profissional ligado à área de informática foi feito pessoalmente e logo foi marcada a reunião. Através do caráter informal, seguido pela entrevista, percebeu-se o espírito de colaboração e entusiasmo do entrevistado, pois, durante a entrevista, todos os entrevistados falaram muito e com entusiasmo pelo curso, colocando de forma otimista seus exemplos em sua vivência profissional. Os questionamentos relacionados às entrevistas podem ser consultados no anexo 4.

4. RESULTADOS E DISCUSSÃO

4.1. Análise do Curso de LICA na Rural: histórico e transformações

A pesquisa sobre a trajetória do estudante de Licenciatura em Ciências Agrícolas da UFRRJ, no período de 1997 a 2006, trouxe, ao longo do seu desenvolvimento, além de respostas aos objetivos propostos, vários fatos antes não questionados e que ajudam a ampliar o campo de visão sobre o caminho que o estudante percorre dentro da Instituição, em direção à sua busca pessoal ou profissional.

Através de levantamentos bibliográficos, foi possível obter um bom referencial teórico ligado às origens do curso e aos fatores que influenciaram sua criação e seu desenvolvimento junto às instituições acadêmicas.

Os levantamentos efetuados possibilitaram a elaboração dos capítulos apresentados no trabalho, que visam amostrar as influências sofridas pelo curso, apontando itens ligados a transformações que ocorreram e afetaram o curso dentro do sistema político, social, econômico e cultural vividos pelo País, e que, provavelmente, provocaram movimentos relativos às expectativas dos estudantes em relação ao curso.

Observou-se, através da pesquisa, que os primeiros cursos ligados à área agrária tiveram sua criação a partir da necessidade de atender aos interesses do governo, que pretendia, através deles, dar atribuições a pessoas consideradas desafortunadas ou desvalidas da sorte, criando um vínculo muito forte entre a atividade braçal e a terra, deixando de fora a atividade intelectual. O termo intelectual, aqui, refere-se a conhecimentos históricos, filosóficos e outros, que, dentro de um contexto social, possibilite o indivíduo a desenvolver o espírito crítico, capaz de promover mudanças em seu meio social, pois a atividade intelectual está presente em todo o processo relacionado a práticas exercidas pelo indivíduo, inclusive no seu simples pensar, pois o processo ligado à prática agrícola, como forma de ocupar aqueles considerados à margem da sociedade, na época, cria um estigma, que dá margem à interpretação de que aquele que lida com a terra é um indivíduo incapaz de desenvolver atividades intelectuais.

Entende-se a educação como um processo ligado a muitos aspectos sociais, econômicos e culturais que interagem com o indivíduo, influenciando e estimulando-o a um movimento em direção às suas buscas e realizações. Nesse processo, toda a ação, implica em reação e, para entendermos essa dinâmica, faz-se necessário acompanhar toda a história evolutiva da educação ligada ao ensino agrícola, pois ela faz parte de um contexto e é

importante, principalmente nos aspectos culturais que surgiram através de interesses econômicos que afetaram a sociedade. O Brasil é um país capitalista e suas mudanças sempre estiveram pautadas na produção e em patamares financeiros, tornando o ganho capital a principal busca do indivíduo.

Percebeu-se que as mudanças no setor ligado à área agrária ocorreram a partir do surgimento da necessidade de aumentar a produtividade e atender às necessidades do País, fazendo com que o ensino agrícola mereça uma atenção maior e, conseqüentemente, há uma reformulação desse ensino, criando-se as Escolas Técnicas Agrícolas. A criação de mais escolas voltadas para o ensino agrícola aumentou o número de estudantes e suas possibilidades em relação ao mundo do trabalho; no entanto, essa medida visava apenas à produção que, engajada em uma política militar e sofrendo influência de modelos voltados para interesses internacionais, só se preocupava com a formação tecnicista. O estímulo à formação do profissional agrícola foi acompanhado por uma necessidade de profissionais na área de licenciatura; isso aconteceu devido a uma falha no planejamento, pois, após aumentar o número de escolas e estudantes, percebe-se a ausência de professores. Ciente da carência e da falta de planejamento, o governo criou caminhos legislativos para qualificar profissionais com objetivo de atender à demanda de estudantes ligados ao ensino agrícola; esses dados nos permitiram observar que o processo foi elaborado com base em interesses políticos ligados à história e que permearam o desenvolvimento do curso, pautado sempre para atender às necessidades produtivas e baseado em modelos internacionais, sem respeitar diferenças regionais e o perfil do educando em relação às suas deficiências e necessidades dentro do processo educacional.

O curso de LICA surgiu na década de 1970, com o objetivo de preparar profissionais para atuarem junto às disciplinas especializadas da formação especial do ensino técnico agrícola, o que representou um grande estímulo nessa área ligada à formação de profissionais para atender às Escolas Técnicas, possibilitando acordos e convênios, com intuito de aumentar o número de estudantes nas escolas e, conseqüentemente, de profissionais para atender ao novo mundo de trabalho.

Na década de 1980, surgiu um repensar em relação a esses profissionais de LICA, dentro da UFRRJ, e são levantados questionamentos sobre as propostas pedagógicas referentes às reformas de 1968 e 1971, o que gerou, em 1987, um reposicionamento do curso voltado para essa formação, o que provocou algumas mudanças no currículo.

Constatou-se, através do seu histórico, que o curso de LICA foi criado tendo como base disciplinas técnicas voltadas para a área de produção, e que a parte ligada à licenciatura acaba funcionando como um complemento dessas disciplinas, adquirindo assim um caráter técnico, pois o campo de atuação, embora fosse mais amplo, mantinha suas raízes fixadas nas escolas Agrotécnicas Federais.

Um exemplo dessa ligação está pautado nas mudanças mais significativas no currículo de LICA, que foram realizadas para acompanhar as mudanças nos Cursos Técnicos, implementadas para atender à Lei 2.208/1997.

Levando em conta esses fatores, a identidade do profissional de LICA acaba atrelada a uma mistura de duas partes mal definidas, deixando a parte técnica vinculada ao trabalho na terra como objetivo principal.

Diante dessas questões, o Colegiado do curso de LICA atuou de forma significativa nos projetos referentes ao processo de mudança, procurando, de forma harmônica, atender ao interesse do estudante em suas expectativas dentro da Instituição, sem deixar de qualificá-lo para o mundo do trabalho.

Foi possível constatar que, no início da reforma curricular, houve uma grande preocupação no direcionamento para a parte pedagógica; no entanto, em 2003, foram criadas 3 áreas de concentração que obrigam o estudante a se definir por uma área específica, qualificando-o dentro da profissão, para adquirir mais conhecimentos voltados para áreas técnicas. Acredita-se que a criação das áreas de concentração teve como propósito qualificar ainda mais o professor, ampliando sua área de conhecimento, porém, alguns egressos olham esse processo como um paradoxo quanto ao direcionamento curricular, pois, embora carregue a licenciatura em seu currículo, estimula o estudante a dar mais ênfase à área tecnológica.

Notou-se, através da pesquisa, que os trabalhos realizados pelos gestores do curso de LICA no sentido de promover mudanças no currículo do curso, durante esse período, não influenciaram ou alteraram o índice de evasão que o curso apresentava.

A evasão de curso de LICA vem-se acentuando desde sua criação, e seu maior índice registra-se em consequência do processo acadêmico ligado à transferência interna, que tem como objetivo principal permitir que o estudante mude de curso, caso não se tenha identificado com o curso no qual se matriculou, supostamente, contribuindo para realização profissional. Percebeu-se que esse é um dos fatores que influenciam no seguinte resultado: o número de discentes que integralizam o curso de LICA é inferior ao número de matriculados.

Vale ressaltar que as medidas adotadas pelo Estado, ao longo desse período, visavam a estimular o interesse e a procura pelo curso, com o objetivo principal de atender a uma demanda decorrente de programas estabelecidos pelo poder público, vinculado à formação de profissionais na área técnica; no entanto, o resultado não alcançou as expectativas, pois ele pode ter contribuído para aumentar o número de matriculados, mas não de integralizados.

Se a transferência interna está vinculada à intenção da Universidade em contribuir para a realização profissional do estudante, é fundamental uma avaliação desse processo, pois houve, no período pesquisado, um percentual de estudantes que não conseguiu integralizar o curso para o qual obteve transferência.

Através desse diagnóstico, foi possível perceber que, durante sua trajetória, o estudante nem sempre obteve sucesso, fator que nos provoca questionamentos, pois, no decorrer da pesquisa, durante o processo ligado à catalogação de dados fornecidos pelo sistema acadêmico, verificaram-se outros movimentos realizados pelo estudante durante sua trajetória, que podem estar ligados a uma insatisfação com o próprio sistema acadêmico.

Acredita-se que o diferencial deste trabalho esteja no acompanhamento do estudante, após sua evasão do curso, objetivando despertar um novo olhar em relação à evasão, à medida que, através de dados fornecidos, consegue-se definir como esses movimentos aconteceram. Não podemos responder o porquê, mas podemos diagnosticar que, em alguns casos, a transferência ajudou o estudante a integralizar outro curso, mas, em outros, o estudante não conseguiu um bom desempenho, o que acabou por ocasionar a evasão. Ainda, foi possível, através da pesquisa, abordar o fato de o estudante sair e voltar para o mesmo curso, o que possui um significado, e é importante no sentido de motivar estudos que possam entender esse movimento.

No período de 1997 a 2006, foi matriculado no curso de LICA da UFRRJ um total de 660 estudantes, um número inferior ao número de vagas oferecidas, se considerarmos que, o curso oferece 70 vagas anuais.

Os dados demonstrados na figura 2, em anexo, são referentes à trajetória dos estudantes que obtiveram transferência do curso de LICA para outros cursos, onde aparecem estudantes oriundos de escolas do ensino médio e estudantes oriundos de escolas agrotécnicas; através desses dados, podemos observar uma grande mobilidade acadêmica.

Constatou-se que, de um total de 276 estudantes que integralizaram o curso de LICA, no período de 1997 a 2006, 29 foram oriundos de outros cursos. Pesquisando a trajetória desses 29 discentes, foi possível observar dados interessantes e que merecem ser relatados

neste trabalho, pois 12 desses 29 estudantes, após integralizarem o curso de Agronomia, solicitaram, através do processo acadêmico, reingresso para o curso de LICA; no entanto, já eram estudantes de LICA que obtiveram transferência para Agronomia; 5 estudantes solicitaram transferência do curso de Agronomia para LICA; 6 estudantes, embora estivessem matriculados em outros cursos da Instituição, ingressaram em LICA, através do vestibular. Alguns estudantes de outros cursos transferiram-se para LICA e ainda constam como ativos no sistema acadêmico. Notou-se que se trata de um movimento de difícil diagnóstico, pois o estudante sai de um curso de licenciatura, vai para o bacharelado e depois volta para licenciatura. Qual será o perfil profissional desse estudante? Busca um aperfeiçoamento ou apenas um lugar no mercado de trabalho? O movimento do estudante pode ser provocado por vários fatores, e retratar suas buscas em relação ao momento social que estamos vivendo, essa questão pode ser interessante e viabilizar uma investigação das causas desse movimento, o que infelizmente não será possível realizar através deste trabalho. Além dos casos citados acima, há outros bem interessantes que caracterizam o movimento dos estudantes dentro do processo acadêmico; dentre eles, escolhi dois exemplos a serem citados no trabalho e que demonstram esse movimento do discente dentro da instituição: o primeiro diz respeito a um estudante de LICA, do ano de 1999, que obtém transferência, através do sistema acadêmico, para o curso de Agronomia, no ano de 2001, onde permanece até 2009; após esse período, faz novo vestibular para LICA, quando ingressa, em 2009, e encontra-se atualmente ativo. Neste exemplo, o estudante está na instituição há 10 anos, e, provavelmente, ficará por mais um tempo, pois, com uma nova matrícula, tem o direito ao tempo máximo do curso, 8 anos ou 16 períodos.

Outro exemplo está ligado ao estudante de LICA matriculado no ano de 2000, que obteve transferência para o curso de Economia Doméstica, em 2009, e, após esse período, faz novo vestibular para LICA em 2010, onde permanece. Esses fatos não são raros, e retratam bem o que o trabalho quer mostrar; não se trata apenas de uma evasão de curso, mas do movimento que o estudante faz dentro da instituição e que significa, sem dúvida, uma busca. Além desse fato, não podemos esquecer o que representa ter esse estudante, por tanto tempo dentro da Universidade, pois a sociedade espera uma resposta aos investimentos feitos por ela, para ter de volta esse estudante à sociedade, como ser social participativo e profissional qualificado. Essa parte ligada ao fator tempo X retorno social é importante, mas acredita-se haver um aspecto interessante, que está ligado ao fator tempo X acomodação acadêmica, que está ligado não só ao tempo de permanência do estudante na instituição, mas à sua realização

profissional e às suas expectativas pessoais; a sua não-realização pode afetar sua auto estima e, conseqüentemente, causar uma insegurança, contribuindo, dessa forma, para que o estudante busque permanecer na instituição, mantendo o *status* de estudante, pois, ao sair, corre o risco de se tornar um desempregado.

A pesquisa qualitativa realizada com os egressos de LICA trouxe alguns aspectos interessantes que enriqueceram o trabalho e levantaram algumas questões relacionadas à evasão do estudante do curso, através do processo de transferência.

O primeiro aspecto está ligado à falta de informação por parte do estudante sobre o curso de LICA e suas perspectivas profissionais.

O segundo está relacionado à falta de maturidade em relação aos desafios do mundo do trabalho, pois o estudante ingressa na Universidade cada vez mais cedo.

O terceiro diz respeito à falta de identidade do estudante com a terra. Segundo alguns entrevistados, os que são oriundos de Escolas Agrícolas, possuem uma identidade maior com os trabalhos ligados a terra.

Acredito que todos os aspectos são pertinentes e devem ser considerados importantes dentro do processo acadêmico que possibilita a evasão; isso denota a necessidade de um repensar institucional referente ao processo, o que pode auxiliar o estudante na busca por outro curso, evitando uma segunda evasão.

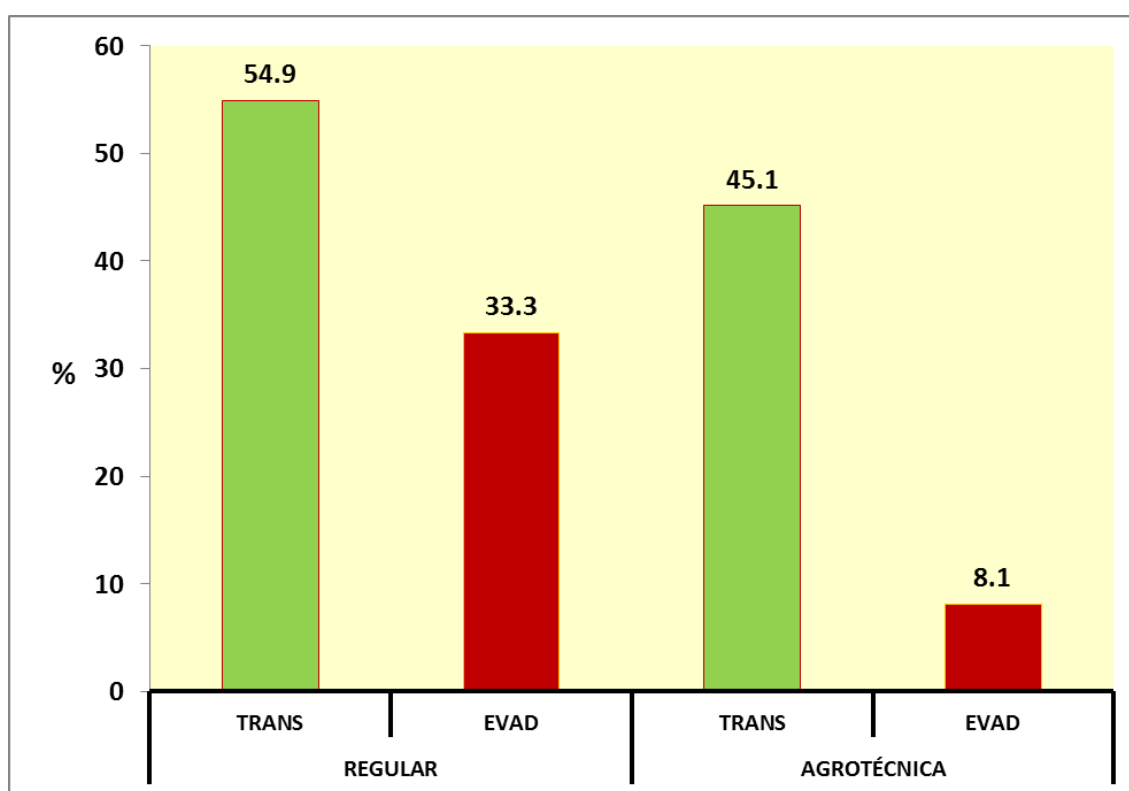
Diante das questões apresentadas no trabalho, foi possível verificar que o fator evasão de curso, provavelmente, não acontece como muitos são levados a crer, por o curso haver perdido sua importância dentro do contexto profissional, mas sim porque o estudante pareceu apresentar uma insegurança em relação a suas escolhas.

Este trabalho não teve a pretensão de avaliar os processos acadêmicos que possibilitaram o estudante a transitar dentro da instituição, porém deixa um questionamento em relação à sua trajetória, para que outros trabalhos possam ser desenvolvidos nesse sentido.

Os gráficos abaixo foram elaborados através de dados coletados na DRA e transferidos para uma tabela em Excel. O período pesquisado vai de 1997 a 2006, o curso é LICA. Número de estudantes matriculados no período: 660, o número de estudantes que obtiveram transferência: 91, e o número de estudantes que integralizaram o curso: 276.

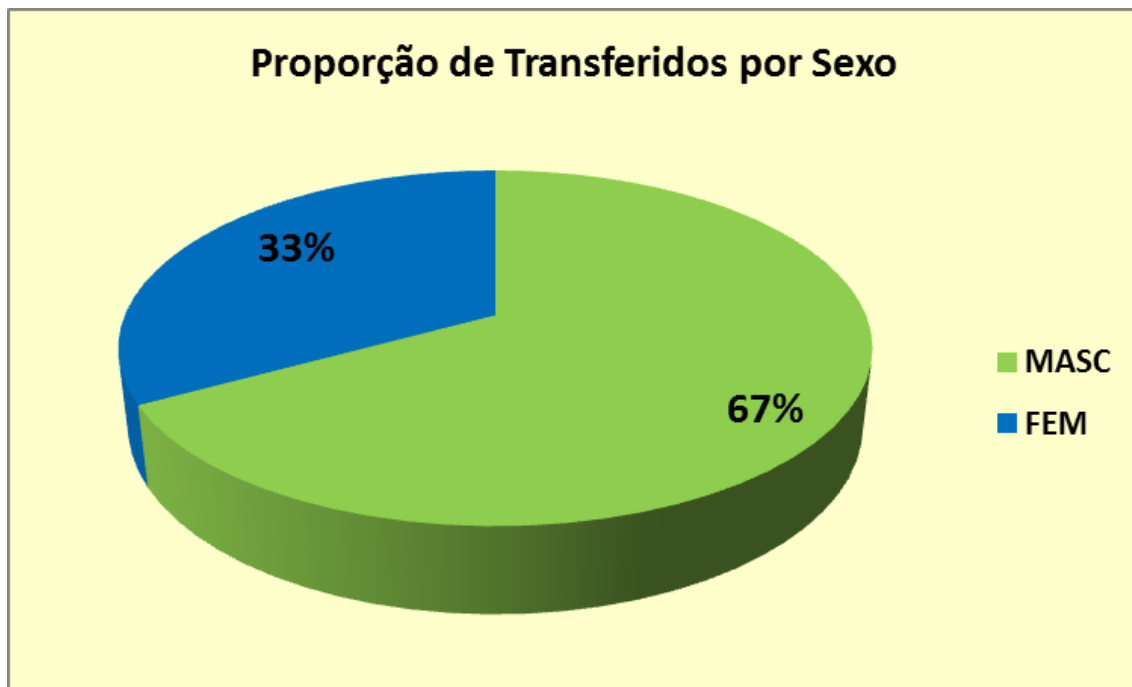
Gráficos referentes aos dados pesquisas na Divisão de Registros Acadêmicos (DRA) da UFRRJ dos estudantes de LICA no período de 1997 a 2006.

Figura 01 – Análise referente aos estudantes que obtiveram a transferência interna do Curso de LICA da UFRRJ para outro curso, quanto à sua origem em relação ao ensino médio: escola de ensino regular ou escola agrotécnica, apresentando o percentual de evadidos após o processo.



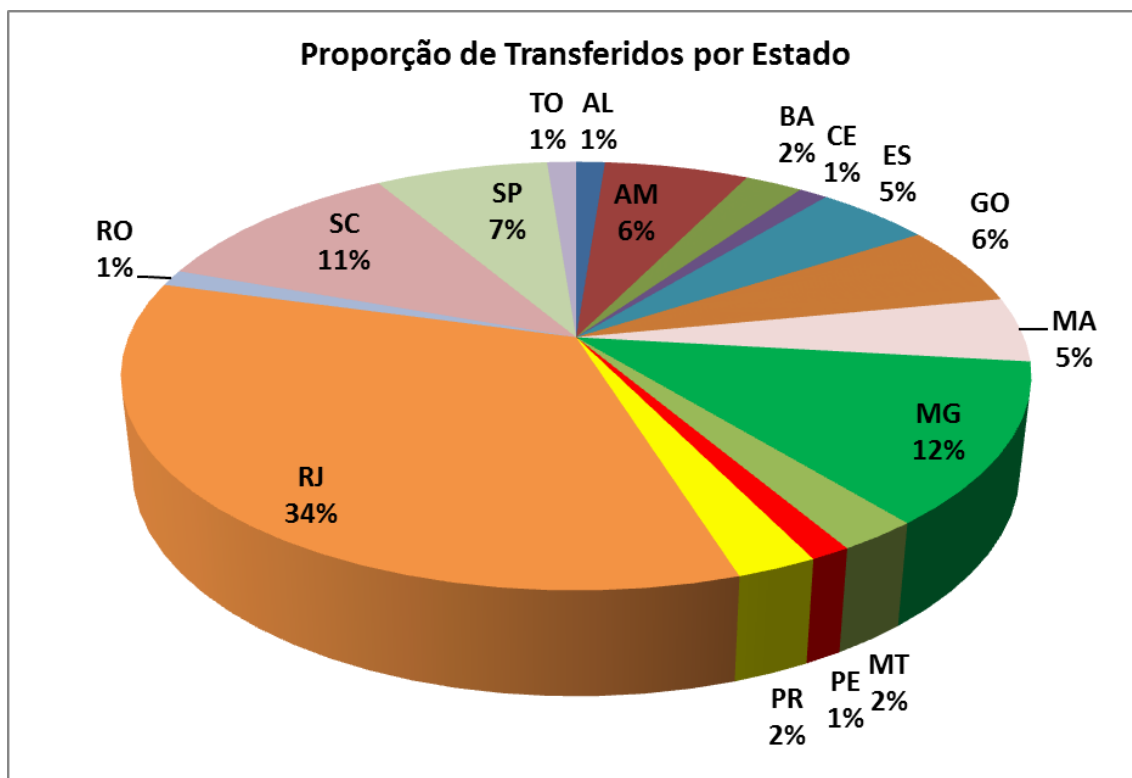
Na figura 1, foi possível observar que, entre o número de estudantes de LICA que obtiveram transferência nesse período, os que realizaram seu ensino médio em Escolas Agrotécnicas evadiram menos que os que realizaram seu ensino médio em outras instituições de ensino, levando em consideração que a maioria dos estudantes transferidos do curso de LICA optou por cursos na área agrária. Acreditamos que esse fato pode estar ligado à questão da identidade agrária do estudante, pois houve um melhor aproveitamento dos estudantes das Escolas Agrotécnicas.

Figura 02 – Análise percentual referente aos estudantes do curso de LICA da UFRRJ que obtiveram transferência interna para outro curso, quanto ao sexo.



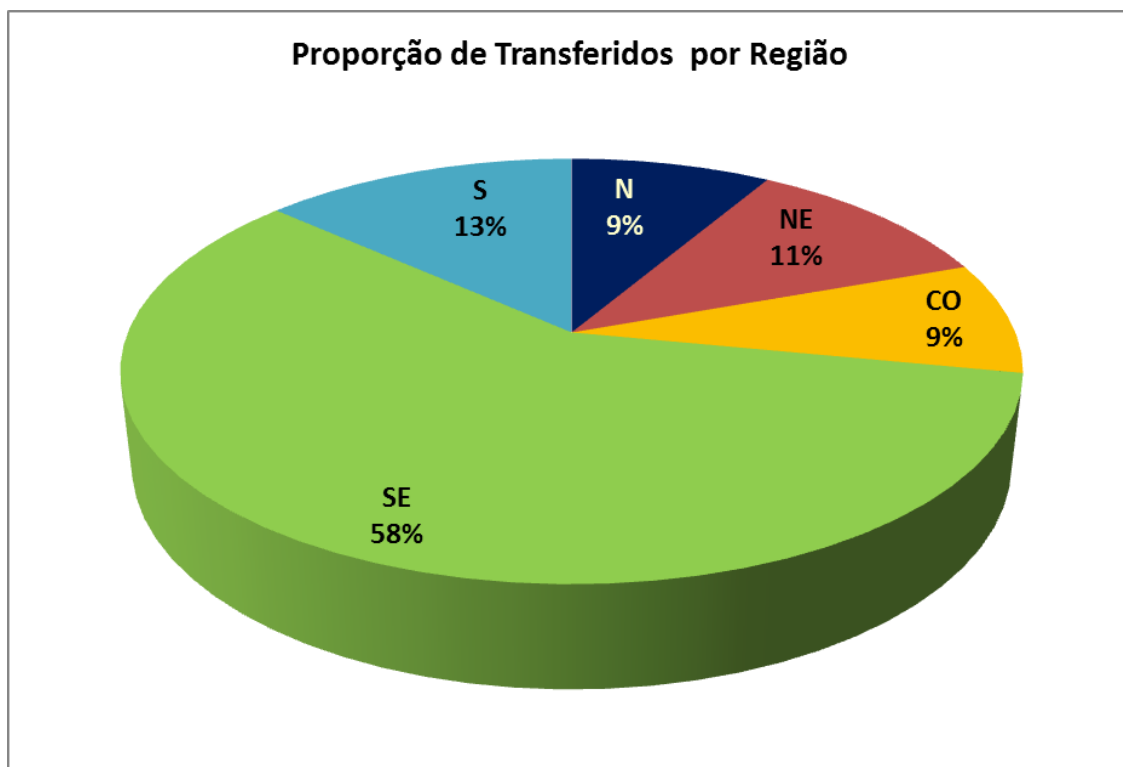
Na figura 2, observa-se que mais da metade dos estudantes de LICA da UFRRJ, no período de 1997 a 2006, eram do sexo masculino; provavelmente isso ocorre por uma questão cultural, pois o curso está voltado para a área agrária, onde, historicamente, boa parte do profissional que lida com a terra era do sexo masculino. Outro fator que pode contribuir para esse alto percentual de homens no curso pode estar ligado às perspectivas profissionais e à origem do estudante em relação ao ensino médio (Escolas Agrotécnicas e Escolas Agrícolas), onde, provavelmente, o trabalho no campo atrai um número maior de estudantes do sexo masculino.

Figura 03 – Análise referente ao percentual de estudantes que obtiveram transferência interna do curso de LICA da UFRRJ para outro curso, no período de 1997 a 2006, por seu estado de origem.



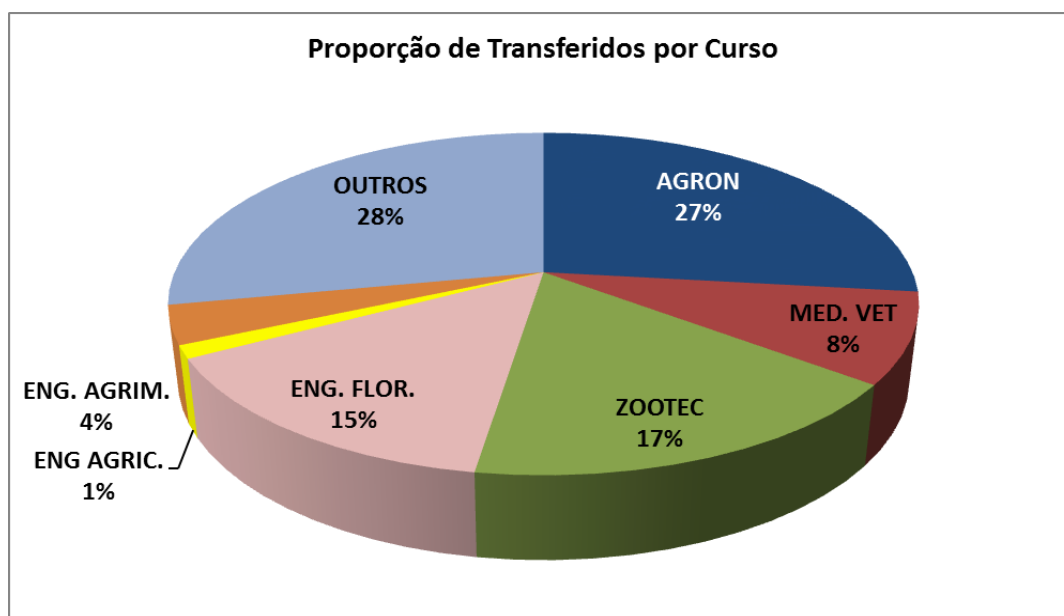
Na figura 3, observa-se que o percentual maior de estudantes que obtiveram a transferência do curso de LICA para outro curso está ligado aos estados do Rio de Janeiro, Santa Catarina e Minas Gerais. Esses estados possuem uma grande área urbana, onde estão inseridas grandes empresas e um vasto campo de trabalho, com várias oportunidades. Esse grande movimento de trabalho e de trabalhadores acaba gerando uma boa renda *per capita*, o que pode dar ao estudante, uma perspectiva fora da área agrária, pois a tendência é buscar uma profissão que esteja agregada ao seu universo social, conservando sua cultura e seus valores.

Figura 04 – Análise referente ao percentual de estudantes do curso de LICA da UFRRJ que solicitaram transferência interna para outro curso, no período de 1997 a 2006, por sua região de origem, no Brasil: Norte, Sul, Nordeste, Centro-oeste e Sudeste.



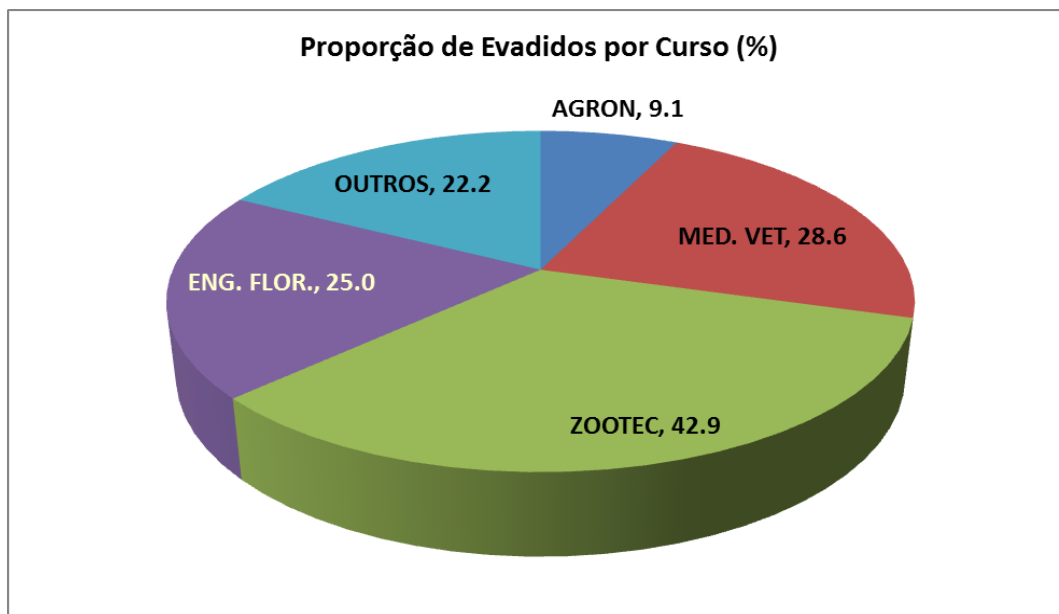
Na figura 4, observa-se que mais da metade dos estudantes de Licenciatura em Ciências Agrícolas, matriculados no período de 1997 a 2006, que obtiveram transferência interna de curso são oriundos da região sudeste. Há uma grande possibilidade de boa parte de esses estudantes terem utilizado o curso de LICA apenas para ingressarem na Universidade e, mais tarde, solicitarem o Processo de Transferência Interna de Curso, oferecido pela Instituição. Dessa forma, utilizando o curso como trampolim, pois, sendo de uma região com uma grande população urbana, provavelmente já almejavam um curso mais voltado para sua realidade social.

Figura 05 – Análise referente ao percentual dos estudantes do curso de LICA da UFRRJ, em relação aos cursos da UFRRJ, para os quais obtiveram transferência interna, no período de 1997 a 2006.



Na figura 5, observa-se que grande parte dos estudantes, que obteve transferência de curso, optou por cursos relacionados a área agrária. Os dados continuam demonstrando que, provavelmente, os estudantes que se transferem do curso de LICA para outros cursos conservam, em sua maioria, uma perspectiva profissional otimista ligada à área agrária. Esclarecendo que: na figura, o campo referente a outros, está relacionado aos cursos de Licenciatura em Ciências Biológicas, Administração diurna e Administração noturna, Química, Geologia e História.

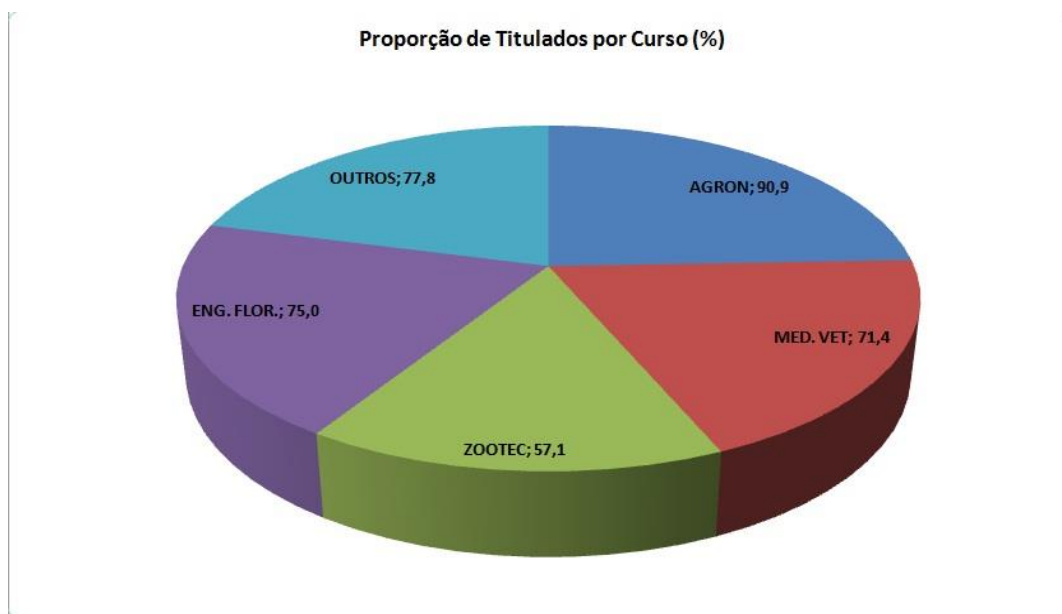
Figura 06 – Análise do percentual de estudantes do curso de LICA da UFRRJ que obtiveram transferência interna de curso e, por não conseguirem concluir o curso, para o qual foram transferidos, evadiram do curso no período de 1997 a 2006.



Na figura 6, observa-se um número significativo de evasão de estudantes de LICA da UFRRJ, que obtiveram transferência interna no período de 1997 a 2006, com um percentual maior ligado ao curso de Zootecnia.

Nota-se, na figura anterior, que, embora o número de estudantes transferidos para o curso de Agronomia seja maior que o número de estudantes transferidos para o curso de Zootecnia, o índice de evasão no curso de Agronomia é menor que o índice de evasão no curso de Zootecnia. Talvez a resposta a esse índice esteja ligada à composição do currículo, vale um estudo.

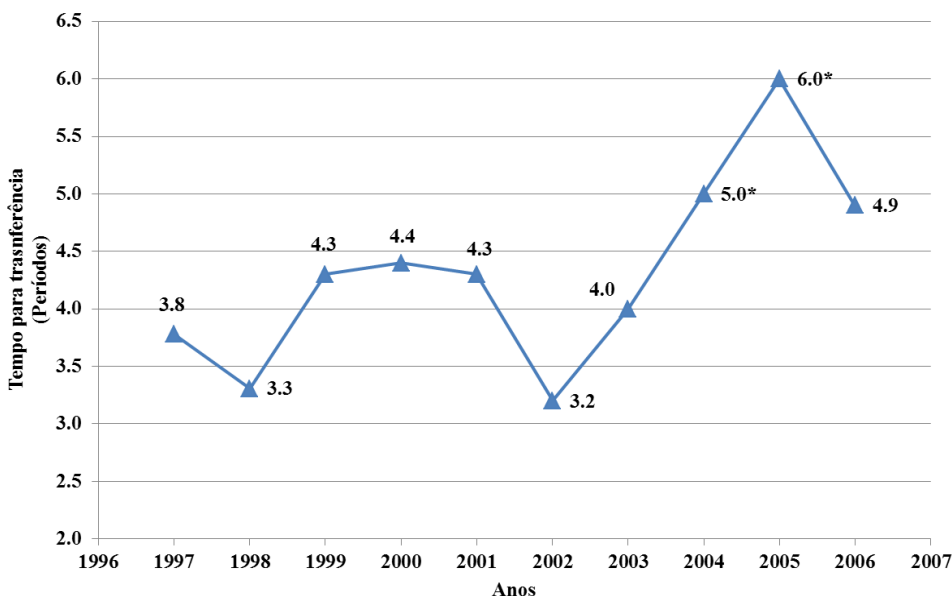
Figura 07 – Análise do percentual de estudantes do curso LICA da UFRRJ, que, após obterem a transferência interna de curso, integralizaram seu curso de destino, no período de 1997 a 2006.



Na figura 7, observa-se que o percentual maior de estudantes, que integralizam o curso para o qual foram transferidos, está ligado ao curso de Agronomia, embora, nas áreas agrárias, como Medicina Veterinária, Engenharia Florestal e Zootecnia, também demonstram um bom aproveitamento.

Vale acrescentar que, em um estudo complementar que faz parte do trabalho, observou-se que a maior parte dos estudantes, que solicitou reingresso para o curso de LICA era oriunda do curso de Agronomia.

Figura 08 – Tempo médio para transferência (períodos) dos estudantes de LICA-UFRRJ no período de 1997 a 2006, em função do ano de ingresso.



O gráfico acima tem como objetivo demonstrar o tempo médio, por ano de matrícula, que o estudante de LICA permanece no curso, antes de obter a transferência para outro curso. O propósito, com a análise dos dados, é verificar se, antes de obter o processo de transferência interna para outro curso, o estudante teve oportunidade de conhecer disciplinas ligadas à parte mais específica do curso.

É possível observar, através dos dados acima, que a maior parte dos estudantes evade do curso no quarto período, o que permite a ele cursar disciplinas mais específicas que constam na sua matriz curricular.

4.2. A percepção dos egressos do Curso de LICA sobre a trajetória acadêmica dos estudantes na Instituição e os processos de evasão e inclusão no curso.

A pesquisa realizada foi de natureza qualitativa. Partiu-se do levantamento feito através de entrevistas semi estruturadas com os egressos do curso de Licenciatura em Ciências Agrícolas da UFRRJ. Ressalta-se que a pesquisa de campo foi realizada em setembro de 2014, no município de Seropédica, RJ. Foram realizadas 3 (três) entrevistas com testemunhas-chave, sendo 2 (duas) delas feitas com profissionais que atuam em 2014 como professores no

curso de LICA, na mesma Instituição onde se formaram (UFRRJ), e 1(uma) com um profissional, também licenciado na área, que atua em 2014 como Analista de Sistemas na Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA), no Campus da UFRRJ. Esses profissionais foram convidados a participarem voluntariamente, por terem uma vivência significativa do processo, parte como estudante formado pela própria UFRRJ e parte por serem, hoje, profissionais de destaques e com reconhecimento no mundo do trabalho.

A partir da pesquisa de campo realizada, elegeram-se algumas categorias de análise, comuns aos discursos dos docentes entrevistados, a saber: a) a realização profissional x o curso de LICA; b) a valorização do curso de LICA; c) o currículo da LICA/evasão; d) a trajetória acadêmica no Curso de LICA; e) o estudante de LICA - ontem e hoje; f) o impacto das áreas de concentração em Agricultura, Agroengenharia e Zootecnia, incorporadas ao currículo em 2003; g) o alto índice de evasão; h) a mudança de currículo i) os processos acadêmicos referentes à transferência e ao reingresso.

a) A realização profissional x o curso de LICA: percebeu-se, através da entrevista realizada neste estudo, que os profissionais parecem realizados dentro da sua profissão. Demonstram um olhar sobre o curso de forma positiva, pois reconhecem que a sua formação acadêmica e profissional influencia em suas carreiras e em seus desempenhos profissionais. Destacaram a importância do processo de vivência acadêmica na formação do Licenciado em LICA, como um dos pontos fortes que, segundo eles, colabora de forma significativa, proporcionando um conhecimento mais abrangente, que faz a diferença no mundo do trabalho e na valorização profissional.

Nota-se que esses profissionais se referem à habilidade adquirida através do curso, não só na parte técnica, mas também em relação à área de humanas, pois toda a vivência da parte ligada à licenciatura traz, em seu currículo, conhecimentos importantes sobre o indivíduo, como ser psicológico, social ou acadêmico. Esses conhecimentos ligados à parte técnica do profissional qualifica-o de forma diferenciada, ampliando assim suas oportunidades no mundo do trabalho.

Dentro desta perspectiva destaca-se a fala do entrevistado 1:

“Sim, uma paixão, pois vim de escola agrícola e sempre gostei de lidar com a terra”.

- a) - Valorização do curso de LICA: houve um consenso dos entrevistados sobre a valorização do curso. Eles entendem que, para que haja esse reconhecimento em relação ao curso, o estudante deve conhecer um pouco melhor o curso, pois seu diferencial está vinculado a habilidades desenvolvidas através da interação da área dos conhecimentos técnicos com a área dos conhecimentos pedagógicos. Essas habilidades precisam de tempo para adquirirem uma maturidade dentro do sistema educacional, e o curso de LICA parece ofertar isto no processo formativo.

Observa-se, por parte dos entrevistados, a preocupação com o estudante que evade do curso, sem ter participado ou cursado disciplinas voltadas para áreas mais específicas, pois, dessa forma, perdem a oportunidade de uma vivência profissional. Esse tipo de comportamento é característico de estudantes que utilizam o curso de LICA apenas para ingressarem na Instituição, fazendo desse curso uma espécie de trampolim. Não há dados estatísticos, mas acredito que essa atitude por parte do estudante já demonstra uma falta de orientação e amadurecimento em relação às suas buscas no mundo do trabalho.

Dentro desta perspectiva, destaca-se a fala do entrevistado 3.

“O olhar diferenciado facilita a comunicação e o espírito crítico. O curso de LICA nos fornece esse olhar, através da vivência e do conhecimento”.

- b) O Currículo da LICA/evasão

Há uma necessidade de adequar o currículo à realidade do mundo de trabalho, pois a maioria dos egressos precisa trabalhar e espera-se que sejam bons profissionais. No entanto, a falta de maturidade, de identidade e de orientação profissional do estudante que ingressa no curso parece estar prejudicando a formação do educando e pode corroborar com processos de evasão ou transferência.

Outro aspecto que os entrevistados abordaram foi o processo de seleção do estudante da UFRRJ, através do Sistema de Seleção Unificada – SISU, do Ministério da Educação (MEC). O SISU é um sistema informatizado gerenciado pelo MEC, no qual instituições públicas de ensino superior oferecem vagas para candidatos participantes do Exame Nacional de Ensino Médio (Enem). O candidato escolhe até duas opções de curso, que podem ser alteradas durante as inscrições, pois será considerada válida a última inscrição confirmada. A

inscrição é feita exclusivamente pelo sistema, sem cobrança de taxas, e deverá ser realizada com o número de inscrição e senha do Enem.

O SISU permite a entrada do estudante na Instituição, em geral, sem se preocupar em esclarecer os perfis de formação profissional em cada uma das áreas. Assim, o candidato pode fazer escolhas, algumas vezes, desvinculadas de sua identidade pessoal. Assim, nem sempre o curso escolhido atende às reais expectativas do estudante. Foi interessante notar, na investigação, que os entrevistados criticaram o Processo de Seleção do SISU, e o apontaram como um dos possíveis responsáveis pela evasão do ensino no curso, seja por meio da desistência, ou pelo processo de transferência interna.

Entende-se o SISU como um processo que auxilia o estudante, dando mais oportunidade para que este ingresse em uma Instituição de Ensino Superior. Parece, em todo esse processo, não haver uma preocupação com o perfil profissional do estudante, pois, caso não consiga pontuação para um determinado curso, poderá ingressar em outro. Sem dúvida, o processo é de inclusão, mas por quanto tempo? O estudante que não se identifica com o curso, corre o risco de, mais tarde, evadir, prejudicando assim, sua autoestima, sua vida acadêmica e suas perspectivas profissionais. Interessante todos os entrevistados terem mencionado o SISU, talvez se possa pensar em direcionar essa inclusão de uma forma mais satisfatória para a Instituição e para o estudante, no sentido de minimizar a evasão e permitir um melhor aproveitamento acadêmico.

Dentro dessa perspectiva, destaca-se a fala do entrevistado 2:

“Falta ao estudante de LICA identidade com a licenciatura, principalmente no que diz respeito à identidade rural, pois o estudante hoje é muito urbano e está distante de compreender a importância de um profissional nessa área”.

d) A trajetória Acadêmica no Curso de LICA.

Segundo os entrevistados, no que se refere à trajetória do estudante dentro da instituição, este termo aparece ligado à busca do estudante por uma realização profissional. Quando o estudante entra na Universidade, em geral busca um *status*, uma graduação de terceiro grau. Mais tarde, com a vivência e um conhecimento maior da realidade que o cerca, muitas vezes, muda seu objetivo. Desta forma, pode buscar um curso que lhe dê um

embasamento, para o mundo de trabalho onde o fator remuneração, inserção profissional e outros parecem influenciar as escolhas.

Destaca-se como parte da minha percepção deste estudo, o estudante que entra na Universidade, recém-chegado do ensino médio, com a expectativa de vivenciar novas experiências, enfrentar novos desafios e, diante de uma nova realidade, sente-se livre, para novas escolhas, entre elas, outro curso. Esse conjunto de fatores permite uma reconstrução do calouro em relação ao meio onde está inserido e suas possibilidades, o que pode influenciar seu comportamento dentro do processo acadêmico, pois, tendo a oportunidade regimental, ele pode movimentar-se dentro da instituição, por vezes, sem ter a certeza do que realmente busca.

Há vários fatores que podem influenciar a trajetória do estudante, e fica quase impossível identificar todas elas, embora, no decorrer do trabalho, citasse alguns possíveis fatores. No entanto, há um fator muito importante e que aparece como consequência dessa trajetória: o tempo. O trabalho mostra que o estudante que solicita transferência para outro curso, em sua maioria, permanece mais tempo dentro da Instituição.

Muitas vezes, sai da instituição com duas graduações, seja por haver participado de dois processos seletivos, ou por se beneficiar de processos acadêmicos como o Reingresso.

Outras vezes, pode ficar na instituição até seu limite de tempo acadêmico e ser desligado por tempo máximo, o que causa a jubilação (art.120 do Regimento Interno da UFRRJ).

e) O estudante de LICA - ontem e hoje. Segundo a percepção dos entrevistados, boa parte dos estudantes de LICA de ontem possuía uma paixão pela área agrária e o meio rural que, na maioria das vezes, estava ligado à área de licenciatura, como ser professor de uma Escola Agrotécnica, pois muitos vinham fazer o curso, influenciados pelos professores dessas escolas. Os estudantes de hoje, em sua maioria, parecem preocupar-se apenas em ingressar em uma Instituição de Ensino Superior, e, muitas vezes, não possuem vínculo com as raízes agrárias.

Acredita-se que as mudanças sempre estão ligadas ao amadurecimento, mas é importante lembrar que a percepção de como ela se dá é fundamental para o crescimento.

As buscas do indivíduo de ontem eram bem diferentes de suas buscas de hoje, pois o mundo mudou, os valores mudaram, e somos parte desse contexto. A educação vem acompanhando todo esse processo e tentando atender a uma demanda cada vez mais

diversificada, criando cursos e processos que facilitem o acesso do indivíduo ao conhecimento, preparando-o e qualificando-o cada vez mais e melhor para o mundo do trabalho. Mas talvez tenha que abrir um diálogo, para repensar esse mundo direcionado ao trabalho, que pode adormecer ou sufocar a paixão por outro mundo.

f) O impacto das áreas de concentração, incorporadas ao currículo de LICA em 2003: Agricultura, Agroengenharia e Zootecnia.

Há discordância sobre os efeitos da incorporação dessas áreas ao currículo de LICA.

Os entrevistados 1 e 2 consideram que esta configuração proposta dá ao estudante uma visão mais abrangente da área técnica e tecnológica, qualificando-o ainda mais dentro da sua profissão, pois consideram que essas áreas de concentração não impedem a formação global do licenciado. Entretanto, o entrevistado 3 considera que essas áreas de concentração podem interferir negativamente e restringir a atuação do egresso no mundo do trabalho.

Acredito que todo conhecimento é válido, assim como acredito que a forma como se utiliza esse conhecimento é que realmente vai fazer a diferença. Como pude perceber através da pesquisa e analisando alguns dados sobre a trajetória acadêmica, a parte ligada à licenciatura representa um diferencial para o profissional de LICA.

g) O alto índice de evasão no curso de LICA.

O índice de evasão em LICA sempre foi alvo de debate. Entretanto, os entrevistados consideraram o índice normal, pois há uma unanimidade na afirmação que o índice de evasão está alto em todos os cursos da UFRRJ ligados à área de licenciatura.

Acredito que a evasão, em geral, está ligada à busca do estudante por profissões que o valorizem mais e proporcionem a ele um *status* dentro da sociedade. O professor, hoje, é pouco valorizado e visto por alguns como um profissional que não conseguiu êxito em outras carreiras.

h) As mudanças no currículo de LICA - Os entrevistados declararam que estas não foram realizadas para atender ao mercado de trabalho, em sua maioria, mas sim, deveu-se ao atendimento de legislações do MEC/SETEC, tais como a Deliberação de 2.208/97(MEC). Outras modificações foram decorrentes das resoluções número 01/2002 e 02/ 2002 do CNE – que discorrem sobre o processo de formação de professores. Outras modificações curriculares foram frutos de discussões em Forum de Coordenadores de curso, realizadas na UFRRJ, entre

2009 e 2010, e pela Comissão Permanente de Formação de Professores. Entretanto, este último período de análise não abarca a delimitação desta investigação.

Pelo que pude observar, através de consultas a atas e documentos ligados ao histórico do Curso de LICA, sempre houve, por parte dos coordenadores e professores do curso, uma preocupação com a direção do curso. Na maior parte das reuniões e discussões sobre currículos e estrutura do curso, o perfil do estudante e o mercado de trabalho sempre foram temas constantes. Acredito que todas as mudanças feitas foram pensadas no sentido de atender, da melhor forma, ao estudante como ser social e qualificá-lo, de forma a atender ao mundo do trabalho.

i) A solicitação, por parte de alguns estudantes, do processo de transferência e reingresso para o curso de LICA.

Segundo os docentes entrevistados, um dos motivos de retorno dos egressos de outro curso para a LICA são as oportunidades do mundo do trabalho na área. Pois, em outras áreas, o mercado de trabalho tem-se mostrado saturado. Assim, a licenciatura aparece como uma alternativa, pois as escolas, em geral, estão sempre oferecendo vagas para profissionais de ensino, através de políticas educacionais diversas.

Dentro desta perspectiva destaco a fala do entrevistado 1:

“A preocupação principal do curso, sempre foi, e continua sendo, oferecer uma formação de excelência na área pedagógica, pois acreditamos que a licenciatura precisa de um tempo para formar um bom professor”.

Eu concordo com a posição dos entrevistados, pois a Instituição oferece ao estudante a oportunidade, dentro do sistema acadêmico, de transitar de um curso para outro. Há a possibilidade de o estudante, sem uma orientação vocacional/profissional, e recém-matriculado, buscar, dentro do universo institucional, um curso que lhe dê mais *status*; desta forma, acaba utilizando-se do processo de transferência interna. Mais tarde, com mais maturidade, pode entender que o que busca profissionalmente estava vinculado ao seu curso de origem.

5. CONCLUSÕES E CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pesquisa apresentada neste trabalho foi desenvolvida a partir de três pilares: Processo acadêmico, Evasão e Trajetória, onde se observou que o processo permite a mudança de trajetória acadêmica do estudante, mas não consegue evitar sua evasão da instituição.

Através do trabalho, foi possível avaliar e responder a questionamentos colocados sobre a trajetória do estudante do curso de Licenciatura em Ciências Agrícolas (LICA), levando em consideração aspectos ligados à evasão e à conclusão. Outros aspectos surgiram e foram relacionados no trabalho, para enriquecimento do mesmo.

Documentos pesquisados mostraram que a preocupação com a evasão do curso acontece desde sua criação, gerando discussões e mudanças em seu currículo. No entanto, observou-se que as transformações ocorridas no curso não minimizaram os problemas, principalmente no que se refere à evasão através do processo de transferência interna, chegando a caracterizar o curso em alguns momentos como: “curso trampolim”, pois seria usado pelos estudantes apenas como uma forma de ingressar na instituição.

A análise referente à evasão dos estudantes do curso de LICA, através do processo de transferência interna, mostrou um número significativo de estudantes transferidos de LICA, que, após obterem a transferência de curso, não conseguem integralizá-lo e evadem.

Observou-se também que: o percentual de estudantes que solicitou o processo de transferência interna tem preferência pelos cursos da área agrária, migrando, em sua maior parte, para os cursos de Agronomia, Veterinária, Engenharia Florestal e Zootecnia. Isso mostrou que, apesar de sair de LICA, o estudante manteve seu vínculo profissional, ligado à produção agrária; no entanto, foi possível perceber que a maioria deles, embora tenham permanecido na área agrária, optaram por cursos na modalidade de bacharelado, pois apenas um número pequeno de estudantes transferiu-se para cursos de licenciatura.

Interessante constatar através de dados que: dos quatro cursos mais procurados pelos estudantes que obtiveram transferência do curso de LICA, Zootecnia foi o que obteve menor índice de aproveitamento e, conseqüentemente, maior índice de evasão; no entanto, Agronomia foi o que obteve maior índice de aproveitamento e menor índice de evasão.

Foi possível perceber, através da quantificação e análise dos dados coletados na DRA, que o resultado referente à integralização e evasão é bem significativo, considerando que o objetivo maior dos processos acadêmicos como a transferência interna está ligado à realização

do estudante, porém a trajetória surge como personagem central desse trabalho, estabelecendo uma relação entre o movimento e suas perspectivas profissionais. A trajetória do estudante pode orientar a instituição quanto às suas buscas, possibilitando um novo olhar em relação aos processos acadêmicos que possibilitam essa trajetória.

As observações realizadas durante a pesquisa possibilitaram constatar um intenso movimento do estudante durante sua trajetória, dentro da Instituição. Ele sai do curso onde se matriculou, vai para outro curso e, após integralizá-lo, volta para o seu curso de origem ou sai do curso onde se matriculou, vai para outro curso, onde não consegue um bom aproveitamento e, depois de um tempo, faz vestibular e volta ao seu curso de origem. Todo esse vai-e-vem do estudante, demanda um bom tempo dentro da instituição, que, embora se mostre solidária com a busca do estudante, acaba por pagar o preço em mantê-lo, muitas vezes, por mais de dez anos.

Alguns dados coletados através da pesquisa qualitativa apontam para um amadurecimento do estudante durante sua trajetória acadêmica, o que, provavelmente, influenciaria na mudança de perspectiva do estudante em relação ao seu curso, pois segundo a visão de alguns docentes, o fato que o leva a sair do curso de LICA, através do processo de transferência interna, para o curso de Agronomia e, após integralizá-lo, solicitar o processo de reingresso e voltar para o curso de LICA, provavelmente é um movimento que caracteriza uma busca por segurança profissional e econômica. Isso pode estimular a seguinte reflexão: no início, ainda jovem, o estudante busca o *status* e pede transferência; com o tempo, mais maduro, busca segurança e maior possibilidade de emprego, volta para LICA.

Observou-se que: os processos acadêmicos possibilitam toda essa trajetória; no entanto, não há por parte do processo uma preocupação em orientar o estudante. Talvez, uma orientação vocacional fosse interessante, no acompanhamento desse processo, para evitar a evasão daqueles que solicitam a transferência de curso.

Quanto aos resultados obtidos através dos processos acadêmicos, vale ressaltar que: assim como possibilitaram a transferência interna de estudantes de LICA para outros cursos, também possibilitaram, através do reingresso, estudantes formados em outros cursos reingressarem para o curso de LICA. Desta forma, a pesquisa constatou que mais de 10% (dez por cento) dos estudantes que integralizaram o curso de LICA no período de 1997 a 2006 eram oriundos de outros cursos. Por exemplo: dos 276 estudantes que integralizaram o curso de LICA no período de 1997 a 2006, 29 eram oriundos de outros cursos, sendo 12 estudantes

participantes do processo de reingresso, após concluírem o curso de Agronomia e 5 estudantes solicitaram transferência do curso de Agronomia para LICA.

Os dados apresentados além de desmistificarem o fato de que LICA é um curso trampolim, usado pelo estudante apenas para seu ingresso em uma instituição de ensino superior, traz evidência de que há estudantes oriundos de outros cursos em LICA, o que caracteriza um processo de inclusão e, ao mesmo tempo, demonstra que a trajetória do estudante, dentro da instituição, não é linear. Esse fato vem chamar a atenção para futuros trabalhos que possam ser desenvolvidos, no sentido de definir possíveis causas dessas mudanças, dentro da trajetória do estudante, com o objetivo de proporcionar-lhe, no futuro, mais segurança em relação à sua mudança de curso.

Esse é um dos fatores que devem ser considerado, diante de tantos desafios impostos pela necessidade de transformação do sistema acadêmico, em direção à diminuição do índice de evasão na instituição e à realização profissional do estudante.

As Instituições de Ensino desempenham papel principal na utilização de processos, no âmbito social, político, econômico e cultural, que possam viabilizar transformações, com objetivo de atender as necessidades em relação ao crescimento do indivíduo e sua realização profissional. É uma função que exige, por parte da instituição, uma avaliação constante de suas atividades e processos acadêmicos.

Espera-se que este trabalho possa contribuir, de forma significativa, no que se refere a um repensar de processos, que fazem parte do sistema educacional, assim como na importância de se considerar a imaturidade acadêmica do estudante, pois a educação é dinâmica e não se restringe a uma sala de aula; desta forma, os fatores externos ligados ao indivíduo devem ser considerados como ferramentas importantes na orientação do estudante, durante sua trajetória acadêmica.

Acredito na conscientização do estudante quanto à importância da integralização do curso, não só como uma forma de conquista de status social, mas sim como uma forma de conquista de um espaço social, onde possa ser plantada uma semente transformadora.

A evolução de estudos sobre o planeta aumenta a percepção da importância de se preservar a terra e de conscientizar o homem do seu papel, nesse processo, pois é importante trabalhar a terra e tirar dela o alimento, mas, antes, temos que despertar no homem o amor e o respeito por ela; no entanto, isso só será possível, quando enxergarmos o homem dentro de um contexto social.

Esse é o diferencial do profissional de LICA, que tem potencial para ocupar um lugar de destaque nesse processo, aproveito para repetir a fala de um dos entrevistados:

“O Olhar diferenciado facilita a comunicação e o espírito crítico; o Curso de LICA nos fornece esse olhar, através da vivência e do conhecimento”.

6. REFERÊNCIAS

Atas referentes às Reuniões do Colegiado do Curso de Licenciatura de Ciências Agrícolas ocorridas nos dias 27/01/88 e 03/02/88. Coordenação do Curso de LICA. Instituto de Educação.

BARDAGI, M. P. **Evasão e Comportamento Vocacional de Universitários: estudo sobre desenvolvimento de carreira na Graduação**. Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Instituto de Psicologia. Curso de Pós-Graduação em Psicologia do Desenvolvimento. Doutorado, p.2.

BOCK, S.D. **A escolha profissional de sujeitos de baixa renda recém-egressos do ensino médio**. Tese (doutorado) UNICAMP - Programa de Pós-Graduação em Educação, 2008.

BRITO, L. P. L; SILVA, E. O.; CASTILHO, Katlin Cristina de e ABREU, Tatiane Maria. **Conhecimento e Formação nas IES periféricas, perfil do estudante “novo” da Educação Superior**. In **Revista da Avaliação da Educação Superior**, Vol. 13, número 3, Novembro, 2008.

CAMPELLO, A. M. M.&FILHO, D. L. L; **Educação Profissional**. Fundação Oswaldo Cruz, 2009. www.epsjv.fiocruz.br/dicionário/verbetes.

LAKATOS, E.M., MARCONI, M.A. **Fundamentos da Metodologia Científica**. 7.ed. – São Paulo: Atlas, 2010.

FERREIRA, A. B.H. **Novo Dicionário da Língua Portuguesa**. 2.ed.-Academia Brasileira de Letras e Academia Brasileira de Filologia. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1986.

MAIA, Marilda de Franca. **A evasão escolar no 3º grau: A quem interessam as razões? Caracterização dos estudantes do curso de graduação**. Licenciatura do Campus I, da Universidade Federal da Paraíba. Dissertação (mestrado) UNICAMP - Programa de Pós-Graduação em Educação, 1984.

MARTINELLI, Maria Lucia; KOUMROUYAN, Elza. **Um novo olhar para as questões instrumentais técnico-operativo em serviço social**. Revista Serviço Social e Sociedade, n. 45, São Paulo: Cortez.

MEC/ANDIFES/ABRUEM/SESU. Diplomação, retenção e evasão nos cursos de graduação em instituições de ensino superior públicas. *In: Revista Avaliação*, Campinas, número 2.

NAZARENO, C. H. C. **A autarquização das Escolas Agrotécnicas Federais e o processo de gestão: um estudo de caso**. UFRRJ, 2005.

OTRANTO, C. R., **Os cursos de Licenciatura da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro: A busca de novos caminhos**, RJ, 2000.

OTRANTO, C. R., **A Autonomia Universitária no Brasil: Dádiva legal ou construção coletiva**. RJ, 2009.

OTRANTO,C.R., FAZOLO, E., GOUVÊA,F. **Muito Além do Jardim. Educação e formação dos mundos rurais. Entre dois Brasis**. 2012,p. 39-40.

OLIVEIRA,L.M.T., **A Licenciatura em Ciências Agrícolas: Perfil e Contextualizações**. UFRRJ-ICHS, Pós-graduação em desenvolvimento, sociedade e agricultura.1998.

OLIVEIRA, V.M. & FRANÇA, R.C.P.Cursos de Licenciatura em Ciências Agrárias/Agrícolas: Levantamento Geográfico, Áreas de Atuação e Perfil Profissional. **Revista Educação Agrícola Superior**. Associação Brasileira de Educação Agrícola Superior – ABEAS – v.25, 2010.

PINTO, D.S. **Formação e Autobiografia nas Ciências Agrícolas: Problematizando o conceito de identidade e profissionalização do docente**. Monografia, 2011.

REVISTA FILOSOFIA CIÊNCIA &VIDA: BOURDIEU: escola e dominação. Número 95 junho 2014, p.18 e 19.

REVISTA BRASILEIRA DE EDUCAÇÃO PEDAGÓGICA. Brasília. V. 92, n. 230, jan/abril,2011.

SAVIANI, D. **Da Nova LDB ao FUNDEB: por uma outra política educacional**. 4. ed.rev., Campinas: Autores Associados, 2011.

SILVA, M.C.R, VENDRAMINI, C.M.M., LOPES, F.L. **Diferenças entre Gênero e Perfil Sócio-Econômico no Exame Nacional de Desempenho do Estudante**. Campinas, Sorocaba, SP, 2010.

SOARES, A.M.D. **Política Educacional e configurações dos Currículos de Formação de Técnicos em Agropecuária nos anos 90: Regulação ou Emancipação**.UFRRJ-ICHS- Pós-graduação em desenvolvimento agricultura e sociedade, set. 2003.

SOUSA, J.R., **Análise das Condições de Ensino/Aprendizagem decorrentes da Implementação da Reforma da Educação Profissional no Curso Técnico em Agropecuária** do CEFET de Uberaba, MG. PPGA, 2005.

SÜSSEKIND VERRISSIMO, M.L., MATOS, C.L.G. PAULA, S.G, CASTRO, P. LOPES, T.R. **A enxada e o trampolim: um estudo etnográfico sobre a carreira dos professores de Ciências Agrícolas** na Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro.

ZAGO, N. **Do acesso à permanência no ensino superior: percursos de estudantes universitários de camadas populares**. *In: Revista Brasileira de Educação*, v. 11, maio/agosto, 2006.

7. ANEXOS

ANEXO I - Relação dos Docentes que fazem parte do Colegiado de Curso de LICA.

Composição do Colegiado do Curso

Presidente: Professor Joecildo Francisco Rocha

Vice-Presidente: Professor Marco Antonio de Moraes

REPRESENTANTE TÉCNICO-ADMINISTRATIVO

Cristiane Moffati Galindo

INSTITUTO DE AGRONOMIA

Departamento de Fitotecnia

Professora Claudia Antonia Vieira Rossetto

Professor Luiz Aurélio Peres Martelleto

Departamento de Solos

Professor Leandro Azevedo Santos

Professora Clarice de Oliveira

INSTITUTO DE BIOLOGIA

Departamento de Biologia Animal

Professora Lenir Lemos Furtado Aguiar

Departamento de Entomologia e Fitopatologia

Professora Solange São Paulo de Souza

Professora Helena Guglielmi Montano

Departamento de Botânica

Professora Denise Monte Braz

Professor Ivo Abraão Araújo da Silva

Departamento de Ciências Fisiológicas

Professora Silvia Aparecida Martim

Professor Guilherme Caudieraro Viana

Departamento de Genética

Professora Ângela Esméria Pinto

Professora Denise Monnerat

INSTITUTO DE CIÊNCIAS EXATAS

Departamento de Física

Professora Viviane Morcelle de Almeida

Professor Maurício Cougo dos Santos

Departamento de Matemática

Professor Orlando dos Santos Pereira

Professor Montauban Moreira de Oliveira

Departamento de Química

Professor Marco André A. de Souza

INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS

Departamento de Ciências Administrativas

Professor Gustavo Costa de Souza

Professor Marcelo Dória Vinicius Calvosa

Departamento de Ciências Econômicas

Professor Joilson de Assis Cabral

Professora Verônica Nascimento Brito Antunes

Departamento de Letras e Ciências Sociais

Professor Jaime Miranda

Departamento de Economia Doméstica

Professora Maria Rosa Nascimento Figueiredo

Professora LeniceFreiman

Departamento Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade

Professora Eli de Fátima Napoleão e Lima

INSTITUTO DE EDUCAÇÃO

Departamento de Psicologia

Professora Suely de Oliveira Schustoff

Professor Ronald Clay dos Santos

Departamento de Teoria e Planejamento de Ensino

Professora Lia Maria Teixeira de Oliveira

Professor Ramofly Bicalho de Souza

Professor Tarci Gomes Parajara

Professora Lucília Augusta Lino de Paula

Anexo 02 - Relação dos Docentes que fazem parte do Núcleo Docente Estruturante do Curso de LICA.

Presidente

Joecildo Francisco Rocha

Departamento de Fitotecnia

Luiz Beja Moreira

Clarindo Aldo Lopes

Departamento de Solos

Leandro Azevedo Santos

Departamento de Biologia Animal

Lenir Lemos Furtado Aguiar

Departamento de Ciências Ambientais

Jayme Magalhães Santangelo

Carlos Domingos da Silva

Departamento de Ciências Fisiológicas

Silvia Aparecida Martim

Departamento de Botânica

Denise Monte Braz

Departamento de Psicologia

Suely de Oliveira Schustoff

Departamento de Microbiologia e Imunologia Veterinária

Irene da Silva Coelho

Departamento de Teoria e Planejamento de Ensino

Lia Maria Teixeira de Oliveira

Marco Antonio de Moraes

Departamento de Tecnologia dos Alimentos

Maria Ivone Martins Jacintho Barbosa

Marco André A. Souza

Departamento de Produção Animal

Carlos Elysio Moreira da Fonseca

Lígia Fátima Lima Calixto

Departamento de Física

Francisco Antônio Lopes Laudaes

Antonio Renato Bigansolli

Departamento de Arquitetura e Urbanismo

Wellington Mary

Anexo III - Modelo do edital referente ao processo de transferência da UFRRJ.

UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO PRÓ-REITORIA DE GRADUAÇÃO EDITAL 15 de 19 de março de 2013 PROCESSO SELETIVO PARA REINGRESSO, TRANSFERÊNCIA INTERNA E EXTERNA PARA OS CURSOS DE GRADUAÇÃO DA UFRRJ PRIMEIRO PERÍODO LETIVO DE 2013

A Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro torna público que está oferecendo vagas para reingresso e transferências interna e externa para seus cursos de graduação, para o primeiro semestre letivo de 2013, de acordo com as normas estabelecidas na Deliberação CEPE nº06 de 26 de fevereiro de 2010 e no presente Edital.

1 - As vagas para transferências e reingresso destinam-se aos cursos de graduação, conforme o **Quadro 01**.

2 - Poderá candidatar-se à transferência o estudante regularmente matriculado, nesta ou em outras Instituições de Ensino Superior, que satisfaça às normas vigentes na Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro e neste edital. A transferência externa só será possível para o mesmo curso de graduação ou similar da instituição de origem.

3 - Os requisitos preliminares para participação dos candidatos no processo seletivo são:

3.1 - Para transferência interna

- Ser estudante regularmente matriculado;
- Não ter sido beneficiado, anteriormente, por movimentação interna, transferência interna ou externa ou reopção ou reingresso nesta Universidade;
- Ter cursado com aproveitamento, no mínimo, 70% da carga horária prevista para o 1º (primeiro) e 2º (segundo) períodos do curso de origem;
- Ter tempo suficiente para concluir o curso de destino;
- Ter optado por um curso de destino que compartilhe pelo menos 1(uma) Prova Específica do curso de origem, conforme estabelecido no Quadro 2 desde Edital.*** A prova específica terá como referência o curso de destino.
- Apresentar a documentação exigida, de forma completa.

3.2. Para transferência externa

- Ter cursado no mínimo dois períodos letivos na instituição de origem, com aproveitamento equivalente a 70% (setenta por cento) dos créditos exigidos no primeiro e no segundo períodos do curso de destino nesta Instituição;
- Ter a cumprir pelo menos 50% da carga horária para a conclusão do curso na UFRRJ;
- Ter tempo suficiente para concluir o curso de destino;
- Apresentar a documentação exigida, de forma completa.

Anexo IV- Entrevistas

Entrevistado 1

- Entrevista realizada no dia 10/09/2014.

Local: Sala do IE.

- 1) O curso de LICA foi um dos primeiros cursos a ser oferecido pela UFRRJ, mas sempre lutou contra a discriminação em relação aos cursos de bacharelado. Como o senhor vê esse processo?

A preocupação principal do curso sempre foi, e continua sendo, oferecer uma formação de excelência na área pedagógica, pois acreditamos que a licenciatura precisa de um tempo para formar um bom professor.

Há uma carência de informação por parte do estudante que se matricula no curso de LICA, pois alguns, já no primeiro período, tendem a solicitar uma transferência de curso.

- 2) O senhor já foi estudante do curso de LICA, coordenador de curso e hoje é professor. É uma longa caminhada. Como o senhor vê o estudante de LICA de ontem e o estudante de LICA de hoje?

O estudante de ontem era um estudante mais sonhador, abraçava o curso de uma forma mais afetiva. O estudante hoje possui uma visão mais realista e com foco no mercado de trabalho. Exemplo: Um estudante de ontem, cursando o 4º período, provavelmente, sonhava em ser um professor de uma escola agrotécnica. Um estudante de hoje, no 4º período, procura um meio de se orientar quanto ao mercado de trabalho de uma forma racional.

- 3) Dar ao estudante mais e melhores opções no mercado de trabalho foi um dos fatores que contribuiu para mudanças no currículo?

Não, as mudanças ocorridas no currículo de LICA, em sua maioria, deve-se à deliberação de 2.208/97.

- 4) Qual o objetivo da criação das áreas de concentração no curso de LICA em 2003, como em Agricultura, Agroengenharia e Zootecnia?

Dar ao estudante uma visão mais abrangente da área técnica e tecnológica, qualificando-o ainda mais dentro da sua profissão, pois as áreas de concentração não impedem uma formação eclética.

- 5) Em relação às áreas de concentração, há uma preocupação em relação à invasão no currículo de outros cursos?

Não, pois o vínculo continua sendo com a licenciatura.

- 6) Embora o curso se preocupe em adequar seu currículo, como a inclusão de áreas de concentração, o curso ainda possui um alto índice de evasão; a que o senhor atribui esse processo?

À falta de identidade e maturidade do estudante, à falta de orientação profissional e ao processo de seleção como o SISU, que coloca o estudante na Instituição sem se preocupar com sua identidade profissional.

- 7) Através dessa pesquisa, identificamos um número de estudantes que, após saírem do curso de LICA para outro curso, acabam retornando para o curso de origem. A que o senhor atribui esse movimento?

Ao amadurecimento do estudante. Quando o estudante entra na Instituição, ele procura *status*, mas, com o tempo, amadurece e busca base para o mercado de trabalho. A licenciatura lhe fornece condições para isso.

Entrevistado 2

Entrevista em 11/09/2014

Local: Associação dos Docentes da UFRRJ

1) Quais são os seus desafios como coordenador do curso de LICA?

Buscar informações para os ingressantes sobre a importância da formação do professor na área agrária e suas perspectivas profissionais.

2) Como o senhor vê o estudante de LICA hoje?

Falta ao estudante de LICA identidade com a licenciatura, principalmente no que diz respeito à identidade rural. O estudante hoje é muito urbano e está distante de compreender a importância de um profissional nessa área.

3) O Curso de LICA sempre apresentou um alto índice de evasão. O que o senhor acha que estimula esse movimento?

A falta de perspectiva profissional, principalmente na área urbana, e a falta de interesse pela modalidade de licenciatura.

Outros fatores que colaboram para a evasão estão ligados ao processo de reopção de curso e ao SISU, que compromete o direcionamento do estudante em relação ao curso, comprometendo sua trajetória acadêmica.

4) Na pesquisa, identificou-se um grande número de estudantes de LICA que, após saírem do curso, retornam a ele, ou estudantes que integralizaram cursos na modalidade de bacharelado, e, logo após, solicitam reingresso para LICA. A que o senhor atribui essa procura?

O mercado de trabalho, para alguns profissionais da área, encontra-se saturado. A Licenciatura aparece como uma alternativa, pois as escolas estão sempre oferecendo vagas aos profissionais de ensino.

5) Como o senhor vê a criação em 2003 das áreas de concentração em Agroengenharia, Agricultura e Zootecnia?

Extremamente benéfica ao curso, pois estimula o estudante a uma escolha em direção a uma área mais específica.

6) Houve modificações no currículo do curso de LICA, desde sua criação; no entanto, isso não diminuiu o índice de evasão. No seu ponto de vista, o que acontece?

As modificações foram decorrentes da resolução de 2002 do CNE e de muitas discussões em Fórum de Coordenadores, em 2009 e 2010. Comissão Permanente de Formação de Professores.

Entrevistado 3

Entrevista em 17/09/2014

Local: Residência em Seropédica.

- 1) O curso de LICA contribuiu para o seu desempenho profissional hoje?

Sim, sempre foi de grande ajuda profissional; através do curso, adquiri o diferencial ligado à parte pedagógica, pois para lidar com o outro há a necessidade de uma postura profissional.

- 2) Como você vê essa postura profissional?

Ao interagir com agricultores, família de agricultores, técnicos e estudantes de algumas áreas ligadas ao setor agrícola.

- 3) Você é considerado um profissional com amplo conhecimento da área agrária, sempre foi um sonho?

Sim, uma paixão. Vim de escola agrícola e sempre gostei de lidar com a terra. Antes de vir para a EMBRAPA, assim que me formei em LICA, trabalhei em Colégio Técnico, com Pedagogia da alternância, em Colégio Agrícola, como professor temporário, e ministrei cursos na região de Magé, RJ.

- 4) Realmente você adquiriu uma bagagem excelente. Deve isso à sua paixão pela terra?

Claro!!!! Quando você gosta, é diferente, você se empenha mais.

- 5) Você mencionou o fator diferencial ligado ao curso de LICA. Como você vê esse fator?

O olhar diferenciado facilita a comunicação e o espírito crítico. O curso de LICA nos fornece esse olhar, através da vivência e do conhecimento.

- 6) Você vê mudanças entre o estudante de LICA de ontem e o de hoje?

Sim, o estudante de ontem tinha um vínculo com a área agrária; o estudante de hoje quer só entrar em uma Instituição de ensino superior.

7) O que você acha das áreas de concentração adotadas pelo curso de LICA?

Acho bom o profissional possuir mais embasamento na área técnica, pois todo conhecimento é bem-vindo. No entanto, acho que restringe o mercado de trabalho.

8) Como você vê o alto índice de evasão em LICA?

Acho normal, pois o índice de evasão está alto em todos os cursos ligados à área de licenciatura.

REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES: Legislação Educacional e Atos Oficiais

DECRETO-LEI nº 616, de 9 de junho de 1969. Dispõe sobre a criação do CENAFOR.

DECRETO-LEI nº 72.434, de 9 de julho de 1973. Dispõe sobre a criação da COAGRI.

DECRETO-LEI nº 79.486, de 13 de abril de 1977. Concede reconhecimento do Curso de LICA.

DECRETO-LEI nº 93 e 613, de 21 de novembro de 1986. Dispõe sobre a Extinção da COAGRI e criação da SESG.

DECRETO-LEI nº 8.731, de 16 de novembro de 1993. Dispõe sobre a autarquização das Escolas Agrotécnicas Federais.

DECRETO-LEI nº 2.207, de 15 de abril de 1997. Dispõe sobre a organização das instituições de ensino superior.

LEI ORGÂNICA DO ENSINO AGRÍCOLA, nº 9.613, de 20 de agosto de 1946.

LEI nº 4024, de 20 de dezembro de 1961. Diretrizes e Bases da Educação Nacional.

LEI nº 5.540, de 28 de novembro de 1968. Reforma Universitária.

LEI nº 5692, de 11 de agosto de 1971. Reforma do Ensino de 1º e 2º graus.

LEI nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Diretrizes e Bases da Educação Nacional.

PARECER CFE nº 12/67. Tece considerações sobre o artigo 59 da LDB de 1961 acerca da formação de professores de disciplinas específicas do Ensino Médio Técnico.

PARECER CFE nº 853/71. Fixa o núcleo comum para os currículos de ensino de 1º e 2º graus.

PARECER CFE nº 4.062/74. Regulamentação do currículo do Curso de LICA.

PARECER CFE nº 4/97. Proposta de resolução referente ao Programa Especial de Formação de Professores para 1º e 2º graus de Ensino. Esquema I – revisão da Portaria Ministerial nº 432/71.

PORTARIA MINISTERIAL nº 432/71. Fixa normas relativas aos cursos superiores de Formação de Professores de Disciplinas Especializadas no Ensino de 2º grau.

PORTARIA MINISTERIAL nº 174/65. Baixa instruções sobre o Ginásio Agrícola, Colégio Agrícola e Curso de Didática do Ensino Agrícola para a formação pedagógica do Ensino Médio Agrícola.